



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (MESTRADO) – UEPB/UFCG

DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E
URBANOS PROVOCADOS PELO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO
MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB

MARIA GEOVANIA DA SILVA ARAÚJO

CAMPINA GRANDE

2012

MARIA GEOVANIA DA SILVA ARAÚJO

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E
URBANOS PROVOCADOS PELO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO
MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB), como requisito à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa.

CAMPINA GRANDE

2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

A658d Araújo, Maria Geovania da Silva.
Desenvolvimento local [manuscrito] : os impactos socioeconômicos e urbanos provocados pelo crescimento da indústria têxtil no município de Itaporanga-PB / Maria Geovania da Silva Araújo. – 2013.
136 f.: il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).
Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2013.

“Orientação: Profa. Dr. Cidoval Morais de Sousa,
Departamento Laboratório de Estudos CTS.”

1. Desenvolvimento local. 2. Industrialização. 3. Urbanização. 4. Indicadores sociais I. Título.

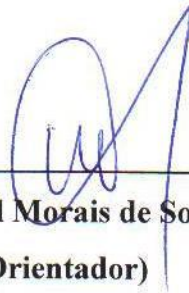
21. ed. CDD 338.7

MARIA GEOVANIA DA SILVA ARAÚJO

**DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO: OS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS E URBANOS PROVOCADOS PELO CRESCIMENTO DA
INDÚSTRIA TÊXTIL NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB**

Dissertação apresentada em 27/ 12/ 2012

Banca Examinadora



Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)
(Orientador)



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
(Membro)



Prof.ª Dr.ª Rosilene Dias Montenegro (UFCEG)
(Membro Externo)

Aos meus pais, irmãos, irmã, sobrinho,
sobrinhas e cunhada, cujo esteio me assegurou
a perseverança e a fé.

AGRADECIMENTOS

Qualquer ação, reação ou até mesmo momento de estagnação se deve às nossas atitudes diante da existência. Acreditar que há um maestro orquestrando todos os concertos é, acima de tudo, acreditar que somos músicos habilidosos e imprescindíveis na harmonia das sinfonias. Por isso, ao Grande Maestro, agradeço todas as coisas, materiais e imateriais, vistas e sentidas, recebidas e entregues.

Ao orientador Cidoval Morais de Sousa, cuja experiência e conhecimento me valeram de aporte e, ainda, por conceder tempo e espaço, contribuindo na escolha dos caminhos que valeria a pena seguir.

Ao professor Hermes Tavares, pela atenção.

Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, que contribuíram de forma incomensurável para alimentar minha mente e meu espírito.

Às secretárias Luciene, Luciana, Marilene e Zoraide pela solicitude.

Em nome de Danielle Fernandes, presidente da APL, agradeço a todos os empresários e produtores artesanais da cidade de Itaporanga, pela contribuição, em entrevistas e aplicação de questionários.

À Geovany e Nadjalene pelo apoio, informações e espaço cedido.

À Prefeitura Municipal de Itaporanga, que pela pessoa de José Joaquim Salviano, de forma prestimosa, atendeu aos pedidos de dados e informações.

À Câmara Municipal de Vereadores, em nome de Demir Cabral, pelas informações verbais e editadas em livro autoral.

Ao Sebrae, na pessoa de Anna Stephania, pela colaboração.

Aos amigos do IBGE de Itaporanga, pela disponibilidade em ajudar.

À Zé Nilton Tolentino, pelas primeiras informações sobre o município.

A todos os colegas (amigos) de mestrado, mas de forma especial a Andréa, Leonardo e Zélio, pelo apoio e companheirismo.

Citando o amigo Euler, agradeço aos amigos que, por afeto ou crença, estimularam o ingresso e a permanência no mestrado.

Enfim, a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta dissertação, bem como aos que, de alguma forma, dificultaram meu trabalho, pois contribuíram decisivamente para a consciência das minhas possibilidades e da força de caráter para ir além.

“Vivemos plenamente a época dos signos, após havermos vivido o tempo dos deuses, o tempo do corpo e o tempo das máquinas. Os símbolos baralham, porque tomam o lugar das coisas verdadeiras.”

Jacques Attali.

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao estudo de processo incipiente de industrialização no município de Itaporanga, localizado no sertão Paraibano, e suas implicações no espaço urbano e nos indicadores sociais. Do ponto de vista teórico, a análise baseia-se na ideia de empresário inovador e na gestão de território, bem como em concepções de desenvolvimento que vão além do crescimento econômico. As evidências empíricas se fundamentam inicialmente pelas transformações socioespaciais ocorridas no local nos últimos anos. A partir dessa perspectiva, essa dissertação analisa os fatores que contribuíram para o crescimento da indústria têxtil local, os impactos, diretos e indiretos no município e a sustentabilidade do setor em diferentes escalas. O município apresenta um iniciante polo têxtil no segmento das tecelagens, produzindo sacos, panos de prato, toalhas, flanelas, tapetes, entre outros produtos, vendendo para todo o País, aumentando a oferta de empregos e provocando impactos significativos na expansão urbana e nos indicadores socioeconômicos a partir de 1996, quando do início desse processo. Concluiu-se que as evidências relativas ao crescimento espacial, físico, social e econômico estão presentes em diversos segmentos bem como no nível de centralidade exercido pelo município. A dinamização do comércio, novas agências bancárias, a instalação do Sesi Indústria do Conhecimento, a construção civil, o maior acesso a bens e serviços e a construção civil são fatores que apontam para essas transformações.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento local, industrialização, urbanização, indicadores sociais.

ABSTRACT

This paper refers to the study of incipient industrialization process in Itaporanga municipality, located in Paraíba backwoods, and its implications on urban space and social indicators. From the theoretical point of view, the analysis is based on the idea of innovative entrepreneur and the management of the territory, and in development concepts that go beyond economic growth. The empirical evidence is based initially by sociospaces transformations that have taken place at the site in recent years. From that perspective, this dissertation analyzes the factors that contributed to the growth of the local textile industry, the direct and indirect impacts on the municipality and the sustainability of the sector on different scales. The municipality offers a beginner segment of the textile weaving, producing bags, towels, tablecloths, dusters, rugs, among other products, selling to all over the country, increasing the supply of jobs and causing significant impacts on urban sprawl and in socioeconomic indicators from 1996, when that process started. It was concluded that the evidence relating to the spatial growth, physical, social and economic are present in several segments as well as in the level of centrality exercised by municipality. The promotion of trade, new bank branches, installation of knowledge Industry Sesi, civil construction, increased access to goods and services and construction are factors that point to these transformations.

KEYWORDS: local development, industrialization, urbanization, social indicators.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Densidade demográfica e grau de urbanização dos 15 municípios menos populosos.....	64
Tabela 2	Evolução do PIB e participação da indústria – Itaporanga-PB.....	94
Tabela 3	Renda média domiciliar <i>per capita</i> /mês em R\$.....	97
Tabela 4	PEA e Taxa de Desemprego na Paraíba, Microrregião de Itaporanga e Itaporanga.....	100
Tabela 5	Percentual da população de baixa renda segundo CIR.....	100
Tabela 6	Classificação das empresas segundo o porte, por número de empregados e por faturamento – Sebrae.....	117
Tabela 7	Classificação do porte das empresas segundo o BNDES.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Referenciais teóricos.....	19
Quadro 2	15 municípios menos populosos.....	63
Quadro 3	Classificação dos municípios pelo número de habitantes.....	65
Quadro 4	Hierarquia urbana – IBGE.....	68
Quadro 5	Total de indústrias na microrregião de Itaporanga – FIEP-PB.....	85
Quadro 6	IDH-M de Itaporanga em 1991 e 2000.....	89
Quadro 7	Taxa de analfabetismo – Paraíba e Itaporanga.....	89
Quadro 8	Cursos para os <i>campi</i> de Itaporanga-PB.....	91
Quadro 9	Acesso a bens e serviços.....	98
Quadro 10	Movimentação do emprego na indústria têxtil em Itaporanga-PB.....	100
Quadro 11	Principais resíduos gerados no processo produtivo.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução no número de municípios 1940/2010.....	56
Gráfico 2	Evolução da população urbana e rural 1940/2010.....	56
Gráfico 3	Trabalhadores da indústria têxtil – grupos de idades.....	88
Gráfico 4	Grau de escolaridade dos trabalhadores da indústria têxtil.....	90
Gráficos 5-6	Crescimento populacional de Itaporanga e da Paraíba.....	94
Gráfico 7	Participação dos setores primário e secundário no PIB municipal (R\$ mil).....	95
Gráficos 8-9	Evolução do emprego formal.....	95
Gráfico 10	Renda <i>per capita</i> do estado, microrregião e município entre 2000 e 2009 (R\$), segundo Comissões Intergestores Regionais (CIR).....	97
Gráfico 11	ARTs (obras) registradas em Itaporanga por período.....	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema representativo da hipótese básica da pesquisa.....	20
Figura 2	Síntese da Teoria do Desenvolvimento de Schumpeter.....	25
Figura 3	Ondas de aceleração do crescimento de Schumpeter.....	27
Figura 4	Síntese do esquema dos polos de Perroux.....	32
Figura 5	Hexágono do Desenvolvimento Regional.....	46
Figura 6	Cadeia de relações entre as cidades.....	73
Figura 7	Dinâmica da rede de relações.....	77
Figura 8	Mapa da Paraíba.....	79
Figura 9	Mapa político do Brasil: principais destinos da produção de Itaporanga-PB	87
Figura 10	Abrangência do IFPB no estado da Paraíba após Expansão III.....	91
Figura 11	Localização dos loteamentos – fotografia de satélite.....	106
Figura 12	Mapa da BR 361.....	108
Figura 13	Cadeia produtiva.....	110
Figura 14	Processo produtivo na indústria têxtil.....	111
Figura 15	Produção de fios.....	112
Figura 16	Produção de fios.....	112
Figura 17	Produção de fios.....	112
Figura 18	Produção de fios.....	112
Figura 19	Teares – produção dos tecidos.....	113
Figura 20	Teares – produção dos tecidos.....	113
Figura 21	Estamparia, costura e arrumação (Estamparia).....	114
Figura 22	Estamparia, costura e arrumação (Costura).....	114
Figura 23	Estamparia, costura e arrumação (Arrumação).....	114
Figura 24	Estamparia, costura e arrumação (Arrumação).....	114
Figura 25	Processo de alveijamento.....	115
Figura 26	Processo de alveijamento.....	115
Figura 27	Processo de alveijamento.....	116
Figura 28	Processo de alveijamento.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ALCAITA	Academia Literária, Cultural e Artística de Itaporanga
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APL	Arranjo Produtivo Local
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEU	Conselho Europeu de Urbanistas
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIR	Comissões Intergestores Regionais
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAMA	Comissão Nacional do Meio Ambiente
COPIS	Coordenação de População e Indicadores Sociais
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DATASUS	Departamento de Informática do SUS/MS
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DPE	Diretoria de Pesquisas (IBGE)
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
EUA	Estados Unidos da América
FICA	Festival Itaporanguense de Cultura e Arte
FIEP-PB	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IDH	Indicador de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Indicador de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
MEC	Ministério da Educação

MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Milênio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADs	Países Atualmente Desenvolvidos
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCOMPI	Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESI	Serviço Social da Indústria
SPL	Sistema Produtivo Local
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UNCED	<i>United Nations Conference in Environment and Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Objetivos.....	17
1.1.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	18
1.1.2	<i>Objetivos Específicos.....</i>	18
1.2	Metodologia.....	18
1.3	Referenciais teóricos.....	19
2	DESENVOLVIMENTO E SUAS <i>INTERFACES</i>.....	22
2.1	O limiar da nova estruturação política e econômica: da Revolução Industrial ao período que antecede a II Guerra Mundial.....	22
2.2	Espaços de Paz e Guerra como fatores determinantes para o desenvolvimento.....	29
2.3	Do Nascimento ao Apogeu da Revolução Técnico-Científica e Informacional.....	33
3	A EMERGÊNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES NO CENÁRIO ECONÔMICO.....	49
3.1	Cidade: uma discussão conceitual.....	49
3.2	Classificação das cidades segundo o porte.....	62
3.3	Participação das pequenas e médias cidades no cenário econômico.....	70
4	A INDÚSTRIA TÊXTIL NO INTERIOR DA PARAÍBA: O CASO DE ITAPORANGA.....	79
4.1	A Gênese da Indústria Têxtil em Itaporanga.....	82
4.3	Impactos diretos (e indiretos) no município.....	88
4.3.1	<i>Educação.....</i>	89
4.3.2	<i>Saúde.....</i>	92
4.3.3	<i>Dinâmica populacional e emprego e renda.....</i>	94
4.3.4	<i>(Re) organização espacial.....</i>	101
4.4	Sustentabilidade.....	108
4.4.1	<i>Produtivo-organizacional.....</i>	109
4.4.2	<i>Ambiental.....</i>	115
4.4.3	<i>Econômica.....</i>	117
4.5	Outras perspectivas.....	120

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	125
	ANEXOS.....	131
	Anexo A (questionário)	132
	Anexo B (loteamentos).....	133
	Anexo C (prédios residenciais).....	136

1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização no Brasil foi tardio, dependente e localizado, ocorreu com cerca de dois séculos de atraso, pela substituição de importações ou à custa da tecnologia dos países desenvolvidos. Sua expansão se restringiu às regiões anteriormente produtoras de café e a algumas ilhas de crescimento econômico, formadoras de “arquipélagos” econômicos não integrados.

Essa tendência à concentração espacial das indústrias ainda persiste, embora em menor grau. O que se apresenta de novo é a sua migração para cidades de médio e pequeno porte, que oferecem rede viária eficiente, facilidade de comunicação, mão de obra qualificada e barata e infraestrutura compatível com a atividade.

O setor têxtil é um dos que possuem maior destaque na indústria mundial, principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil, o setor tem grande representatividade, pois além de ser um dos mais antigos, ainda é uma dos mais competitivos e viáveis economicamente.

Segundo Viana (2005), nos últimos anos o principal destino da indústria têxtil do Sudeste é a Região Nordeste. Um dos fatores determinantes dessa migração é a carga tributária menor, devido à política de incentivos fiscais adotada por alguns estados da região, que, aliada aos fatores citados anteriormente, garantem a permanência do setor no *ranking* da indústria nacional. Os estados nordestinos que se destacaram na imigração de empresas foram Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A probabilidade de industrialização¹ em pequenos municípios parece algo restrito e improvável. Contrariando essa realidade, Itaporanga, município localizado a 412 km da capital do estado da Paraíba, com pouco mais de 23 mil habitantes, experimenta uma significativa expansão da indústria do ramo têxtil, com uma produção mensal que ultrapassa seis milhões de peças, entre panos de prato, tapetes, flanelas, toalhas, conjuntos de banheiro e cozinha e, em breve, de fios, para abastecer o mercado local, uma vez que são comprados de outros estados, como Ceará e Sergipe.

Com a implantação da primeira tecelagem no município, em 1996, o ramo cresceu vertiginosamente. Atualmente, são cerca de 74 empresas: 13 tecelagens, 11 empresas beneficiadoras de tecidos comprados nas tecelagens e cerca de 50 artesanais. A maior tecelagem gera aproximadamente 215 empregos diretos e, de acordo com a presidente do

¹ O termo industrialização neste trabalho é utilizado como processo de atividade industrial, não como industrialização completa.

Arranjo Produtivo Local (APL) Vale Têxtil, Daniele Fernandes, no total, são gerados no município cerca de 1,7 mil empregos formais e 5 mil indiretos.

Desde então, o município tem vivenciado um crescimento geográfico-espacial, evidenciado pela existência de novos loteamentos, imigração de pessoas das cidades circunvizinhas, aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) (e da contribuição da indústria para este), instalação de novas unidades comerciais – filiais de cadeias de lojas regionais – e aumento da renda *per capita*.

Diante de expressivas mudanças no espaço físico e na situação socioeconômica do município, parece evidente o crescimento econômico. Resta, portanto, investigar se este se traduz em desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento está implícita nesse processo, uma vez que geração de emprego e renda é uma das premissas básicas para atingi-lo e se apresenta como condutora de melhoria em outros setores, a exemplo do acesso a bens e serviços. No entanto, outros indicadores precisam ser considerados, como educação, saúde e concentração de renda.

A base da investigação proposta por esta pesquisa é a relação existente entre desenvolvimento e geração de emprego e renda, e os consequentes processos desencadeados pela industrialização crescente no município de Itaporanga-PB.

Este trabalho objetiva identificar as perspectivas de desenvolvimento, suas relações com o processo incipiente de industrialização no município de Itaporanga, localizado no sertão paraibano, e suas implicações socioeconômicas e espaciais.

As questões a serem respondidas são:

- 1 – Que fatores contribuíram para a gênese e a expansão da indústria têxtil em Itaporanga?
- 2 – Quais os impactos diretos (e indiretos) desse processo de expansão industrial no município?
- 3 – O processo de expansão em curso pode ser considerado sustentável?

1.5 Objetivos

Apresentam-se, na continuidade, os objetivos geral e específicos que esta investigação pretende alcançar.

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar a influência da expansão da indústria têxtil na produção do espaço urbano, no nível de centralidade, nos indicadores sociais e no desenvolvimento do município de Itaporanga-PB.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Investigar se o aumento na oferta de emprego e renda promoveu mudanças significativas na distribuição de renda e na qualidade de vida das pessoas no município; e
- Investigar as transformações no espaço urbano e os impactos no desenvolvimento local a partir do processo de expansão da indústria têxtil no município de Itaporanga-PB.

1.2 Metodologia

O recorte temporal deste estudo, delimitado entre 1991 e 2010, foi definido em função dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizados no período em questão, da data da implantação da primeira tecelagem no município, em 1996, do Indicador de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), de 1991 e 2000, e do referencial da lei do Perímetro urbano, de 1988 e 2007.

A metodologia da pesquisa foi hipotético-dedutiva, cuja implementação, segundo Gil (2008), segue os seguintes passos: problema (fatores contribuintes para a expansão da indústria têxtil, seus impactos diretos e indiretos no município e a sustentabilidade de processo); conjecturas (promoção do desenvolvimento socioeconômico); dedução de consequências observadas (dados comprobatórios de melhoria nos indicadores sociais); tentativa de falseamento (cruzamento de dados, por exemplo, aumento do desemprego e surgimento de novos postos de trabalho); por fim, corroboração (a confirmação ou não, a partir da análise de dados, do crescimento socioeconômico e do espaço físico-urbano).

Para a análise e confirmação da hipótese, os procedimentos adotados, referenciados por Gil (2002) foram divididos nas categorias bibliográfica (a partir de análise teórica acerca do desenvolvimento, do conceito e contradições da cidade e do urbano, especificamente das

de pequeno porte); e levantamento (dados estatísticos dos órgãos oficiais – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), análise de resultados dos questionários aplicados aos empregados do setor, entrevistas com empresários e levantamento de dados de produção).

Os questionários (ANEXO A) foram aplicados com os empregados das tecelagens, 650 no total, e recolhidos, 459, totalizando um universo de 70% recolhidos e analisados.

O trabalho de campo foi realizado para fins de reconhecimento das áreas de expansão urbana e de concentração de algumas indústrias, seguido de registro fotográfico. Foram realizadas entrevistas com a presidente da APL Vale Têxtil e com os empresários locais, o que tornou possível obter um panorama geral da atividade no município. Para uma análise mais apurada, foram aplicados questionários com os empregados das maiores empresas, visando obter o perfil socioeconômico dos mesmos.

Os dados oficiais e os resultantes da aplicação dos questionários deram origem a quadros, tabelas e mapas, analisados posteriormente, referenciando esta pesquisa.

1.3 Referenciais teóricos

Os referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa estão dispostos no Quadro 1, na sequência:

Quadro 1 – Referenciais teóricos

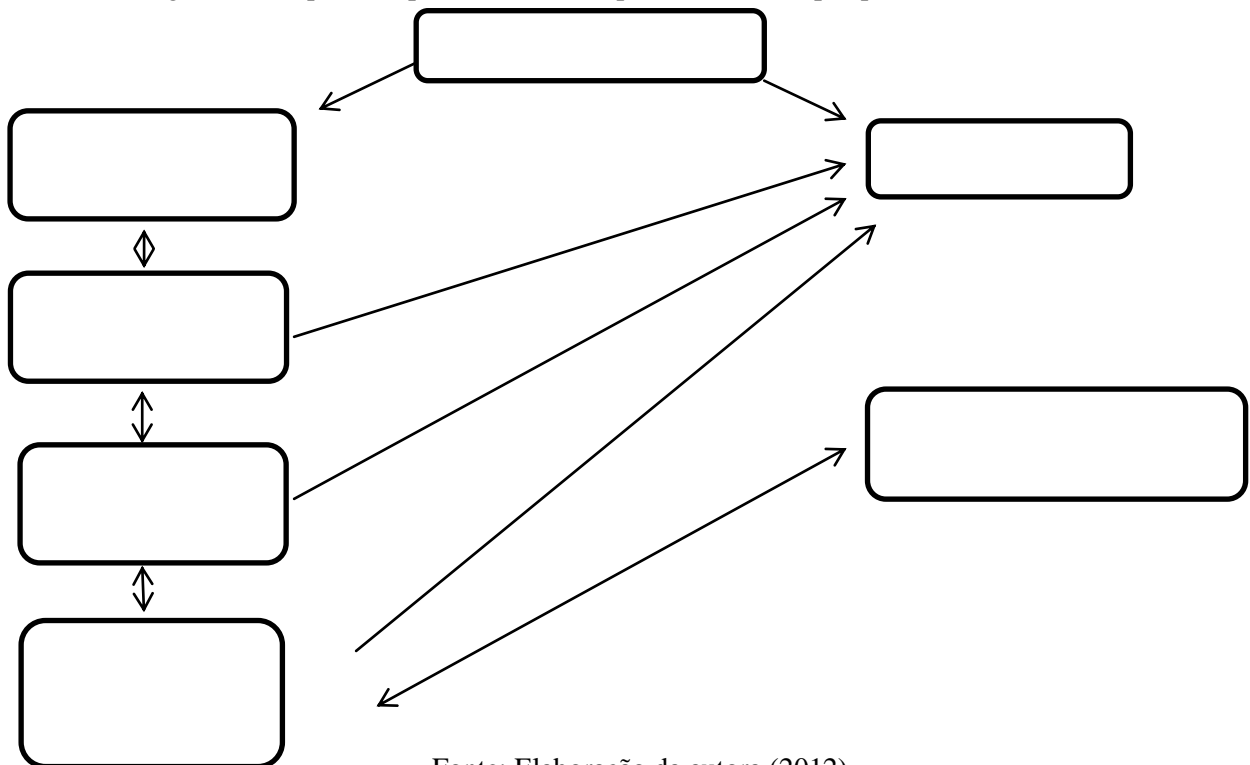
HIPÓTESE	REFERENCIAL
Desenvolvimento como mito, improbabilidade de o modelo pautado no consumo atingir todos os países.	Celso Furtado, 1974.
Desenvolvimento como liberdade, desenvolvimento humano.	Amartya Sen, 1999.
Indústria motriz e teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux.	Maria Amélia Enríquez, 2010; Neli de Jesus de Souza, 2005.
Desenvolvimento como consequência do processo de Industrialização (Cepal).	Octávio Rodríguez, 2009; Joan Martínez-Alier, 2009.
Inovação, empreendedorismo e ciclos econômicos.	Joseph A. Schumpeter, 1997.
Limites do crescimento, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade.	Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum e Desenvolvimento como Liberdade, 1999.
Perspectiva de desenvolvimento	Tim Jackson, 2009.

baseada na prosperidade sem crescimento.	
Hexágono do desenvolvimento Regional.	Sérgio Boisier, 1996.
Conceito de cidade e relação rural-urbana.	Santos, 1979, 1994, 2005 e 2008; Carlos, 2007; Souza, 2003; Veiga, 2004; Corrêa, 2000 e 2006.
Gestão do território.	Sposito, 1998; Corrêa, 1992.

Fonte: Elaboração da autora (2012).

A incipiente industrialização no município de Itaporanga, no Sertão Paraibano, emerge como fator preponderante da geração de emprego e renda e de mutações no espaço urbano de forma bastante acentuada nos últimos 20 anos. Na Figura 1, apresentada na continuidade, verifica-se uma cadeia representativa dessas transformações:

Figura 1 – Esquema representativo da hipótese básica da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora (2012).

O primeiro capítulo apresenta uma discussão acerca de diferentes concepções de desenvolvimento, principalmente aquelas voltadas à ideia de industrialização como promotora de desenvolvimento e suas críticas, uma alusão à indústria motriz e à teoria dos polos de

Perroux, ao modelo de desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e à inovação, ao empreendedorismo e aos ciclos de J.A. Schumpeter.

O capítulo ainda, remete-se à percepção de Amartya Sen, vinculando desenvolvimento à qualidade de vida, cidadania, cultura e liberdade, aspectos visíveis da sociedade moderna, que assistiu, nos últimos anos, a uma evidente expansão territorial dos regimes democráticos. A discussão sobre desenvolvimento sustentável, sua construção e evolução da ideia, perpassam desde as primeiras conferências e teorias, até a ideia de crescimento zero, de Tim Jackson, em uma releitura de Herman Daly.

O segundo capítulo discorre sobre a emergência das pequenas e médias cidades no cenário econômico brasileiro, a natureza desse processo, passando pelo conceito de cidade e sua hierarquia, pelas relações entre a cidade e o campo, o urbano e o rural, reportando-se a José Eli da Veiga, Ana Fani A. Carlos e Marcelo Lopes de Souza, discutindo as diferenças conceituais entre os termos citados, bem como as mudanças atuais nessas concepções, e as óticas divergentes sobre o espaço urbano.

No terceiro e último capítulo, constrói-se um retrato do ambiente do município de Itaporanga, traçando-se um breve histórico do surgimento da indústria têxtil, bem como da sua expansão, com base na confrontação de dados obtidos a partir dos questionários socioeconômicos aplicados com os trabalhadores da indústria têxtil e os indicadores sociais, tratados estatisticamente, com o intuito de perceber as fronteiras do desenvolvimento, até que ponto a geração de emprego e renda e a melhoria dos indicadores sociais são indicativos de desenvolvimento e como esses fatores estão interferindo na expansão urbana.

2 DESENVOLVIMENTO E SUAS INTERFACES

“The strength of ‘development’ discourse comes of its power to seduce...”²

(Gilbert Rist)

2.1 O limiar da nova estruturação política e econômica: da Revolução Industrial ao período que antecede a II Guerra Mundial

Embora os termos Desenvolvimento e Crescimento Econômico ainda não fossem utilizados à época, a busca pelo crescimento econômico nasceu com o Capitalismo, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, nos séculos XIII e XIV. Objetivando a aquisição de bens materiais, os europeus saíram de suas “casas” com o intuito de conquistar novas terras, e explorá-las economicamente. Os recursos vegetais, minerais e humanos poderiam intermediar a hegemonia econômica no continente europeu e no mundo. A política econômica do Mercantilismo, voltada à exportação, à forte intervenção do Estado, ao protecionismo e ao metalismo², estava entremeada de relações de dominação econômica e territorial,

O pensamento mercantilista, segundo o qual a política econômica das nações deveria orientar-se para estimular as exportações e dificultar as importações, foi absolutamente predominante por muito tempo. O comércio internacional era visto somente como parte da disputa de poder entre as nações e os superávits comerciais, traduzidos em ouro, eram realmente o meio mais conveniente para garantir a manutenção e a expansão dos impérios coloniais. (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 73).

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, o capitalismo se consolidou. Produzir mais em menos tempo, conseqüentemente, implicaria a obtenção de mais lucros, mesmo que à custa de exploração do trabalho e de utilização de matéria-prima de forma indiscriminada. Nesse contexto, as teorias de Ricardo, Smith e Marx, destacaram-se.

Adam Smith e David Ricardo externavam o pensamento da época, ambos manifestando-se por meio das teorias das vantagens: o primeiro, da Vantagem Absoluta, e o segundo, da Vantagem Comparativa. A Teoria da Vantagem Absoluta baseava-se em dois fatores: a espacialização da produção e a redução dos custos produtivos. A Teoria das Vantagens Comparativas, por sua vez, faz uma releitura da anterior, adotando níveis de

² A força do discurso “desenvolvimento” vem do seu poder de seduzir...

comparação das produtividades relativas, ou seja, o custo da produção fica em segundo plano em função da produtividade.

Karl Marx, por sua vez, embora sob a influência de Ricardo, em sua análise da sociedade capitalista, colocava no trabalho sua fundamentação analítica como cerne de todo o sistema. De acordo com Clemente e Higachi (2000), Marx buscou em Ricardo os fundamentos para embasar a Teoria do Valor do Trabalho (única fonte de valor), por intermédio da qual analisa a sociedade e o modo de produção capitalista.

Ainda no contexto de industrialização recente, Chang (2004) ressalta que, a partir do século XVIII, o sucesso da política industrial britânica, por meio do *laissez-faire*³, garantiu sua supremacia. O caráter empreendedor e as medidas de livre comércio e livre mercado superaram o intervencionismo francês. Essa ideia foi disseminada na Europa; os países que não a adotaram por completo promoveram mudanças no mercado, liberando-o e abrindo-o, mas com limites.

No final do século XIX, a expansão industrial já era uma realidade. A industrialização tornou-se sinônimo de poder econômico e de dominação. O Taylorismo-Fordismo⁴ organizou o trabalho industrial e maximizou a produção.

De acordo com Oliveira (2002), no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, países como Inglaterra, França e o Império Austro-Húngaro já eram potências econômicas consolidadas, enquanto outros ainda estavam em fase de crescimento econômico e em busca de ingresso no cenário econômico mundial, razão pela qual algumas alianças político-econômicas já acenavam para possíveis acordos militares que ocorreriam no início do século XX.

A conjuntura política do final do século XIX e início do século XX acenava para o Imperialismo, ou Neocolonialismo. A conquista de novas terras significava a exploração de matéria-prima e de mão de obra de modo a satisfazer as necessidades da indústria em desenvolvimento.

No início do século XX, o desenvolvimento econômico foi decisivo para a formação da Tríplice Aliança e da Tríplice Entente. Os países unidos em ambas as alianças tinham em seus territórios uma indústria crescente e, no contexto econômico vigente, poder econômico. Além disso, o processo de industrialização na Alemanha (Tríplice Aliança) estava em franco

³ Palavra de origem francesa que significa deixa fazer. A expressão tornou-se símbolo do liberalismo econômico, propondo que a economia e o mercado devem funcionar livremente, sem a interferência do Estado.

⁴ Formas de racionalização da produção fabril com o intuito de maximizar a produção e o lucro.

desenvolvimento, se igualando ao que ocorria na pioneira Inglaterra (Tríplice Entente), que tinha um papel de destaque, tanto do ponto de vista econômico, quanto militar no seu grupo.

O advento da I Guerra Mundial mudou a estrutura econômica, social e política do mundo. Grandes potências econômicas estavam envolvidas no evento e seus aparatos produtivos foram parcial ou completamente destruídos. Nesse contexto, países situados espacial e politicamente externos a guerra redesenharam seus quadros produtivos, passando a atuar como fornecedores de armas e/ou equipamentos. Os Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, passaram a fomentar a indústria local, bem como alguns países periféricos, entre eles o Brasil. A hegemonia econômica mundial deixou de se centralizar na Europa e os EUA passaram a concentrar o poder econômico e produtivo do planeta. A intensidade da produção no período da guerra perdurou no pós-guerra, gerando superprodução e, em consequência, a Grande Crise.

A Grande Crise ou Grande Depressão, ocorrida em 1929, colocou em cheque o crescimento econômico sustentado (considerado equilibrado e apresentando níveis de crescimento elevados por um determinado tempo). Os EUA, apesar da prosperidade crescente nos anos anteriores, considerando os efeitos do Capitalismo Financeiro latente (embora iniciante), tiveram que tomar medidas de recuperação econômica. Com a retomada do crescimento econômico, o modelo de John Maynard Keynes, o *Keynesianismo*⁵, centrado na intervenção estatal (moderada) na economia e na geração de emprego, contrariando os preceitos Liberais, apresentou-se como alternativa à crise.

O *New Deal*, implementado pelo presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), foi o mais claro exemplo de política *keynesiana*, intermediada por intervenção estatal, medidas de proteção e reformas estruturais nos âmbitos econômico, político, social e até cultural, ações que viabilizaram a superação da crise por meio de investimentos em obras públicas, controle de produção e preço.

No cenário mundial, muitas ideias em defesa do crescimento econômico emergiam. Os economistas Roy F. Harrod, Evsey Domar, respectivamente em 1939 e 1946, publicaram trabalhos voltados ao estudo do crescimento econômico, cujos principais pressupostos eram a poupança crescente, a renda igualitária e o crescimento contínuo.

Segundo Pereira (1975), “foi o primeiro modelo específico de crescimento econômico” e baseia-se em dois aspectos básicos: a ampliação da produção e oferta e, conseqüentemente, do capital; e a procura e o aumento da poupança, e, por conseguinte, da

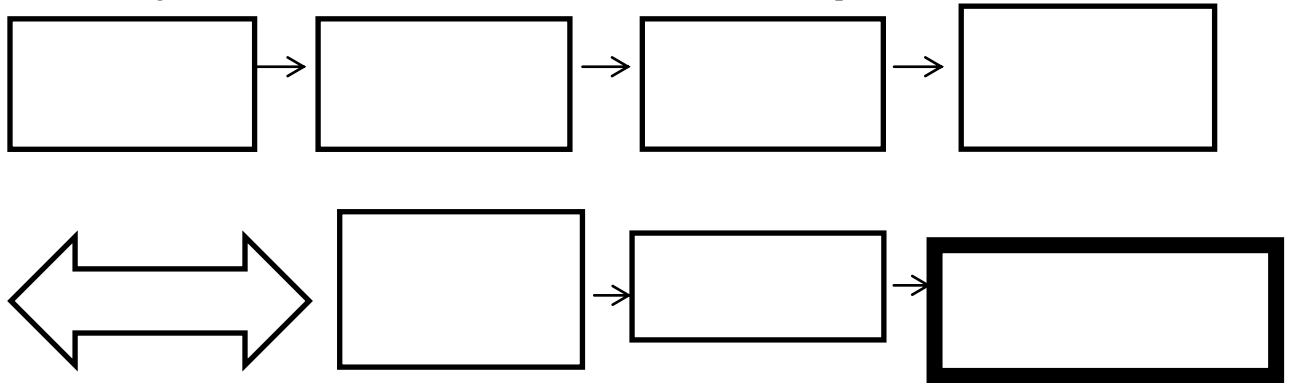
⁵ Política de intervenção estatal na economia e garantia do pleno emprego.

renda ou demanda agregada. Se por um lado, no âmbito da produção de bens e serviços amplia-se a produção e a oferta, por outro, a poupança pode transformar-se em investimentos, ou seja, em bens e serviços demandados pelos consumidores.

O autor ressalta a simplicidade do modelo, por se adaptar mais adequadamente ao entendimento do processo de desenvolvimento econômico que os modelos mais intrincados e, ainda, sua compatibilidade com o avanço tecnológico e a elevação da renda *per capita*.

Schumpeter (1997), ancorado na ideia de inovação, ponderava que era preciso romper com o equilíbrio (que ele chamou de destruição criadora). Para ele, a produção, ao longo do tempo, ia se adaptando às inovações que ocorriam dentro do sistema, o que ele chamou de *fluxo circular*. Não nega que havia mudanças nas técnicas utilizadas na produção, mas se acomodavam aos poucos e não geravam transformações, pois eram endógenas e progressivas. Portanto, essa adaptação gerava equilíbrio, o que, na sua visão, não era bom para a economia. A única coisa capaz de romper com esse equilíbrio seria a inovação, o agente transformador que poderia culminar no desenvolvimento econômico. A síntese de sua teoria pode ser visualizada na Figura 2:

Figura 2 – Síntese da Teoria do Desenvolvimento de Schumpeter



Fonte: Schumpeter (1997). Adaptado pela autora.

Para Maricochi e Gonçalves (1994), o fluxo circular seria caracterizado pelo estado estacionário, “pois é uma repetição constante de um ciclo sempre idêntico a si mesmo”. Schumpeter (1997) o descreve como uma imagem mental, uma acomodação dos bens e meios de produção, que, apesar de sofrerem aperfeiçoamento constante decorrente da existência de novas formas ou técnicas destinadas a sua melhoria, não passam por mudanças profundas, tendo em vista serem já bastante conhecidas. No decorrer do tempo, essas técnicas e mudanças se tornam habituais, previsíveis.

Ao referir-se à perturbação do equilíbrio, o seja, a mudança, Schumpeter se refere à inovação que se configura como fator capaz de mudar o estado das coisas,

É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...] Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais. (SCHUMPETER, 1997, p. 75).

Todo o processo envolto no fluxo circular não seria capaz de promover mudanças significativas; contudo, a inovação, pelo seu caráter imprevisível, é o elemento transformador.

Quando se fala em inovação ou mudanças na produção surge uma controvérsia: não é qualquer tipo de mudança produtiva que Schumpeter (1997) caracteriza como inovação capaz de romper com o equilíbrio; ele afirma que as mudanças ocorridas no processo produtivo por meio de novas combinações ou ajustes podem promover crescimento, mas não desenvolvimento. Entretanto, quando as novas combinações são descontínuas, “pode surgir o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento”. (1977, p. 76). Não obstante, a inserção de um produto novo ou uma nova forma de produção, ou seja, de inovação, pode gerar transformação, mas não aquela gerada pela evolução natural da produção já existente. Essa atividade pode ser realizada por meio de cinco processos descritos por Schumpeter: 1) um novo bem ou uma nova qualidade do bem produzido; 2) um novo método de produção; 3) a abertura de um novo mercado; 4) uma nova fonte de oferta de matéria-prima ou de bens semimanufaturados; e, por último (5), o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria. Essas novas combinações, para que sejam realmente transformadoras do cenário econômico, devem ser realizadas principalmente por novas estruturas produtivas, ou novos atores, oportunizando, assim, a concorrência. (1997).

A inovação, no pensamento de Schumpeter, só é possível por meio de uma figura imprescindível no processo de desenvolvimento: o empresário. Esse não seria um ator comum, mas um ser capaz de mover a economia e romper com as estruturas existentes, e que, de posse de capital, disponível por meio do crédito, faria o papel de articulador das inovações, pois “nem mesmo a ortodoxia mais conservadora dos teóricos pode negar que a estrutura da indústria moderna não poderia ter sido erigida sem ele”. (1997, p. 79). Expressões como iniciativa, autoridade, previsão definem as características e personificam a figura do empresário, capaz de romper com o fluxo circular.

O empresário é uma figura que se distingue na sociedade por ser portador de uma energia e capacidade de realizar coisas novas que não estariam presentes de maneira difundida entre a população. Ele não deve ser visto como o tradicional capitalista que pertence à classe burguesa, embora se junte a ela ao ser bem-sucedido em sua empreitada. Nem pode ser tomado como aquele que assume riscos. Schumpeter comenta não ser fácil tentar discutir a “psicologia empresarial”. Elenca alguns fatores possíveis de suas motivações, como a ambição social, o esnobismo, a conquista superior e outras, mas não avança em maiores argumentos teóricos para o aparecimento desse personagem na paisagem econômica. O *leitmotiv* de sua ação empreendedora é um tipo de “ato heroico”, apenas quer ver as coisas acontecerem, pela criação em si. (COSTA, 2006, p. 6).

Ao se alternarem períodos de acomodação – fluxo circular – e períodos de inovação, ocorrem os ciclos econômicos, condição imprescindível para o desenvolvimento econômico. Segundo Maricochi e Gonçalves (1994), o período entre a introdução e a produção das mercadorias depende da natureza e do tipo de inovação. Esse fator comprova a existência de ciclos de tempos e intensidades diferentes. Schumpeter identificou três tipos e ciclos:

[...] o primeiro, chamado de “ondas longas” (ou ciclo de Kondratieff) tem um período variável de 54 a 60 anos (destes, o primeiro verificado historicamente vai de 1783 a 1842 e o segundo de 1842 a 1897); o segundo tipo de ciclo tem duração de 9 a 10 anos (ciclos de Juglar); e, finalmente, o terceiro tipo com duração de 40 meses (ciclo de Kitchin). (MORICOCCHI et al., 1994, p. 31).

A teoria dos ciclos econômicos de Schumpeter está apresentada na Figura 3, que se segue:

Figura 3 – Ondas de aceleração do crescimento de Schumpeter



Fonte: Nóbrega, 2007.

As ondas retratadas na figura demonstram, no pensamento de Schumpeter, que a inovação pode romper o equilíbrio e causar um *boom* econômico, entretanto, as inovações são iguais no tempo e no espaço, assim, dependendo do impacto causado pela inovação, o impulso econômico será diferenciado, formando, assim, os ciclos econômicos.

Por el contrario, es razonable pensar que algunos de los procesos comprendidos em nuestro concepto de innovación toman más tiempo que otros para ejercer todo su efecto. La construcción de ferrocarriles o la electrificación de un país pueden tomar entre cincuenta años y un siglo y entrañar transformaciones fundamentales en la vida económica y cultural del país, modificando toda la vida económica y cultural del país. modificando toda la vida económica de sus habitantes así como sus ambiciones espirituales [...] (SCHUMPETER, 1956, p. 28).

Quando Schumpeter (1997, p. 74) afirma que a inovação rompe com o equilíbrio e reinicia o ciclo de desenvolvimento, há uma alusão à ideia de efeito cíclico. Percebe-se, aqui, uma relação com a Causação Circular Cumulativa do economista sueco Gunnar Myrdal⁶, que percebe o desenvolvimento como processo cumulativo, evolutivo, um ciclo que pode ser “vicioso” ou “virtuoso”. A inovação proposta por Schumpeter se reverteria em crescimento econômico e este em investimentos, nos moldes do que afirma Myrdal (1972), defendendo que estes poderiam ser feitos em infraestrutura, bens e serviços capazes de proporcionar benefícios à população e provocar uma espécie de círculo virtuoso de crescimento. Esta seria a Causação Circular Cumulativa do Desenvolvimento. Por outro lado, a inoportunidade dessa “inovação” ou acontecimento (ou até mesmo uma regressão econômica) provocaria a Causação Circular Cumulativa da Pobreza.

Myrdal (1972) se apoia na multiplicidade de fatores para a promoção do desenvolvimento, defendendo que quanto maior o grau de desenvolvimento ou de pobreza que um país apresentar mais ele reproduzirá essa situação. Um dos aspectos mais importantes das ideias de Myrdal é o seu entendimento de que só intervenções políticas por intermédio de um planejamento adequado seriam capazes de reverter o quadro de causação circular da pobreza para uma situação de causação circular do desenvolvimento.

[...] não há outra solução para o desenvolvimento econômico fora do aumento compulsório de parte da renda nacional que é retirada do consumidor e consagrada ao investimento. Isso implica uma política de extrema austeridade, independentemente de saber se o acréscimo das poupanças resulta dos altos níveis de lucros, reaplicados na expansão industrial, ou decorre do aumento da tributação. (MYRDAL 1972, p. 133).

O enfoque industrialista de Myrdal trata da reprodução do capital, mola mestra da estrutura econômica proposta por ele, uma vez que será revertido, em um efeito cumulativo, em crescimento econômico.

⁶ Nobel de Economia em 1974, teve grande influência nos debates sobre desenvolvimento nos anos 1960-1970. (ENRÍQUEZ, 2010, p. 35).

As perspectivas de crescimento econômico e industrial estão atreladas à aglomeração espacial. A afluência de indústrias para um mesmo espaço define, ou pelo menos denota, o desenvolvimento econômico-industrial de uma localidade.

Na conjectura de aglomeração espacial, a Teoria dos Lugares Centrais, elaborada em 1933 por Walter Christaller, oferece uma contribuição importante para a compreensão das tessituras enredadas em um espaço geográfico com fortes laços econômicos. Essa teoria se apresenta como uma rede de lugares hierarquicamente organizados. De acordo com Oliveira (2008, p. 102), a “centralidade de que dispõe é derivada de seu papel como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, das funções centrais que desempenham”.

Portanto, a aglomeração espacial industrial e demográfica poderia fortalecer a economia em escala local. O fator impulsionador de uma afluência poderia ser a indústria motriz, que, por sua vez, atrairia outras indústrias e ainda atividades comerciais inerentes à atividade em questão. Nessa conjectura, passaria a polarizar as áreas adjacentes com a oferta de bens e serviços, se colocando em uma posição de hierarquia.

2.2 Espaços de Paz e Guerra como fatores determinantes para o desenvolvimento

O desenrolar da Segunda Guerra Mundial definiu as relações espaciais, econômicas e hegemônicas. De um lado, os espaços em guerra, com seus aparatos produtivos destruídos e necessidade urgente de equipamentos e armas; de outro, países com tecnologia bélica e produção industrial acelerada e espacialmente externos à guerra.

O fornecimento de armas e equipamentos na grande guerra foi determinante para o desenvolvimento econômico. Os EUA, por exemplo, emergiram como grande potência no pós guerra em razão, principalmente, de sua atuação nesse mercado.

O debate acerca do desenvolvimento que até o início dos anos 1950 era de exclusividade (teórica) dos países desenvolvidos, atingiu os subdesenvolvidos. Os modelos impostos pelo primeiro grupo esgotavam, de certa forma, a possibilidade de se buscar um caminho próprio. Contrariando as possibilidades existentes no período e as “forças” em oposição, em 1948, por meio das Organizações das Nações Unidas (ONU), foi criada a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). Segundo Santos (2010, p. 3), esse fato “representou uma etapa extremamente avançada de reflexão da região sobre a sua evolução histórica, experiência política e posição na evolução do sistema econômico e político mundial”.

O Estruturalismo Cepalino dividia o mundo em dois grandes blocos, o centro – formado pelos países desenvolvidos industrializados, com economias diversificadas e homogêneas – e a periferia –, por países subdesenvolvidos, com economias especializadas (produção primária) e heterogêneas.

Existe entre esses dois polos uma diferenciação de funções no contexto do sistema que eles conformam, a qual se expressa primordialmente no padrão de intercâmbio comercial [...] essa diferenciação se assenta em uma diversidade básica de suas estruturas produtivas: a especialização e a heterogeneidade caracterizam a estrutura periférica, em contraste com a diversificação e a homogeneidade da estrutura do centro. (RODRÍGUEZ, 2009, p. 84).

O pensamento “desenvolvimentista” da Cepal, contrariando a visão de Ricardo das vantagens comparativas, baseava-se principalmente na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na especialização na produção: o centro, responsável pela produção de bens industrializados, e a periferia, por bens primários, o que o economista argentino Raul Prebisch, um dos seus principais intelectuais, qualificou como “deterioração dos termos de intercâmbio”, cujas trocas comerciais desiguais afirmavam uma dominação econômica dos países do centro. A desigualdade nas trocas comerciais se acentuava na medida em que aumentava a produção primária da periferia para satisfazer a necessidade crescente de produtos industrializados, principalmente nos países ricos, e com os preços em desvantagem comparativa para os primários (países subdesenvolvidos), ao longo do tempo ocorria o endividamento que, por sua vez, em continuidade, poderia resultar em vultosa dívida externa.

A teoria latino-americana da deterioração dos termos de intercâmbio tal como proposta nos anos 40 do século passado pelo economista argentino Raul Prebisch, continua sendo relevante. Essa teorização constitui a coluna vertebral das propostas da CEPAL, para os anos de 1950-1973, da “substituição de importações” [...] A teoria de Prebisch, que possui precedentes na Europa do período entre guerras explica que a expansão da produtividade no setor das exportações primárias (isto é, maior produção por trabalhador graças ao progresso tecnológico) desdobra-se em preços mais baixos por duas razões. Primeiro, porque apesar da pretensão em formar cartéis, existem muitos competidores em nível internacional; segundo, porque os trabalhadores são pobres, freqüentemente dessindicalizados, existindo ao lado disso um grande mercado de mão-de-obra desempregada. (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 303).

Ainda com relação à desigualdade das relações comerciais, Martinez-Alier (2007), ressalta que os preços dos manufaturados atendem a uma estrutura de mercado controlada por poucas empresas e não necessariamente, devido aumento da produção/tecnologia; os

trabalhadores são organizados sindicalmente e potencialmente mais produtivos, principalmente devido ao alto grau de instrução ao aparato tecnológico do qual dispunham.

Em consequência dessa premissa de “deterioração dos termos de intercâmbio” de Prebisch e da Cepal, a alternativa para o desenvolvimento seria industrializar-se para diminuir a dependência em relação ao centro. Portanto, o modelo de desenvolvimento da Cepal era “industrialista”:

[...] dada a divisão internacional do trabalho, os períodos de expansão das economias periféricas gerariam desequilíbrios comerciais insustentáveis no longo prazo. Neste contexto, restava aos formuladores de política econômica a utilização de instrumentos de retração da atividade que encerravam o ciclo de crescimento. A industrialização seria a forma de superar a restrição externa imposta ao crescimento dos países periféricos. [...] A superação do subdesenvolvimento se daria, portanto, a partir do processo de industrialização e da redefinição das relações comerciais entre centro e periferia. (COLISTETE, 2001, p. 7).

Em meados da década de 1950, François Perroux desenvolveu a teoria dos polos de crescimento econômico. Determinou a sua análise a partir da observação de aglomerações urbanoindustriais em torno de Paris e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr.

Perroux definia crescimento como *“the combination of mental and social changes in a people that make it fit to increase its total real product, cumulatively and durably.”*⁷ (RIST, 2008, p. 104). Nessa perspectiva, destacava a importância da sociedade no processo de crescimento econômico.

Beyond technical discussions about “growth poles” or “centres of progress”, Perroux is concerned to challenge the simplistic idea of a “nation” current in economic theory – that is, of a tightly knit unit within an international system, each of whose parts is at once autonomous and equal to all the others. We can see that questions are being asked here about the complexities of the real world, instead of abstract models being constructed through oversimplification. (RIST, 2008, p. 105).⁸

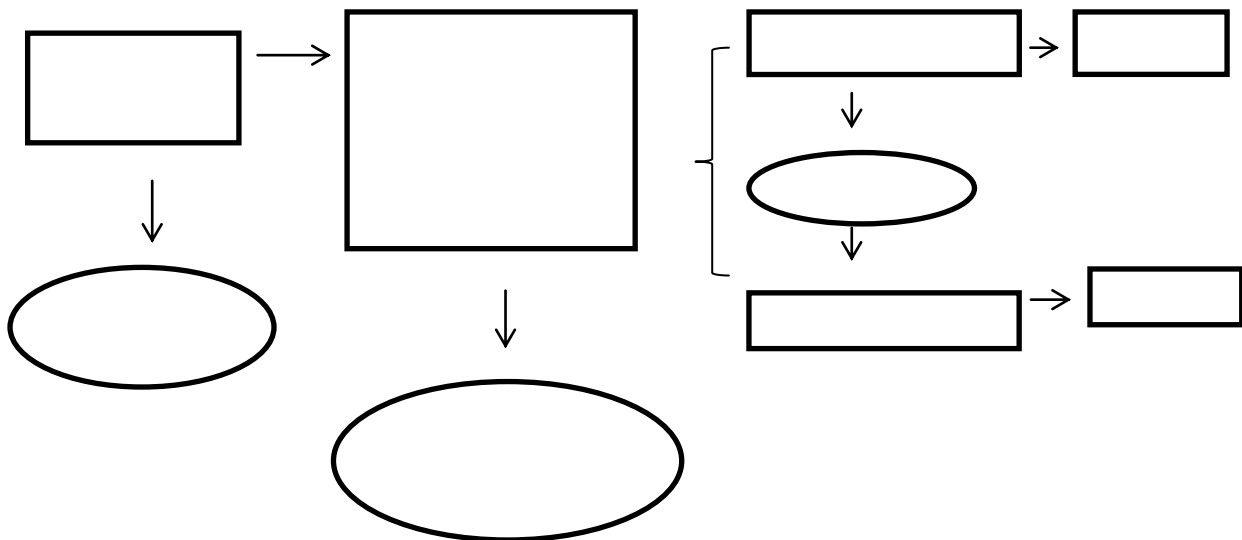
⁷ "a combinação de alterações mentais e sociais em um povo que o tornam apto a aumentar seu produto real total, cumulativamente e duradouro". Traduzido por Sheila Sandreani Almeida.

⁸ Além de discussões técnicas sobre "pólos de crescimento" ou "centros de progresso", Perroux trata de desafiar a ideia simplista de uma "nação" atual na teoria econômica – isto é, de uma unidade coesa dentro de um sistema internacional, em que cada uma de suas partes é ao mesmo tempo autônoma e igual para todos os outros. Podemos ver que as perguntas estão sendo feitas aqui sobre as complexidades do mundo real, em vez de sobre modelos abstratos sendo construídos através de simplificação (RIST, 2008, p. 105). Traduzido por Sheila Sandreani Almeida.

A Teoria dos Polos do Crescimento tem uma perspectiva espacial coadunada com outros determinantes, tais como infraestrutura de transportes e comunicação, mão de obra instruída, mercado consumidor e, principalmente, um meio urbano que seja capaz de produzir novos paradigmas urbanoindustriais e espaciais capazes de satisfazer as necessidades da indústria crescente.

A formação dos polos de crescimento é impulsionada pela indústria motriz, que, de acordo com Souza (2005), “além de produzir efeitos de encadeamento superiores à unidade, do ponto de vista da matriz de insumo-produto, caracteriza-se pela efetiva dimensão de seus efeitos de encadeamento, exercendo, portanto, impulsos motores significativos sobre o crescimento local e regional.” A indústria motriz, portanto, na perspectiva espacial, seria um atrativo para que outros segmentos industriais passassem a coabitar no mesmo espaço geográfico, impulsionando a economia em escala local e regional, possibilitando *externalidades*, que podem ser positivas ou negativas. (Figura 4).

Figura 4 – Síntese do esquema dos polos de Perroux



Fonte: Baseado em Perroux, 1973 apud ENRÍQUEZ (2010, p. 33).

De acordo com a figura acima, a indústria motriz, responsável pelas inovações, desencadearia os efeitos desestabilizadores que seriam capazes de promover mudanças positivas ou negativas na economia, sendo responsáveis, respectivamente, pela formação de polos ou enclaves econômicos.

Os enclaves econômicos podem ser entendidos como economias espaciais voltadas ao mercado externo que não desencadeiam o crescimento econômico em seu entorno. Para Cardoso (2007, p. 217), seria “inversões estrangeiras diretas no setor exportador”, ou ainda,

“núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p.46).

A teoria dos polos de crescimento está inserida no contexto das economias de aglomeração, uma vez que a aglomeração espacial (geográfica), demográfica e industrial pode favorecer as atividades econômicas e, ainda, promover a interação produtividade-trabalho, asseverando o crescimento econômico. Segundo Pontes (2005, p. 2), “a noção de ‘economias de aglomeração’ designa os ganhos de eficiência de que beneficiam actividades produtivas em situação de proximidade geográfica e que seriam inexistentes se as actividades tivessem localizações isoladas”.

A distribuição das indústrias em escala mundial foi e ainda é um forte indicativo de crescimento econômico. As áreas mais industrializadas contribuem de forma substancial para a elevação do Produto Interno Bruto (PIB), forte indicativo de desenvolvimento econômico. Entretanto, muitas nações industrializadas apresentavam elevados índices de pobreza e desigualdade. Portanto, se industrialização e/ou Produto Interno Bruto são fatores determinantes do desenvolvimento, por que existe tanta pobreza e desigualdade (países subdesenvolvidos)? A intensificação na exploração dos recursos naturais e o aumento da produção serão capazes de satisfazer as necessidades das populações desses países e ainda promover o emprego e a preservação do seu meio físico? Será que as inovações tecnológicas serão capazes de reverter a degradação da natureza? Em tempos de intensa globalização e com o forte apelo ao consumo, quais os caminhos para o desenvolvimento?

2.3 Do Nascimento ao Apogeu da Revolução Técnico-Científica e Informacional

Conjuntamente, a emergência da revolução técnico-científica e informacional se deu nos anos de 1970. Diante da perspectiva de uma onda de poder que extrapolasse os “muros” da indústria como se apresentava na década em comento, novos ramos produtivos surgiram e modernas nomenclaturas eclodiram, deixando um ponto de interrogação: o que mais é possível realizar por meio da inovação tecnológica?

A indústria renasceu na sua morfologia, produção e produtividade e na sua natureza. Palavras como robótica, mecatrônica, química fina, entre outras, surgiram e passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, se não por elas mesmas, pela sua inserção nos produtos que consomem e pelo aperfeiçoamento dos mesmos.

Obviamente essa mudança estrutural não aconteceu de uma hora para outra. Como processo, ainda está ocorrendo, e não se inseriu em todos os espaços. A globalização, em

meio às suas contradições, disseminou ideias, realizou investimentos e fez emergirem produtos de ponta (elementos de poder, não só tecnológico, mas também espacial); apesar dessa “função” de dissipação de novos paradigmas, no seu nascimento, tinha como modelo de desenvolvimento econômico o industrial.

No contexto de industrialização, no Brasil, estudos econômicos importantes emergiam. Celso Furtado, nos anos de 1970, sob forte influência do Estruturalismo Cepalino nas relações centro-periferia, em o “Mito do Desenvolvimento Econômico”, publicado em 1974, faz uma crítica e levanta uma questão ainda embrionária em relação aos modelos de crescimento econômico do período em questão: os limites do meio físico e a abordagem social do desenvolvimento.

Furtado (1974, p. 75), indo além das perspectivas mais usuais do período, alertou para os riscos do excesso de exploração dos recursos naturais e humanos, uma vez que julgava irrealizável que o modelo de vida (consumo) dos países centrais se estendesse para todos os países do planeta. “O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana”.

A elevação das disparidades entre o centro e a periferia no período chamou a atenção de Furtado. De um lado, o centro, localidade das sedes de grandes empresas, donas de tecnologia e de meios de produção mais eficientes, com uma população com elevado poder de consumo; de outro, a periferia, em franco processo de industrialização tardia, dependente de recursos tecnológicos do centro, e palco de vultosas desigualdades sociais, cujos padrões de consumo similares aos do centro eram restritos a um pequeno grupo da elite.

O intenso estímulo ao consumo e os padrões de vida do centro geram impactos importantes ao meio físico e demonstram claramente que o pano de fundo dessa questão é o processo de acumulação de capital. Em uma projeção vinculada ao possível aumento da renda e, conseqüentemente, do consumo, Furtado (1974) destaca que uma demanda crescente por recursos naturais estaria fora da capacidade de controle do ser humano e que o avanço tecnológico não seria capaz de sanar os problemas advindos dessa contraditória realidade.

Furtado centra sua concepção de desenvolvimento explicando o subdesenvolvimento. Compreendendo sua evolução, coloca no escopo da discussão a formação histórica da periferia e a divisão internacional do trabalho construída pelas desiguais condições de trocas comerciais ou, nas palavras de Prebish, pela “deterioração dos termos de intercâmbio”, ideia

compartilhada pelos cepalinos e pelos “dependistas”⁹, cuja hipótese principal é: “o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional”. (1974, p. 78).

Apesar da forte expansão industrial no mundo, em um contexto de intensificação do uso de matérias-primas, não havia, ainda, por parte da maioria dos teóricos do desenvolvimento, uma preocupação com o possível esgotamento dos recursos naturais não renováveis, usados de forma indiscriminada.

Em 1968, quando da criação do Clube de Roma¹⁰, e em 1972, por ocasião da publicação do relatório “Os Limites do Crescimento” (The Limits to Growth), elaborado por uma equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) liderada por Dennis L. Meadows, a controvérsia crescimento econômico/limite ambiental veio à tona. Na ocasião, o cerne das discussões tinha um caráter voltado para as graves consequências do crescimento econômico e suas implicações ao meio ambiente, pregava o crescimento econômico zero, e com uma visão neomalthusiana, ressaltava que a combinação do crescimento da economia industrial com o crescimento demográfico seria impraticável do ponto de vista ambiental.

O Relatório Meadows resultou na Conferência de Estocolmo, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, entre 5 e 16 de junho de 1972, que representou um marco nas discussões acerca dos limites do meio físico, porquanto suscitou a sua expansão para envolver a sociedade, transcendendo as fronteiras do meio acadêmico em que até então se confinavam.

Um dos conceitos mais importantes resultantes da Conferência de Estocolmo foi o de ecodesenvolvimento, apresentado por Maurice Strong¹¹ e aperfeiçoado, em 1974, por Ignacy Sachs. De acordo com Brüzke (1993, p. 15), Sachs o colocou como uma alternativa endógena de desenvolvimento em harmonia com os segmentos sociais, econômicos e ambientais, definindo seus pontos básicos: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) a elaboração de programas de educação.

⁹ Adeptos da Teoria da dependência, cujo cerne está na explicação da dependência em vários níveis, e sua reprodução no sistema capitalista mundial.

¹⁰ Grupo de cientistas, educadores, intelectuais, empresários reunidos em Roma pelo empresário e economista Aurélio Peccei.

¹¹ Secretário Geral da Conferência de Estocolmo.

Na ocasião da divulgação do relatório, o mundo vivia o “boom” da expansão industrial por meio das multinacionais e as críticas foram inevitáveis, principalmente dos adeptos do crescimento da economia industrial.

De acordo com Brüzeke (1993, p. 15), Robert Solow, com pensamento de caráter convencional, “criticou com veemência os prognósticos catastróficos do Clube de Roma”, uma vez que nos anos 1970 passou a acrescentar uma ótica ambiental às suas discussões, reconhecendo, mas não como primordial, a importância da preservação dos recursos naturais não renováveis. Na análise de Corazza (2005), Solow não creditava a escassez de recursos naturais aos limites da natureza, mas aos monopólios e cartéis¹².

Entretanto, Solow, em sua análise de contestação ao pessimismo do Clube de Roma, enfatizou dois fatores principais,

It is clear without any technological apparatus that the seriousness of the resource-exhaustible problem must depend in an important way on two aspects of the technology first, the likelihood of technical progress, especially natural-resource saving technical progress, and, second, the ease with which other factors of production, especially labor and reproducible capital, can be substituted for exhaustible resources in production. (SOLOW, 1974, p. 10).¹³

Fundamentalmente, Solow aprofundou o progresso técnico e a *substitutabilidade* dos fatores de produção na resolução dos problemas voltados à exaustão dos recursos naturais. Solow (1974) ressalta que o progresso técnico pode aliviar ou eliminar os problemas econômicos advindos da escassez dos recursos naturais, mas não descarta a necessidade de análise, caso não ocorra essa disposição.

Herman Daly, em clara oposição a Solow e à concepção de que “milagrosa tecnologia” seria capaz de resolver todos os problemas, expôs,

At this point the growthmaniacs usually make a burnt offering to the god of technology: surely economic growth can continue indefinitely because technology will continue to “grow exponentially” as it has in the past. [...]

¹² Solow fez esta análise no contexto da crise do petróleo, que sustentava seu argumento.

¹³ É claro, sem qualquer aparato tecnológico, que a gravidade do problema da exaustão dos recursos de recursos esgotáveis deve depender, de forma importante, de dois aspectos da tecnologia: em primeiro lugar, da probabilidade de progresso técnico, especialmente de o progresso técnico salvar os recursos naturais, e, segundo, a facilidade com que outros fatores de produção, especialmente o trabalho e o capital reproduzível, podem ser substituídos por recursos esgotáveis na produção. (SOLOW, 1974, p. 10). Traduzido por Sheila Sandreani Almeida.

Such technical progress is more a part of the problem than the solution. (DALY, 1974, p. 18).¹⁴

Ao colocar o progresso técnico como parte do problema, Daly relaciona-o ao uso indiscriminado dos recursos naturais, uma vez que a tecnologia está a serviço da produção e esta, por sua vez, para atender à demanda, aumenta os processos exploratórios.

Apesar das diversas críticas que o relatório “Limites do Crescimento” recebeu, cujos editores chegaram até a ser chamados de “profetas do apocalipse”¹⁵, é inegável a sua contribuição para o debate acerca do crescimento econômico e suas consequências. Para Furtado (1974, p. 17), foi graças a esse estudo que vieram à tona importantes implicações sobre a temática do desenvolvimento na época.

A década de 1970 foi muito frutífera para o debate acerca da temática meio ambiente e desenvolvimento, a exemplo da Carta de Belgrado¹⁶ (1975), que questiona os efeitos do progresso tecnológico, bem como o aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental. Destaca a importância de um modelo de crescimento econômico que não prejudique as pessoas e o meio natural, usando o termo “ética global” no sentido de assegurar ao homem a satisfação de suas necessidades conciliada com responsabilidade ambiental, social e econômica por meio da educação.

Embora os debates não tenham cessado nos anos subsequentes, a retomada da discussão acerca dos limites impostos pelo meio físico foi decisiva em 1983, quando a ONU criou a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, em inglês, *United Nations Conference in Environment and Development*). Essa comissão foi presidida pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, cujo resultado foi um documento conhecido como “Relatório Brundtland” ou “Nosso Futuro Comum”, concluído em 1987 e publicado em 1988.

O relatório colocou em cheque as políticas de desenvolvimento vigentes no planeta, principalmente as dos países capitalistas desenvolvidos, propondo uma ideia de desenvolvimento holística, que abrangesse desde as questões sociais, passando pelas econômicas até as ambientais, e estabelecendo as premissas para um novo conceito, o de

¹⁴ Neste ponto, os maníacos por crescimento normalmente fazem um sacrifício ao deus da tecnologia: certamente o crescimento econômico pode continuar indefinidamente porque a tecnologia vai continuar a "crescer exponencialmente", como fez no passado. [...] Tal progresso técnico é mais uma parte do problema do que solução. Traduzido por Sheila Sandreani Almeida.

¹⁵ Termo utilizado por John R. Maddox em seu livro ‘The doomsday syndrome’ (1974), editor chefe da *Nature* de 1966 a 1973 e de 1980 a 1995, com relação aos cientistas do MIT.

¹⁶ Desenvolvida em 1975 por vinte especialistas em educação com o intuito de formar um cidadão consciente de suas responsabilidades sociais, econômicas e ambientais.

desenvolvimento sustentável, capaz de “garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem também as suas”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 9).

Entretanto, o conceito, segundo Rist (2008, p. 181-182), é limitante devido a diversos fatores. Primeiro, pressupõe a existência de um sujeito coletivo, *depende de todos*, dificulta a compreensão do que realmente se pretende; segundo, quanto às *necessidades básicas*, tanto do presente quanto do futuro, quem definirá quais são, uma vez que são diferentes para os diversos grupos humanos?; terceiro, embora destaque os limites para o crescimento, generaliza, pois não menciona, por exemplo, os efeitos da indústria na biosfera; quarto, se trata de ‘abrir caminhos para uma nova era de crescimento da economia’, parece redundante; quinto, “a pobreza não é mais inevitável”. Não considera os mecanismos pelos quais a pobreza foi socialmente produzida. Tampouco denuncia os mecanismos de exclusão produzidos pelo crescimento econômico; e, por fim, se “a pobreza é um mal em si mesma”, explicar o desenvolvimento seria um bem em si mesmo? E populações pobres precisam ser consoladas com aspirações a uma vida melhor? Isso muda o argumento de que “um mundo em que a pobreza é endêmica está sempre sujeito a catástrofes ecológicas entre outras”.

Ainda segundo Rist (2008, p. 183), é inegável a importância do Relatório Brundtland por suas valiosas contribuições estatísticas, mas embora a proposta de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável seja extremamente enaltecida, o relatório não mostra o caminho para atingi-la, expressando apenas a esperança de que o necessário irá ocorrer, deixando, além disso, clara uma grande contradição:

The main contradiction, then, in the Report of the Brundtland Commission is that *the growth policy supposed to reduce overtly and stabilize the ecosystem hardly differs at all from the policy which historically opened the gulf between rich and poor and placed the environment in danger* (because of the different rates of growth which can be achieved depending on the use of either non-renewable or renewable resources). (RIST, 2008, p. 186).¹⁷

Em 1990, com o advento do primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), houve um fortalecimento do tema, principalmente porque sistematizado em um indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tornou-se o mais importante indicador, substituindo o PIB, até então o mais utilizado como parâmetro

¹⁷ A contradição principal, então, no Relatório da Comissão Brundtland é que a política de crescimento que deveria reduzir a pobreza e estabilizar o ecossistema dificilmente difere da política que historicamente abriu o abismo entre ricos e pobres e colocou o meio ambiente em perigo (por causa das diferentes taxas de crescimento, que pode ser alcançado de acordo com a utilização quer de recursos não renováveis ou renováveis). (RIST, 2008, p. 186).

para medir (apenas) o crescimento econômico. Não traduz exatamente a realidade por completo, uma vez que se trata de uma média e devido ao fato de estar baseado em apenas três indicadores principais e alguns secundários, mas não há, ainda, uma outra forma de avaliar o desenvolvimento humano de um país, região, estado ou município. Desde então, esse relatório é publicado anualmente, e “promove o debate de temas relativos ao desenvolvimento e produz o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano” (PNUD), atuando na busca de soluções em três áreas principais: a da governança democrática, da redução da pobreza e da energia e meio ambiente.

Após tantos questionamentos acerca do relatório Brundtland e ainda com as premissas do desenvolvimento humano, havia de fato a necessidade de discussões. Em 1992 elas chegaram a um termo, por ocasião da ocorrência da II Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por Rio-92, Eco 92, Cúpula da Terra, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, que contou com uma participação bastante diversificada, de chefes de Estado a militantes de ONGs. De acordo com Rist (2008, p. 188), contou com a participação de oito mil jornalistas e de um total de 30 mil pessoas. A abrangência do evento dá o tônus da sua importância, embora, nas palavras do secretário geral da conferência, Maurice Strong, “Cúpula da Terra não é um fim em si, mas um novo começo”.

Pensando nesse novo começo, a conferência resultou em importantes documentos: duas declarações, três convenções e um plano de ação global.

A declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Carta da Terra, reza sobre os princípios do desenvolvimento sustentável, que envolvem a proteção e recuperação dos ambientes naturais, a vida em comunidade, a construção de sociedades democráticas, a transmissão às futuras gerações de valores, tradições e instituições que apoiem a sustentabilidade, a adoção de novos padrões de consumo, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento humano, a igualdade de gênero, raça, cultura e credo, o fortalecimento das instituições, o direito à educação, à cultura e à paz. (O TEXTO..., 1992).

O desenvolvimento sustentável baseado em três pilares – o ambiental, o social e o econômico – até os dias atuais fez e faz parte das discussões acerca do desenvolvimento, mas esse conceito tem evoluído nos últimos anos, com o incluído sustentado de Sachs (2004), o desenvolvimento como liberdade, ou seja, de direitos essenciais do ser humano de Sen (2000) e, mais recentemente, a prosperidade sem crescimento de Tim Jackson (2009). Todos discutem o desenvolvimento em um mundo globalizado, com suas contradições e, principalmente, o fato de que o crescimento econômico não resolveu os problemas de

exclusão social como se acreditava que faria em meados do século passado (XX), pelo contrário, aprofundou-os.

Os modelos clássicos de crescimento não atendem e/ou não se preocupam com a necessidade de promoção do desenvolvimento humano. Não há desenvolvimento senão aquele que seja capaz de promover os potenciais dos indivíduos e dar-lhes seguridade e justiça social, política, econômica e ambiental.

Mais do que um modelo de desenvolvimento, a ampliação das liberdades humanas é uma necessidade. De acordo com Sen (2000), essa perspectiva se aplica aos âmbitos de justiça social, erradicação da pobreza e do mercado (na perspectiva da geração de renda). O Estado se insere nesse contexto, por intermédio da boa governança para garantir a seguridade social, a democracia, a não distinção de gênero, o direito à preservação, manifestação e construção cultural e às liberdades individuais.

Sen (2000, p. 17-21) defende que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. A ideia de liberdade é proposta por Sen por meio de três fatores: primeiro, na perspectiva de que o crescimento econômico promove melhorias sociais como educação básica de qualidade e saúde, e, conseqüentemente, conduz e estimula o desenvolvimento; segundo, com base na discrepância entre a renda e a liberdade individual, pois há uma diferença na qualidade de vida dos indivíduos de rendas diferentes traduzida nas oportunidades mais ou menos amplas de acordo com o seu poder aquisitivo; terceiro e último aspecto, o papel do mercado como parte do processo de desenvolvimento e sua contribuição para o crescimento econômico e como fração fundamental das liberdades básicas do indivíduo.

Sen centra sua fundamentação do desenvolvimento na liberdade no indivíduo, cujo núcleo se constrói por razões avaliatórias e da eficácia. O primeiro, pela ampliação das liberdades, e o segundo, pela condição do sujeito como agente, “o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”. (2000, p. 19).

A garantia dessas premissas para as liberdades individuais se dá por meio das instituições, cujo papel central seria o de oportunizar ao indivíduo a capacidade de fazer escolhas e interferências no âmbito das decisões públicas que efetivamente põem em prática as determinantes do processo democrático e participativo.

As privações são as principais evidências da falta de desenvolvimento e devem ser consideradas no sentido de eliminá-las. A população mundial sofre de privações diversas: de alimento, de cuidados com a saúde, de saneamento básico, de educação eficaz, de segurança econômica e social, de liberdades políticas e direitos civis. As principais privações estão diretamente relacionadas ao rendimento, ou seja, a sua escassez. Baixos rendimentos funcionam como uma “mão dupla”, pois privam as pessoas de educação e saúde de qualidade e ainda mitigam as suas possibilidades de obter rendimentos mais elevados, ou seja, de ascensão social.

A pobreza, de acordo com Sen (2000, p. 112), pode ser de renda ou de capacidades. A primeira, definida pela escassez de recursos materiais ou baixo nível de renda, e a segunda, vinculada à renda, limitam oportunidades e o desenvolvimento de potenciais, incapacitando os indivíduos para obter uma renda mais elevada. A propósito da ligação entre capacidades e igualdade, Domingues observa que:

[...] se as pessoas têm capacidades diferentes, uma vez que têm poder diferente umas perante as outras, não podem ser igualmente livres, e por conseguinte umas seriam mais livres que as outras, tanto individual quanto coletivamente. Isso significa que o privilégio retorna ao palco e que é essa concepção da liberdade como capacidade que prevalece. [...] Desigualdades representam privilégios em termos de capacidades e não respondem de modo adequado à moderna concepção da liberdade como o fim da dominação. (DOMINGUES, 2003, p. 67/68).

O autor ressalta que perspectiva seniana é conceitualmente voltada ao liberalismo, princípio que em suma defende o direito à propriedade privada, a liberdade econômica, a diminuição do papel do Estado e a igualdade perante à Lei, ou seja, no que se refere aos aspectos gerais de sua teoria:

[...] a perspectiva geral do liberalismo que é em suma sustentada aqui, sobretudo no que tange às liberdades instrumentais: a liberdade política, a abertura do mercado ao empreendimento, liberdade quanto à servidão no trabalho, oportunidades para o avanço individual mediante o mérito, segurança pessoal. Trata-se de pontos de vista absolutamente clássicos, que nasceram da luta da burguesia ocidental contra os esquemas de dominação típicos da era feudal. (DOMINGUES, 2003, p. 62).

A liberdade dos mercados também é ressaltada por Sen, não apenas como comumente se percebe, como garantia da expansão da renda, riqueza e oportunidades, mas principalmente no sentido de não restringir a liberdade de transações comerciais por meios arbitrários:

Restrições arbitrárias ao mecanismo de mercado podem levar a uma redução de liberdades devido aos efeitos consequenciais da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as consequências

favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações. (SEN, 2000, p. 41).

Os mecanismos restritivos de mercado, segundo Sen, reduzem as oportunidades e, conseqüentemente, as liberdades substantivas. Por outro lado, não nega a regulação por meio do Estado em alguns casos.

Essa posição de Sen (2000) acerca do mercado se mostra restrita no sentido de que, no âmbito do contexto histórico evolutivo do mercado, sua atuação tem se mostrado como fator conducente a desigualdades e dominação. A apropriação capitalista por meio de trocas comerciais se sustenta desde as grandes navegações, período em que alguns mercados começaram a se fortalecer pela apropriação do capital, natural ou humano, de áreas colonizadas.

Diante das contradições referentes ao mercado, Sen (2000) ressalta um valor um tanto subjetivo, que embora importante, não é possível quantificar e/ou qualificar em situações de escolha pessoal: a ética.

Entretanto, ao emergirem valores sociais, a liberdade individual, entendida como produto social, se coloca em duas vias: a “[d]as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e [a d]o uso das liberdades individuais não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais mais apropriadas e eficazes” (SEN, 2000, p. 46). Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002, p. 62), referindo-se a Durkheim, dispõem que “ações e sentimentos particulares, ao serem associados, combinados e fundidos, fazem nascer algo novo e exterior àquelas consciências e às suas manifestações”.

Ao considerar ética, equidade, extinção de privações, democracia, valor do mercado, igualdade de gênero, aspectos culturais, políticas públicas de provimento às necessidades básicas, liberdades políticas, civis e individuais, Sen (2000) tratou uma multiplicidade de fatores, apresentando uma proposta de desenvolvimento multidimensional. Entretanto, a complexidade da sociedade contemporânea exige a consideração de questionamentos relevantes, tais como: as disparidades socioeconômicas gritantes existentes, exemplificadas por um consumo exacerbado de um lado, e fome e miséria de outro, poderiam ser reduzidas a partir apenas de garantia de suprimento de necessidades básicas do segundo grupo? A busca pela equidade não se limitaria pela exaustão do meio físico e pelas relações de poder existentes? Embora considere o valor das tradições e culturas, a liberdade e as necessidades são as mesmas em todos os contextos culturais, em todas as tradições?

Cada vez mais, a possibilidade de uma única via de desenvolvimento se exaure; precisa ser multidimensional, holístico. Sen (2000) ressalta que essa abordagem ganhou destaque nos últimos anos, em parte devido aos problemas enfrentados ou pelas novas possibilidades apresentadas nos diferentes países. A necessidade de uma visão mais ampla do desenvolvimento exclui o desenvolvimento setorial, compartimentado, cujos efeitos são sempre limitantes e desiguais, e reforça o estímulo das diversas instituições a reforçarem-se mutuamente, convergindo para um objetivo comum.

A ideia de desenvolvimento enquanto crescimento econômico estava embebida do cenário histórico, do crescimento industrial vertiginoso, da crescente oferta de trabalho, da reconfiguração socioespacial, que só permitiam ver o desenvolvimento nesse patamar.

A incompatibilidade desse modelo com as ideias contemporâneas está no centro das discussões. As novas concepções de desenvolvimento estão, como nunca, mais voltadas ao desenvolvimento humano, que nas palavras de Julius Nyerere¹⁸ no Relatório da Comissão do Sul, consiste em um processo no qual as pessoas sejam capazes de ter uma vida digna, satisfaçam suas necessidades, desenvolvam suas potencialidades e autoconfiança, e se libertem do medo, da opressão, da carência e da exploração. A liberdade também deve ser política e socioeconômica. O desenvolvimento significaria também a independência política, em que o crescimento consistiria em um movimento que emerge da sociedade onde ocorre.

A perspectiva de desenvolvimento de Nyerere é consensual a de Sen: ambos destacam a liberdade como premissa, embora o primeiro considere a liberdade como consequência do desenvolvimento, uma vez que liberta as pessoas do medo e opressão, enquanto o segundo a coloca como pré-requisito para o mesmo. Todavia, destacam a importância da liberdade.

Não dá pra considerar o desenvolvimento contemporâneo sem considerar os limites do meio físico, o aumento da exploração e a destruição desmedida dos recursos naturais em um planeta com uma população de mais de sete bilhões de habitantes, cujo crescimento vegetativo mundial vem diminuindo em razão da queda nas taxas de fecundidade, embora essa diminuição seja relativa. Os países desenvolvidos crescem pouco, não crescem, ou até decrescem; os países subdesenvolvidos, tanto os que estão em desenvolvimento quanto os mais pobres, continuam crescendo, os últimos em grande proporção.

Aliar a exploração humana do meio natural à população crescente é, no mínimo, impraticável, bem como se aplicar a equidade proposta por Sen (2000).

¹⁸ Ex-presidente da Tanzânia e da Comissão do Sul.

No contexto da relação Homem x Natureza, a desigualdade no processo exploratório trouxe o retorno da ideia de “estado estacionário” de Herman Daly, como prosperidade sem crescimento. O termo é aparentemente contraditório uma vez que comumente se entende que crescimento econômico é sinônimo de prosperidade. Tim Jackson¹⁹ (2009) redefine essa contradição propondo a reavaliação da natureza do desenvolvimento, colocando a possibilidade de promoção de melhorias na qualidade de vida dos seres humanos e redução dos impactos sobre o meio ambiente.

Para Jackson (2009), o modelo de crescimento econômico é instável do ponto de vista ecológico e a prosperidade vai além da riqueza. A prosperidade vai além do sustento material, pois adquire outras grandezas, como a psicológica e a social, permeadas de outros aspectos importantes: as boas relações com seus pares, o respeito mútuo, o trabalho e o sentimento de pertencimento dentro do seu espaço social, como sujeito participativo e significante.

Jackson (2009) ainda sustenta a incompatibilidade entre as aspirações das pessoas, que desejam alcançar o padrão de vida dos PADs e a manutenção do equilíbrio socioeconômico e ambiental do planeta ao mesmo tempo. De acordo com as estimativas, a população mundial, em 2050, atingirá a marca de nove bilhões de habitantes e, para se atingir o nível de consumo anteriormente citado, seria necessário que a economia crescesse 15 vezes em relação à atual, portanto, seria uma ilusão pensar nessa possibilidade.

A complexidade dos acontecimentos do século XX, marcado por guerras, crises econômicas, emersão e derrocada de regimes socioeconômicos, privação de liberdades por regimes ditatoriais, comemora-se a emergência da tecnologia como vetor de poder, com suas contradições, incoerências, mas também com sua evolução incomum, nunca antes vista, descrita por Santos como:

O século XX ficará na história (ou nas histórias) como um século infeliz. Alimentado e treinado pelo pai e pela mãe, o andrógino século XIX, para ser um século prodígio, revelou-se um jovem frágil, dado às maleitas e aos azares. Aos catorze anos teve uma doença grave que, tal como a tuberculose e a sífilis de então, demorou a curar e deixou para sempre um relógio. E tanto que aos trinta e nove anos teve uma fortíssima recaída que o privou de gozar a pujança própria da meia idade. Apesar de dado como clinicamente curado seis anos depois, tem tido desde então uma saúde precária e muitos temem uma terceira recaída, certamente mortal. Uma tal história clínica tem-nos vindo a convencer – a nós cuja inocência está garantida por não termos escolhido nascer neste século – que, em vez de um século prodígio, nos coube um século idiota, dependente dos pais, incapaz de montar casa própria e ter uma vida autônoma. (SANTOS, 1999, p. 75).

¹⁹ Professor de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Surray no Reino Unido e diretor econômico da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Grã-Bretanha.

Embora a produção intelectual acerca do desenvolvimento e a evolução científica tenham sido vertiginosas no século passado, o peso da “mão” do poder provocou uma “nova ordem desordenada”, na qual se presenciou ainda a fome, a miséria, a violência, o aumento das desigualdades e as graves crises econômicas. A revolução tecnológica não foi suficiente para banir o poder do capital e resolver as mazelas pelas quais passa grande parte da população do planeta, pelo contrário, o conhecimento científico e tecnológico tornou-se uma arma a serviço do capitalismo e não da humanidade.

O desenvolvimento, nos moldes que se o conhece e/ou idealiza, é impossível de ser alcançado por todas as pessoas, o planeta não suportaria. As diferentes percepções acerca do desenvolvimento dimensionam uma gama de possibilidades, caminhos e descaminhos, mas sempre ponderam sobre os limites impostos, sejam eles do capital, do ser humano, do trabalho/produção e/ou do meio físico.

Desde a perspectiva do desenvolvimento exclusivamente como crescimento econômico, passando pela ideia de construção histórica e indo até as novas roupagens do desenvolvimento sustentável e sustentado, considerando os limites do meio físico e os direitos humanos, as diferentes escalas se entrelaçam nas mais diversas concepções.

Percebe-se, nas últimas décadas, um retorno à ideia de desenvolvimento regional, muito discutida em meados do século passado, principalmente na América Latina.

Para Boisier (1996), o papel transformador da revolução científica e tecnológica nas relações de espaço-tempo influenciou inclusive na percepção de desenvolvimento regional. O desenvolvimento sob uma perspectiva em escala está em processo de mudança, sem previsibilidade de conclusões definitivas.

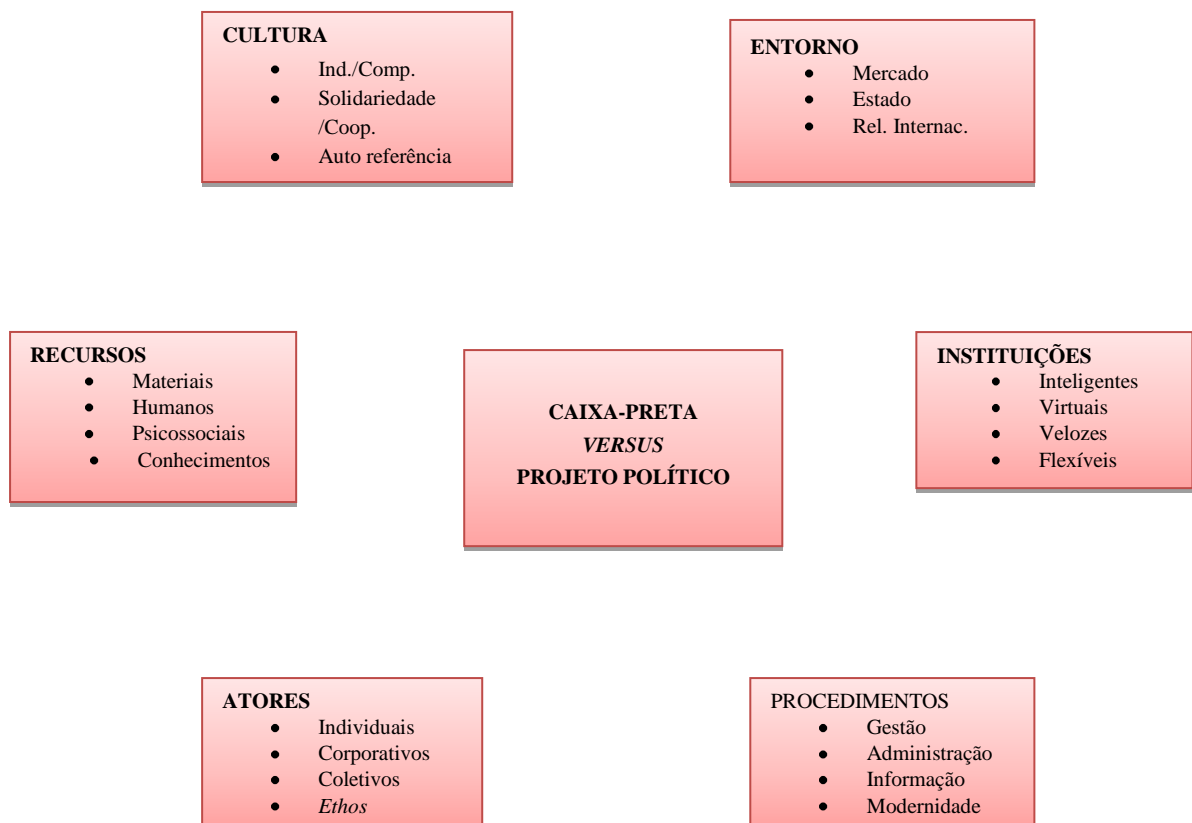
Após o fim da Guerra Fria a dissipação de blocos supranacionais tornou-se uma contraditória realidade. De um lado, a destituição de fronteiras econômicas, em perspectiva de economia regional; de outro, o protecionismo, em uma perspectiva de economia global. “É como se a globalização funcionasse como uma espécie de lente convexa: quando se olha para um lado, está-se privilegiando o micro; quando se olha para o outro, está-se privilegiando o macro”. (BOISIER, 1996, p. 115).

Segundo Boisier (1996), a ideia de desenvolvimento regional pautado no desenvolvimento de cidades e regiões – de base territorial, como território organizado – só é possível pela articulação e o gerenciamento de seis elementos presentes nos territórios organizados: “a) atores, b) instituições, c) cultura, d) procedimento, e) recursos, e f) entorno”. (BOISIER, 1996, p. 133).

Ainda de acordo com o autor, a interação entre tais elementos pode ser *densa* ou *difusa*, e acontecer de forma *aleatória* ou *inteligente e estruturada*. A forma inteligente e estruturada, por meio de um planejamento coletivo (micro) ou um projeto político regional (macro), bem como a análise compartimentada dos elementos citados e das conexões existentes entre eles, seriam fatores condicionantes para o processo de desenvolvimento.

A percepção de desenvolvimento regional de Boisier (1996), o Hexágono do Desenvolvimento Regional, se resume na representação da Figura 5, na sequência:

Figura 5 – Hexágono do Desenvolvimento Regional



Fonte: Boisier (1996, p. 136).

O Hexágono do Desenvolvimento Regional reflete a necessidade de sinergia entre os diversos elementos, fundamentada a partir de um planejamento que adeque às especificidades locais e às demandas impostas pelo mundo globalizado os diversos atores envolvidos, sejam coletivos ou individuais, o capital humano, as relações econômicas, a reprodução do espaço geográfico e as instituições, que por meio de políticas públicas e ações coordenadas seriam capazes de promover o desenvolvimento.

Por muito tempo acreditou-se que o crescimento econômico teria como consequência a diminuição das desigualdades sociais e promoveria a melhoria na qualidade de vida de todos. Entretanto, percebe-se que as desigualdades se ampliaram e novos problemas entraram em cena. O poder não é mais centrado exclusivamente na economia, o conhecimento (científico e tecnológico) passou a ser também uma via de poder; além deste, a emergência do poder político e das grandes corporações entrou na esfera global como a “*mola-mestra*” das contradições de um mundo interligado. De um lado, a crescente interdependência entre os países, o aumento de produtividade em todos os setores, a padronização do consumo, da cultura, da informação e do conhecimento; de outro, a proteção interna de mercados, o conhecimento científico e tecnológico, as crises econômicas astronômicas, a fome e a miséria, a destruição de ambientes naturais e uma forte busca por identidades.

A proposta de desenvolvimento sustentável vai de encontro, pelo menos em parte, ao crescimento econômico ainda evidentemente vigente. Apesar das tentativas de redução do uso de recursos naturais, seja pela ecoeficiência ou pela quantidade, muitas vezes, a utilização de produtos ecologicamente mais eficientes se configura em “ilusão”, porquanto as restrições a sua utilização em determinados países podem ser compensadas pela facilidade de sua aquisição em países com menos comprometimento ambiental, ou seja, há que se questionar essa redução, uma vez que a legislação ambiental não funciona da mesma forma em todos os países.

Diante dessa conjuntura, pensar um desenvolvimento que se adeque, ou pelo menos se aproxime, das condições expostas, é, no mínimo, uma probabilidade em escala. O desenvolvimento sustentável só é possível sob uma perspectiva macro (global), do contrário, os efeitos da degradação ambiental em uma determinada área podem afetar outras, a depredação dos recursos naturais quebra o equilíbrio, cujas consequências se estendem por espaços difíceis de quantificar. O desenvolvimento humano, e até mesmo o econômico, de acordo com alguns teóricos já mencionados, deve partir do micro (local), das liberdades e potencialidades locais, de políticas públicas que permitam a erradicação da pobreza, seja ela de recursos ou de oportunidades.

Para melhor entendimento do desenvolvimento local, remete-se a Franco (2004), em cujo entendimento faz-lhe menção como a desenvolvimento das pessoas, de suas capacidades, superação, habilidades e competências. O autor critica a ideia desenvolvimentista pensada apenas no âmbito do Estado-nação, e reflete sobre a disposição de que é no local (escala local) “onde, de fato, vivem as pessoas”. (2004, p. 96).

Segundo Martinelli e Joyal (2004), o termo local ganhou força devido ao processo de desconcentração industrial, tornando-se uma alternativa principalmente pela mobilidade dos setores produtivos e dos investimentos. Além disso, está vinculado à ideia de comunidade, cuja dinâmica está associada a níveis de instrução, participação e desenvolvimento de potencialidades.

Segundo Franco (2004), apesar de o local estar ligado a pequenas dimensões territoriais (talvez por isso associado a pouca disponibilidade de recursos), é no local que acontecem os processos econômicos.

O desenvolvimento local pode ser alcançado por meio de três esferas, a institucionalista, a comunitária e a privada.

O desenvolvimento local institucionalista pode ocorrer quando entidades governamentais investem na economia e nos setores sociais de uma localidade; aqui as decisões são tomadas de *cima para baixo*.

Na esfera comunitária, este pode ocorrer no âmbito da organização civil, por meio de cooperativas, ONGs ou até mesmo da sociedade como um todo. Nesse caso, a tendência é de um desenvolvimento local baseado nas especificidades do meio e não necessariamente em grandes atividades econômicas. Muitos grupos sociais, a exemplo de comunidades hippies, indígenas ou místicas, o entendem apenas como qualidade de vida e não necessariamente riqueza material.

Na esfera privada, apesar de também aproveitar as peculiaridades locais, o fator econômico é o mais forte. Nessa esfera entra a ideia de empreendedorismo, segundo a qual pequenos e médios empresários, na maioria das vezes por intermédio de investimentos próprios, promovem o desenvolvimento econômico, e este, por sua vez, pode alavancar a melhoria de vida das pessoas, como é o caso de Itaporanga-PB, que será discutido mais adiante, no Capítulo III, após uma reflexão sobre o contexto das cidades (local), seus conceitos, relações e redes.

Refletir sobre desenvolvimento é repensar, antes de qualquer coisa, o que este significa, porquanto sua compreensão pode ter diferentes concepções nos diversos lugares do mundo. No sentido mais amplo, somente a aliança entre diversas dimensões do desenvolvimento seria capaz de atender à difícil meta desenvolvimentista: desenvolvimento econômico, qualidade de vida e proteção dos ambientes naturais. Além disso, o incomensurável limite da biosfera precisa ser cada vez mais evidenciado, bem como a possibilidade, considerando-se tais limites, do desenvolvimento humano na sua integralidade.

3 A EMERGÊNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES NO CENÁRIO ECONÔMICO

Do conceito à relação do rural-urbana, a cidade passa por diversas definições e relações. A complexidade da cidade-urbana e do campo rural, redesenhada pelas novas discussões acerca do tema, a concepção da cidade em si e sua rede de relações reais, virtuais e consequenciais demonstram a complexidade do tema, como será discutido neste capítulo.

3.1 Cidade: uma discussão conceitual

O binômio industrialização/urbanização suscita o debate que contempla desde o período da Revolução Industrial. Segundo Souza (2003), o processo de industrialização no mundo transformou a cidade em sua dimensão espacial e em sua complexidade. Em vista das mudanças estruturais das cidades no decorrer dos séculos a Revolução Industrial foi, definitivamente, o momento mais importante no fenômeno urbano – a passagem para a chamada cidade contemporânea tal e qual é conhecida hoje.

Industrialização e urbanização crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” desse processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. [...] a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 2001, p. 16).

A Carta de Atenas de 1933 concebeu a cidade como um recorte territorial administrativo, parte de um conjunto econômico, social e político, que constitui a região. A Carta de Atenas resulta de discussões do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), que teve em Le Corbusier um de seus principais expoentes.

Segundo Le Corbusier (1971), a Carta de Atenas, em uma perspectiva racionalista ou funcionalista, apregoava a necessidade de planejamento regional e intraurbano, em que a necessidade coletiva suprimisse a propriedade privada e a organização da cidade por meio do planejamento pudesse atender à necessidade de todos, independentemente da sua situação econômica e sociocultural. Já a Nova Carta de Atenas (2003, p. 18) classifica Cidades como “um estabelecimento humano com um certo grau de coerência e coesão”, coerência essa que atua em diversas dimensões, social, econômica e ambiental e em diferentes escalas. A Nova Carta de Atenas estabelece definições sobre as cidades europeias no século XXI, sob o ponto

de vista do Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), mas perfeitamente aplicáveis a outras cidades, em outros continentes, onde a relação das escalas, em função da evolução dos meios de comunicação e de transportes, fomenta relações espaciais e as submete a uma (des) organização estrutural, fundamentada nas redes urbanas que se estabelecem.

Le Corbusier, bem como Santos, defendia que a cidade só o é se tiver uma função polarizante. Referindo-se à cidade de acordo com suas funções, Le Corbusier (1971, p. 53), em uma visão meio lúdica, não apenas a define, mas a sente assim: “habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, aos quais um objetivo elevado, conquanto acessível, possa ser atribuído: alegria de viver”, considerando que a cidade vai além das suas estruturas físicas, da ocupação do solo, mas submete-se a relações pessoais, bem coadunadas à ideia de direito à cidade de Lefebvre. Por outro lado, para Santos (1979, p. 69-70), “o fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa.”

A percepção de Christaller (1966), dentro de uma perspectiva espacial, interpretou a cidade como uma rede de influência no seu entorno. Dentro desse contexto, hierarquizou as relações entre as localidades em função da oferta de bens e serviços, assunto que será abordado mais adiante.

Costuma-se definir cidade por alguns critérios como aglomeração, população, atividades econômicas, densidade demográfica, porém, definir cidade não é tão simples quanto parece, tendo em vista que uma mesma cidade pode ter aspectos/áreas que a aproximam mais do rural, e outros que a conduzem mais ao urbano. A simples aglomeração espacial não faz de um espaço uma cidade, ou até mesmo, uma área urbana. O termo cidade é relativamente abstrato, e ainda, a percepção espacial do observador/pesquisador pode diferenciar os “retratos” da mesma, como objeto de estudo, mesmo porque cada país tem critérios diferentes para classificá-la e ainda, em um país como o Brasil, está dentro do mesmo universo a cidade, seja de mil ou de 10 mil habitantes. Para Souza (2003), o nível de abstração é demasiadamente complexo para se deixar de analisar as especificidades. A cidade é definida como:

[...] sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não-agrícola (ou seja, manufatureira ou propriamente industrial) e de comércio e oferecimento de serviços [...]. Além de tudo isso [...]. A cidade é um centro de gestão do território, não apenas enquanto sede de empresas (privadas ou estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. (SOUZA, 2003, p. 27-28).

De acordo com Souza (2003), o entendimento da cidade em seu contexto vai além do espaço físico e dos equipamentos urbanos; as relações sociais, principalmente de identidade cultural, definem os territórios diversos presentes em um mesmo espaço urbano.

O autor ressalta que tanto Weber (1999), quanto Christaller (1966) viam a cidade em um contexto econômico. O primeiro afirmava que a Cidade era um *local de mercado*, o segundo a entendia dentro de uma perspectiva espacial, como uma *localidade central*. A partir do pensamento de Weber. Que prioriza as relações sociais, analisando principalmente o capital como determinante nessa conceituação, percebe-se que embora a “lógica” capitalista tenha sido um fator determinante, o seu contexto sociocultural o colocou em uma situação de “generalização” conceitual, as cidades não eram os únicos espaços a desenvolverem trocas comerciais, portanto, nem todos os locais de mercado eram cidades,

Toda cidade no sentido aqui adotado é uma “localidade de mercado”, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual, em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias. (WEBER, 1999, p. 409).

A despeito das percepções de Weber, Santos (1979, p. 71) assevera que “a atividade de troca, pura e simplesmente, não dá lugar à criação de uma cidade”, fator que não elimina totalmente as ideias de Weber, até as complementa. O autor salienta que a existência de uma cidade está condicionada à satisfação das necessidades (muitas vezes impostas externamente) por atividades realizadas regularmente no próprio espaço urbano.

Grande parte das exposições dos teóricos em torno da cidade remete sua definição à estrutura física, ao espaço da cidade. É preciso não esquecer das relações sociais que asseguram a morfologia e o contexto que particularizam a cidade, uma vez que a ocupação e o uso do solo foram permeados de ideologias, necessidades, aspirações dos indivíduos que contextualizaram no espaço geográfico o seu *modus vivendi*.

Não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico (um simples mapa aberto na prancheta), ora como meio ambiente urbano (e, nesta dimensão, “naturalizada”), e em ambos os casos, ignora-se o conteúdo da prática sócio espacial que lhe dá forma e conteúdo. [...] Essas afirmações apontam a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática socioespacial que se realiza na cidade, expressando o desafio de desvendar a realidade urbana em sua totalidade, bem como as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida

cotidiana na cidade. Tal perspectiva ilumina a armadilha da redução do sentido da cidade àquela de condição da reprodução do capital ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana. Assim, à necessidade de desvendamento dos processos constitutivos do espaço social adiciona-se a construção de uma teoria sobre a cidade. (CARLOS, 2007a, p. 19).

Pensar a cidade como espaço social é também pensar na definição de territórios diversos, de acordo com os interesses dos atores envolvidos. Para Souza (2003), na cidade, os grupos sociais, definidos territorialmente em função de interesses e afinidades, podem se constituir e interligar por conveniências e valores de diversas ordens.

Essa discussão só comprova a complexidade do termo cidade; dimensões espaciais, sociais, permeadas por imagens, conceitos e temas, usos e ocupações, teorizações e metodologias tornam-se “cidades”, com diferentes percepções para estudiosos e/ou leigos que enaltecem ora o espaço geográfico, ora a questão social, a forma de ocupação e de vida de quem a faz.

Tal complexidade se expressa nas diferenças apresentadas. Para a ONU, cidade é toda localidade com mais de 20 mil habitantes. Na Espanha, por exemplo, com mais de 10 mil habitantes e no Brasil, abstendo-se da dimensão demográfica, toda sede de município é considerada cidade, de acordo com o Decreto-Lei nº 311/38.

A definição da cidade no Brasil tem critérios vagos. Segundo Veiga (2004, p. 55), “prolongando a vigência de uma aberração que coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”, mesmo após o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, e apesar dos seus indiscutíveis avanços, esse hiato permanece.

Carlos (2007a, p. 106), contrapondo Veiga na assertiva de que “[...] não se pode confundir processo de urbanização com densidade demográfica, nem tampouco cidade com sede de município”, argumenta categoricamente que não se deve confundir o parâmetro oficial utilizado com a produção científica existente fora do contexto oficial, ambas cujas racionalidades são divergentes. Ora, como não considerar a divisão territorial oficial, se esta é o baldrame do qual se depreende a concepção do coletivo?

Para além do termo cidade, tem-se a relação cidade-campo, que se fundamenta a partir da complementariedade das suas ligações. Da necessidade de se intermediar essa relação nasce a natureza do processo cultural que a envolve; o campo fornece (ou fornecia) matérias-primas e alimentos à cidade, e esta, por sua vez, devolve a oferta em bens e serviços, como educação, saúde e comércio.

Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração ou distanciamento. (REIS, 2006, p. 3).

Tais relações sofreram mudanças ao longo do tempo, principalmente nos países industrializados, pioneiros no processo de industrialização. Os conflitos sociais inerentes a essa construção minaram com a “autofagia” do campo e, como afirma Lefebvre (2001, p. 74), “[...] a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação.” Entende-se por “formas mais sutis de dominação” as mudanças locais, a perda da identidade local, expressa nas atividades desenvolvidas, seja por meio do trabalho, ou dos hábitos das pessoas, o que se configura em mudanças no próprio espaço.

As relações entre o campo e a cidade não são objeto de discussões recentes. Para Marx e Engels (2000, p. 5), a subjugação do campo em relação à cidade foi uma releitura das relações de substituição da sociedade feudal pela sociedade burguesa, enaltecidas pela ideia de opressão: “A sociedade burguesa moderna, surgida do naufrágio da sociedade feudal, não revogou os contrastes de classes. Apenas colocou no lugar das velhas, classes novas, novas condições da opressão; novas formas de combate.”

Lefebvre (2001, p. 62) as coloca como “projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”, reiterando a diferença entre os termos cidade e urbano e colocando em esferas separadas pelo senso prático o espaço e as relações sociais existentes.

Weber (1999, p. 408), no século XIX, já destacava as relações sociais nas cidades quando as dividia em tipos: cidades dos consumidores, dos produtores, dos comerciantes; a cidade “príncipesca”, a importância da agricultura e suas relações com o mercado. As relações percebidas por Weber iam além da percepção minimalista de uma estrutura física de casas contíguas, ou de “um povoado grande”.

A existência da cidade, para Weber (1999, p. 409), estava atrelada à existência de dois condicionamentos: “[...] de uma sede senhorial-territorial, sobretudo de uma sede príncipesca e a existência de troca de bens não apenas ocasional, mas regular”. Diante dessas relações sociais, fica clara a ideia de uma organização/regulação político-econômica e o mercado como

fator fundamental para o atendimento das necessidades dos cidadãos. Apesar das atividades urbanas, quando dispõe sobre o abastecimento local em economia própria e até produz para venda, na essência, fala de uma agricultura de base local que vende o excedente, e de hábitos ainda rurais.

Em meados do século XVIII, as mudanças impulsionadas pela Revolução Industrial promoveram uma nova “lógica” na ocupação do espaço, grandes contingentes populacionais migraram do campo para as cidades provocando o inchaço das mesmas, dando origem a diversos territórios, novas configurações espaciais, novos hábitos e costumes.

Concomitantemente a esse processo, a emigração do campo provocou a necessidade de modernização; as máquinas, consideradas urbanas, no contexto da época, invadiram o campo. O êxodo rural imprimiu nas cidades a marca de uma época, manifestada pelas aglomerações de pessoas em periferias sem infraestrutura para tal, o empobrecimento, a fome, a prostituição, o alcoolismo, representando a “desorganização” das estruturas sociais,

A capitalização e modernização da agricultura provocaram o êxodo de milhares de famílias que, expulsas de seu habitat ancestral, vagavam à procura de trabalho. As cidades, receptoras desses fluxos contínuos, foram crescendo acelerada e desordenadamente [...]. No carregado ambiente urbano, a pobreza, o alcoolismo, os nascimentos ilegítimos, a violência e a promiscuidade tornavam-se notáveis e atingiam os membros mais frágeis do novo sistema, particularmente os que ficavam fora da cobertura das leis e instituições sociais. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002 p. 9).

A vida citadina era “sentida” de uma forma bilateral pelos que a buscavam. De um lado, a oportunidade de trabalho e de uma vida melhor; de outro, os problemas socioeconômicos nunca antes enfrentados por quem vinha do campo. A dupla angústia sofrida pelos migrantes: primeiro, a saída do campo, a perda do espaço conhecido onde sempre vivera; segundo, a incerteza da nova vida que se apresentava, a exploração do trabalho (quando o conseguia), os novos costumes, aspectos de uma vida que passava a ser predominantemente urbana nos países que se industrializavam na Europa e que mais tarde viria a ocorrer nos países subdesenvolvidos como o Brasil, carregados de semelhantes problemas e situações.

O campo, por sua vez, de protagonista passou a ser coadjuvante no processo de desenvolvimento econômico, fornecendo matéria-prima para a indústria crescente. Dessa forma, as novas relações sociais se firmaram, a dicotomia campo-cidade (estrutura espacial) e rural-urbano (estrutura social) tornaram-se alvo de discussões e, assim, de mudanças sem antecedentes e sem retrocessos no processo de reorganização do espaço ou dos *espaços*.

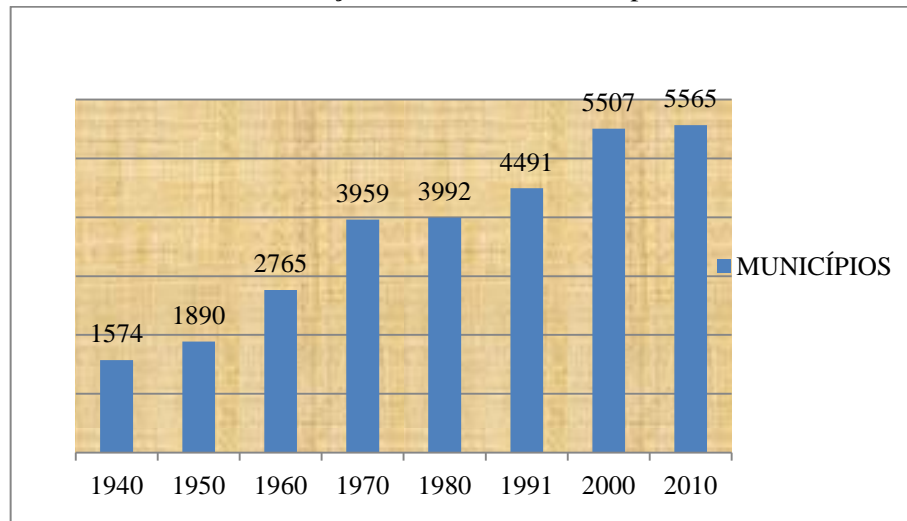
Porém, a dicotomia rural-urbana só ganhou destaque em meados do século XX, quando o processo de urbanização se acentuou e a vida nas cidades passou a ser a realidade da maioria. Nos países industrializados, essa realidade era mais presente, embora tenha adquirido um novo contexto com o aumento decisivo da vida nas cidades, mesmo as de pequeno e médio porte. Nos países em processo de industrialização, ocorrido com um atraso de cerca de dois séculos, a exemplo do Brasil, o êxodo rural e outras ocorrências redefiniram a urbanização, e a maior parte da população passou a viver em cidades.

Nos idos da década de 1960, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural e passou a ser urbana. Esse novo recorte espacial sinalizava para a emergência de novas relações. Nascia, assim, um novo paradigma, uma oposição de novas estruturas, como por exemplo, a ocupação de áreas rurais pelas *franjas urbanas*, e a utilização de hábitos urbanos no meio rural, numa verdadeira "invasão" do rural pelo urbano, ou seria o inverso? Lefebvre (2001 p. 75) afirma que "o campo [vai] se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele [...]. A oposição 'urbanidade-ruralidade' se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a relação cidade-campo se atenua".

Embora atualmente as discussões acerca da dicotomia rural-urbana sinalizem para uma releitura, Veiga (2004) reitera essa posição (releitura), ressaltando a existência de um equívoco na classificação de determinadas atividades de produção primária, a exemplo da agricultura, como rurais, uma vez que as mesmas são até mesmo denominadas de pós-fordista, pós-moderna ou pós-industrial, principalmente na Europa, caracterizadas por uma economia rural que se apresenta com novas roupagens redefinindo as concepções de rural e urbano e formando novos modelos. Em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil, apesar da significativa separação entre esses dois paradigmas, a dicotomia encontra sentido em alguns dados como mortalidade infantil, natalidade, gênero, mostrando diferenças acentuadas entre a cidade e o campo, justificando a inércia da dicotomia.

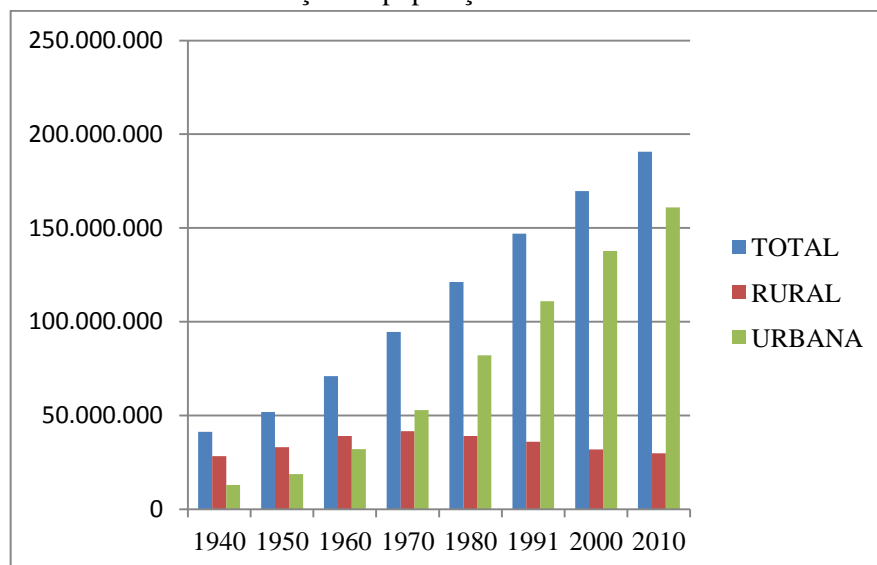
No Brasil, a ressignificação dos termos rural e urbano ainda está em construção e devido aos aspectos descritos, na prática, só ocorrerá em longo prazo. A divisão temporal e metodológica da ideia se expressa com a complexidade da rede urbana e das relações campo-cidade e rural-urbana, pois a rápida evolução da população urbana promovida de forma institucional, política, econômica e social se evidencia no aumento do número de municípios no Brasil, como se verifica no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Evolução no número de municípios 1940/2010



Fonte: Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010, IBGE. (2011a).

Gráfico 2- Evolução da população urbana e rural 1940/2010



Fonte: Sinopse do Censo Demográfico 2010, IBGE (2011).

A partir do confronto entre os dados da evolução das cidades, o aumento progressivo do número de municípios está em concordância com o aumento da população das cidades. A população rural aumentou até a década de 1970 e, desde então, sofreu declínio. Mas não um declínio significativo, uma vez que na década de 1940 a população rural era de 28.356.133 habitantes e em 2010, de 29.852.986 habitantes, em um contexto de uma população predominantemente rural, como na década de 1940, e em 2010, predominantemente urbana.

Considerando-se os dados dos gráficos, a população rural, embora tenha decaído a partir da década de 1970, atualmente, em números absolutos, é superior a da década de 1940. O quantitativo da população rural diminuiu proporcionalmente e apresenta uma diferença gritante com relação à urbana. A disparidade existente se deve à intensa migração campo-cidade ocorrida principalmente em meados do século XX. O êxodo não foi impulsionado apenas pela industrialização, como diz o senso comum, mas também pelo surgimento dos novos municípios, que deram origem a novas cidades (sedes dos municípios) e formaram núcleos de atração populacional local, cuja ocupação, crescimento e até mesmo organização político-administrativa carecia da população rural, estimulada a migrar. Há que se considerar que também houve uma reprodução da população urbana dentro do seu próprio contexto, principalmente nas novas cidades. Embora o êxodo rural tenha sido decisivo na urbanização do território brasileiro, a fragmentação do espaço, por meio de novas unidades, ou seja, novos municípios, também deve ser considerada, principalmente devido a sua contribuição para a atual configuração do território brasileiro.

No contexto da época, em meados do século XX, urbanização era sinônimo de desenvolvimento, disseminava-se uma “cultura urbana”, principalmente nos países em processo de industrialização, cujo modelo a ser seguido era do então Primeiro Mundo, já urbanizado e esbanjando desenvolvimento e uma qualidade de vida pouco conhecida pelos “outros mundos”. Nessa conjuntura, a fragmentação espacial se evidenciou na formação dessas novas unidades territoriais.

Em 1940, havia, de acordo com o IBGE (2011a), no Brasil, 1.574 cidades. Entre esse período e a década de 1960 houve um aumento de mais de 74 % no número de cidades, e entre 1960 e 2000, foram 2.742 novas cidades, ou seja, de 2.765 se passou para 5.507 cidades, praticamente o dobro.

Ainda de acordo com o IBGE, os municípios recém-criados tinham características semelhantes na conjuntura demográfica:

[...] é que a partir da promulgação da Constituição de 1988, surgiram 1307 novos municípios. Verifica-se também que a maioria dos municípios criados recentemente possuem um número de habitantes menor que 20 mil. Entre 1989 e 1992, 90% dos municípios criados possuíam até 20 mil habitantes. Entre 1993 e 1996 esse número subiu para 97% e após 1996, passou para 98%. (IBGE, [2000]).

As novas cidades ainda resguardavam a íntima relação com o campo, muitas delas, se considerados os termos elencados por Santos (1979, p. 71), não seriam classificadas como tal.

As cidades locais seriam, na percepção de Santos, "a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeira <<especialização do espaço>>."

No Brasil rural, as atividades primárias eram predominantes, bem como nas novas cidades (locais), por isso Santos utilizou o termo pseudocidades ou cidades de subsistência para designar aquelas que estavam "abaixo" dessa dimensão mínima. Para Santos (1979, p. 70), tais cidades dependem de uma única atividade, principalmente de produção primária, sem conexão entre diversas atividades produtivas que lhe garantam o mínimo de independência; também podem ser representadas por grandes aldeias, cidades religiosas, universitárias, serranas, e ainda, aquelas localizadas na zona de influência imediata de grandes cidades, como parques industriais e cidades-dormitório.

Ainda na percepção de Santos (1979, p. 71), a cidade local, por atender a uma demanda mínima das necessidades da população local, necessita de uma especialização produtiva como parâmetro para ser considerada cidade, uma vez que a divisão do trabalho (social) é um fator determinante para tal. Então, cidade local é uma "aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações".

De acordo com Santos (1979), os impactos promovidos pelas novas tecnologias, as transformações ocorridas no planeta no limiar da Revolução Técnica Científica e Informacional alteraram o modelo de consumo e o fenômeno da cidade local está ligado a essas transformações, recentes nos países subdesenvolvidos, apresentando-se de formas diferenciadas na África, Ásia e América latina.

Santos (1979) defende que na América Latina há três modelos históricos de organização territorial, o primeiro dos quais caracterizado por uma produção voltada às exportações, o segundo, pelas áreas de produção agrícola, e o terceiro, consistente na formação de uma rede urbana mais estruturada, com metrópoles completas e incompletas, cidades regionais e cidades locais.

Os modelos históricos (América Latina) propostos por Santos (1979, p. 72-74) demonstram uma gradação no grau de complexidade. No período colonial, as estruturas eram mais simples, o propósito de exploração da produção de produtos primários era voltado para o mercado externo e este definia os territórios. Em um contexto de independência, os territórios ainda se definiam pela produção primária, mas com aporte territorial reconfigurado devido ao fato de parte dos lucros do processo produtivo ficar no País e de já existir uma infraestrutura

própria em processo de modernização e, finalmente, em um contexto mais recente, da modernização do Estado, com melhoria na infraestrutura de transportes e nos equipamentos urbanos, as cidades locais passam a ter uma maior significação devido ao aumento de unidades, pois a organização do espaço se dá por meio de forças de concentração e dispersão.

Em função de diferenças conceituais a relação rural-urbana possui concepções, às vezes, contraditórias. O Brasil, de acordo com o censo 2010 (IBGE), atingiu o patamar de 84,35% da população vivendo em situação urbana, mas alguns pequenos municípios mais parecem rurais, com atividades voltadas para a agropecuária e hábitos sociais pitorescos, que alguns estudiosos classificariam como rurais, embora sejam chamados de cidades.

Segundo o IBGE (2010), 65 municípios brasileiros possuem 100% de sua população alocada nas cidades e 775 outros se encontram em mais de 90% na mesma situação. Por outro lado, apenas nove possuem mais de 90% da população localizada no meio rural. A maior parte da população brasileira vive em cidades. Estas concentram as principais atividades econômicas, notadamente nos grandes centros, o urbano é sinônimo de inovação, “desenvolvimento”, ou melhor, de crescimento econômico, representam o acesso a bens e serviços em diversas áreas, como educação, saúde, comércio e serviços em geral.

Do ponto de vista demográfico, o Brasil é considerado um país urbano, mas o que dizer de sua essência agrária?

Sob um prisma diferente, a essência agrária brasileira se expressa na sua posição no *ranking* dos maiores exportadores mundiais de produtos agrários, que em 2011 passou a ser a segunda. Esse fato não o torna mais agrícola, pelo contrário, o uso de tecnologias, equipamentos e máquinas de nível industrial com caráter urbano, empregando cada vez menos pessoas, é uma realidade restrita à agricultura comercial, realizada em latifúndios e com a produção voltada para o mercado externo, característica herdada do processo de colonização.

A maior parte do contingente que vive no campo hoje tem outra realidade: são pequenos agricultores ou empregados que produzem para a sua subsistência.

Veiga (2003) afirma que o Brasil é menos urbano do que se calcula. A urbanização produz implicações na compreensão do processo de desenvolvimento de uma parcela do País considerada urbana, mas cujas dinâmicas econômica, social, política e cultural são, na sua opinião, inequivocamente rurais. Por isso, um outro critério entra em discussão, o da densidade demográfica, como anteriormente exposto, para o entendimento do que é cidade, do que é urbano e até do porte da cidade.

Segundo Veiga (2003, p. 33), a densidade demográfica resolveria o dilema da ambivalência na distinção entre o que é rural e o que é urbano, devido ao índice de pressão antrópica, “[...] indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas.” Ele considera a “pressão antrópica” como o “melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios”.

De acordo com Veiga (2004), a maior dificuldade consiste em encontrar o limite da densidade demográfica que classifique uma localidade como rural ou urbana.

Durante muito tempo foi considerado razoável 60 hab/km² como um bom critério de corte. Foi a convenção adotada por Davidovich e Lima (1975) à luz dos dados do Censo de 1970. No entanto, um exame dos dados do Censo de 2000 parece justificar uma atualização dessa convenção para 80 hab/km². (VEIGA, 2004, p. 79).

Entretanto, até mesmo esse limite sofre variações. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coloca como parâmetro 150 hab/km² para que uma localidade seja considerada urbana. Porém, Veiga (2004, p 76) pondera: “como as opções e oportunidades abertas para essas localidades rurais dependem essencialmente do relacionamento que possam manter com centros urbanos, o que realmente importa é a abordagem microrregional”. Esse critério, que embora seja evidentemente demográfico também tem um enfoque territorial, uma vez que há um envolvimento com a região circundante, não pode ser considerado completo, pois a relação urbana está entremeada de singularidades, voltada aos hábitos, às faces e *interfaces* do contexto sociocultural.

Com relação ao modelo circunstancial exposto por Veiga, Carlos (2007^a) contrapõe:

A idéia de “pressão antrópica sobre a natureza” e de “artificialização dos ecossistemas” nada explica sobre o que se constrói enquanto cidade e campo como produtos das ações de uma sociedade real. A limitação do papel da sociedade a uma indefinida “ação antrópica” reduz o entendimento do espaço a um quadro físico inerte, passível de sofrer maior ou menor intervenção humana, atestando um processo de “naturalização da sociedade” pela análise. (CARLOS 2007^a, p. 105).

A crítica da autora sugere superficialidade analítica, não substanciada por uma apreciação realista e aprofundada, afirmando não haver relação entre o nível de pressão antrópica/artificialização dos sistemas naturais e a relação entre o campo e a cidade.

Se por um lado a densidade demográfica por si só não se configura em padrão para a definição e diferenciação do que é urbano e rural, e a pressão antrópica não serve de modelo

analítico, uma vez que áreas rurais ocupadas naturalmente sofrem artificialização dos ecossistemas em maior ou menor grau, as construções e o desmatamento são exemplos desse processo; por outro, a paisagem ainda conservada, o contingente ínfimo e a ideia de rural a qual se é remetido de imediato não anulam o argumento de Veiga.

No Brasil, o elo entre o rural e o urbano denota a dificuldade de se obter um parâmetro que se adequa a situações diversas, considerando-se o contexto de um país continente, com uma quantidade elevada de municípios e, conseqüentemente, de cidades, a maioria pequenas, uma vez que 4.957 têm até 50.000 habitantes e, de acordo com o critério demográfico são assim consideradas, com contestações acerca da classificação do porte, e aponta para uma redefinição territorial que atenda às necessidades de compreensão do próprio espaço.

Para Carlos (2007a), a relação rural-urbana vai além da ideia quantitativa de Veiga,

O que o autor parece ignorar é a compreensão de que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas, sendo que estas relações, atualmente, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que explica, por exemplo, o desenvolvimento do que vem se chamando de **pluriatividades**. (CARLOS, 2007^a, p. 104).

Carlos (2007a) adverte ainda que dados estatísticos são insuficientes para delimitar as relações do urbano com o rural. As relações sociais por ela ressaltadas se colocam acima das ínfimas relações estabelecidas entre os dois contextos abordados.

Entretanto, como a ideia de cidade e campo sugerem espaços físicos, e rural e urbano, as relações sociais, a argumentação parece restringir-se à ideia de pluriatividades que perpassa tanto as cidades-campo, quanto as rural-urbanas.

A autora não sugere a inexistência do campo/rural, mas afirma que a sociedade mundial atual é urbana e hierarquizada cujas articulações extrapolam os espaços metropolizados, constituindo novos territórios que podem permear as novas relações socioespaciais.

Santos (1994, p. 16) ressalta a importância de um aprofundamento no entendimento do território, pautado na realidade atual, cujos espaços foram “redesenhados” pela globalização e mundialização: “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Santos aponta para uma visão de território mais ampla, que não se restrinja ao espaço físico, mas possa ser apropriada pelas relações sociais:

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que chamamos de verticalidades e horizontalidades. (SANTOS, 1994, p. 16).

As mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas exigem uma releitura da ocupação do espaço que abrange, obviamente, a questão do território, principalmente pelo fato de o mesmo espaço poder abrigar diversos territórios em diferentes escalas. Tais escalas são expressas por Santos (1994) como horizontalidades e verticalidades, a primeira definida como espaços contíguos (escala local) e a segunda pelas relações dos espaços contíguos com os lugares em rede (escalas local e global).

Ante a urgência da reestruturação e organização do espaço brasileiro, o território se apresenta como o principal vetor de mudanças importantes na concepção do rural e urbano, principalmente no espaço das cidades. Além de dados demográficos, supõe-se a necessidade de se avaliar outros dados – densidade demográfica, atividades produtivas e o papel exercido no seu entorno (centralidade), as relações sociais no contexto – que juntos ofereceriam uma definição mais adequada desses espaços, e facilitariam a conceituação do termo cidade.

3.2 Classificação das cidades segundo o porte

A classificação das cidades segundo o porte é bastante confusa. A literatura e até mesmo os órgãos oficiais responsáveis são contraditórios: se por um lado o critério demográfico é o mais utilizado como parâmetro, por outro, aspectos mais abstratos a exemplo do *modus vivendi*, da produção econômica e da densidade demográfica são enfatizados.

De acordo com o IBGE (2008), no estudo sobre a rede urbana brasileira, na base da hierarquia urbana, estão os centros locais, municípios com menos de 10 mil habitantes, que atingem 4.473 do total de 5.565 municípios brasileiros. São assim classificados porquanto a “centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes”. Alguns desses municípios têm menos de dois mil habitantes e muitos ainda têm um PIB de contribuição predominantemente oriundo de atividades agrárias e população predominantemente rural.

As pequenas cidades são numerosas em toda parte, e por isso, “geram, em regra, expressiva densidade de centros que se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que esta possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que se localizam”. Nas regiões densamente povoadas o número de centros é elevado e a distância média entre eles é pequena; nas regiões escassamente povoadas, ao contrário, o

número de centros diminui, aumentando a distância média entre eles. (CHRISTALLER, 1966, ULLMAN, 1959; BERRY, 1967 apud CORRÊA, 2006, p. 258).

Ainda de acordo com o autor, esse elevado número de pequenos centros urbanos tem sua relevância calcada na intensidade de trocas, de fundamental importância para a divisão territorial do trabalho, cuja complementaridade se expressa na concorrência dos mesmos dentro da cadeia produtiva na qual se inserem e pela influência exercida pelo centro de referência local, e muitas vezes pela elevada densidade demográfica dos espaços rurais cuja produção está fundamentada no trabalho agrário intensivo.

Corrêa dispõe ainda que a necessidade de mobilidade espacial premente das pequenas cidades, devido à demanda de serviços e produtos, por seu poder centralizador se restringir ao âmbito local e por fazer parte de uma rede urbana, se verifica por meios alternativos de transportes, caracterizados, por conseguinte, como forças centrípetas convergindo para o centro urbano que exerce maior centralidade.

Devido ao fato de as pequenas cidades, independentemente da densidade da rede urbana na qual estão integradas, serem espaços contínuos ou descontínuos, movidos por forças de concentração ou dispersão, sua interdependência em relação aos centros de maior complexidade exprime sua posição na hierarquia urbana.

Para se ilustrar a situação do que se consideram pequenas cidades têm-se, no Quadro 2, os 15 municípios menos populosos do Brasil:

Quadro 2 – 15 municípios menos populosos

15 MUNICÍPIOS MENOS POPULOSOS		
UF	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
SP	Borá	805
MG	Serra da Saudade	815
GO	Anhanguera	1.020
TO	Oliveira de Fátima	1.037
MT	Araguainha	1.096
SP	Nova Castilho	1.125
MG	Cedro de Abaeté	1.210
RS	André da Rocha	1.216
SP	Uru	1.251
PI	Miguel Leão	1.253
GO	Lagoa Santa	1.254
PB	Parari	1.256
TO	Chapada de Areia	1.335
MT	Serra Nova Dourada	1.365
MG	Grupiara	1.373
TOTAL		17.411

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) (2011).

Deve-se considerar, ainda, que nesses municípios, surpreendentemente, a maior parte da população é urbana, exceto em André da Rocha-RS, onde a população é predominantemente rural. Com relação ao PIB desses municípios, a maior contribuição em 14 deles é do setor terciário, restando apenas Serra Dourada-MT, cuja maior contribuição provém do setor primário. Porém, considerando-se apenas os setores primário e secundário, em apenas três deles a contribuição do secundário supera a do setor primário.

Considerando-se a área total desses municípios, de 5.396,253 km², corresponderia aproximadamente à área ocupada pelo Distrito Federal (5.787,784 km²), que abriga uma população de 2.570.160 habitantes e apresenta uma densidade demográfica de 444,07 hab/km². Serra Nova Dourada-MT, com uma população de apenas 1.365 habitantes, ocupa uma área de 1.500,387 km², um pouco menor que a da Grande São Paulo (1.523,278km²), com 11.253.503 habitantes.

Na concepção de Veiga (2001), a maioria dos municípios listados não se enquadra como urbano: além de todos possuírem menos de dois mil habitantes, sua densidade demográfica é inferior à média brasileira, de 22,43 h/km², já considerada baixa. Na Tabela 1, a relação dos municípios listados no Quadro 2 com suas respectivas densidades demográficas:

Tabela 1 – Densidade demográfica e grau de urbanização dos 15 municípios menos populosos

Município	População (hab.)		Área (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Urbanização (taxa em %)
	Rural	Urbana			
Borá-SP	178	627	118,450	6,8	77,88
Serra da Saudade-MG	288	527	355,659	2,43	64,66
Anhanguera-GO	65	955	56,950	17,91	93,62
Oliveira de Fátima-TO	220	817	205,849	5,04	78,78
Araguainha-MT	152	944	687,968	1,59	86,13
Nova Castilho-SP	379	746	183,232	6,14	66,31
Cedro de Abaeté-MG	177	1.033	283,211	4,27	85,37
André da Rocha-RS	720	496	324,327	3,75	40,78
Uru-SP	170	1.081	146,966	8,51	86,41
Miguel Leão-PI	391	862	93,514	13,40	68,63
Lagoa Santa-GO	478	776	458,868	2,73	61,88
Parari-PB	557	699	128,484	9,78	55,65
Chapada de Areia-TO	586	749	659,247	2,03	56,10
Serra Nova Dourada-MT	552	813	1.500,387	0,91	59,56
Grupiara-MG	200	1.173	193,141	7,11	85,43
	5.113	12.298	5.396,253	6,16*	71,14*

Fonte: IBGE, censo demográfico 2010.

*Média.

Se por um lado esses municípios apresentam baixa densidade demográfica (média de 6,16 hab/km²) e populações muito reduzidas, por outro, possuem altas taxas de urbanização,

em cinco deles superior a 70%, e uma média de 71,14%, portanto, a taxa de urbanização se mostra insuficiente para classificar as pequenas cidades brasileiras como urbanas e demonstra claramente que os critérios utilizados pelo Brasil para a definição de cidade podem estar equivocados, o que, segundo Veiga (2001):

[...] só confirma que essa taxa precisa ser utilizada com extrema cautela em qualquer esforço analítico da configuração territorial brasileira. Na verdade, para que essa configuração seja realmente analisada, é imprescindível a construção de tipologias capazes de captar a diversidade territorial do País. (VEIGA, 2001, p. 5).

Veja-se o caso do estado da Paraíba, apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 – Classificação dos municípios pelo número de habitantes

CLASSES DE TAMANHOS DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (em habitantes)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Até 2.000	06
De 2.001 a 10.000	131
De 10.001 a 20.000	56
De 20.001 a 50.000	20
De 50.001 a 100.000	06
De 100.001 a 500.000	03
Mais de 500.000	01
Total	223

Fonte: Censo demográfico 2010. (2011).

Dos 223 municípios paraibanos, 213 têm menos de 50 mil habitantes, configurando-se em uma rede urbana constituída por pequenos municípios. Considerando-se os níveis de centralidade, 61 % do total possuem centralidade restrita ao seu entorno, consistindo em centros locais com menos de 10 mil habitantes. Somadas as populações dos seis menores municípios totalizam apenas 10.059 habitantes, praticamente o nível de um centro local.

As 30 cidades paraibanas com mais de 20 mil habitantes desempenham, dentro da hierarquia da rede urbana, o papel de centros regionais ou centros de zona, exercendo influência nos espaços urbanos do seu entorno, e as cidades de Campina Grande e João Pessoa exercem influência em nível estadual.

Embora a população paraibana seja predominantemente urbana, em 40,35% dos municípios ainda é predominantemente rural, nível em muito acima da média nacional. No que se refere aos setores da economia, em 221 municípios predomina o setor terciário, e em 51,12% dos municípios a atividade primária contribui mais para o PIB que a secundária. Em Pedras de Fogo, por exemplo, ocorre uma especificidade: mesmo com uma taxa de

urbanização de 60,51%, a maior contribuição entre os setores da economia para o PIB municipal provém do primário, superando o terciário e o secundário.

Esse quadro da rede urbana brasileira demonstra as contradições de um País continental e a generalização das denominações conferidas aos diversos espaços urbanos e territoriais sem considerar suas especificidades, cuja descrição, por meio de dados estatísticos, é improvável.

Para Fresca (2010), centros locais e cidades pequenas são diferentes conceitualmente,

[...] centro local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil – termo este difundido a partir dos estudos sobre redes urbanas tendo na teoria das localidades centrais seu referencial analítico – considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços. A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo este considerado como o elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia. (FRESCA, 2010, p. 3).

Entendendo-se os centros locais como pequenas cidades, a classificação das cidades brasileiras segundo o tamanho é extremamente confusa. O IBGE classifica as cidades entre 10 e 50 mil habitantes como medianas em alguns textos utilizados para apresentações de dados no sítio eletrônico oficial, como por exemplo: “Em 2010, a incidência de pobreza era maior nos municípios de porte médio (10 mil a 50 mil habitantes), independentemente do indicador de pobreza monetária analisado.” (IBGE, 2011b). Porém, Ferreira (2008, p. 2) se refere à classificação do IBGE por outras dimensões: “[...] definição apresentada pelo IBGE (2000), oferece apoio estabelecendo como critério o número populacional, sendo de até 100 mil habitantes, cidade pequena, de 100 a 500, média e mais de 500 grande cidade”.

Ao se tratar de pequenas cidades, é-se remetido, de imediato, à noção de tamanho, dimensão espacial e/ou demográfica. O critério mais utilizado para definir a pequena, média ou grande cidade é o demográfico, que dimensiona o porte da cidade, embora também seja um critério limitado, uma vez que não expressa o grau de centralidade, a oferta de serviços, a divisão social do trabalho e a capacidade de atender às próprias necessidades.

Para Santos (1979 p. 69), que prefere utilizar o termo cidades locais a cidades pequenas devido à alusão que se faz, quando se utiliza a última denominação, ao critério demográfico. Aceitar que a dimensão populacional, ou seja, um número mínimo ou máximo, para classificar cidades contextualmente diferentes, seria “uma generalização perigosa”.

Os dados mais controversos se referem, em sua maioria, a pequenas e médias cidades, pois há um consenso em relação às grandes cidades, o que parece óbvio, uma vez que a dimensão demográfico-espacial é incontestável, mesmo alguns estudos admitindo as variantes

de classificação das mesmas:

Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos. (MAIA, 2010, p. 18).

Enfim, o número de habitantes pode definir o porte de uma cidade, não seu tamanho, e como este especifica a dimensão, remete à área territorial, ou seja, a dimensão espacial da cidade não necessariamente seria pequena, média ou grande em função da população que a ocupa,

O critério demográfico como base da análise tanto do tamanho quanto do porte da cidade apresenta limites:

[...] número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena. (FRESCA, 2010, p. 2).

A autora considera a importância das especificidades de cada cidade, seu contexto socioespacial, os equipamentos urbanos oferecidos e sua influência na rede urbana que integra.

Ainda no que se refere às dificuldades concernentes ao agrupamento de cidades sob o critério de dimensão, tamanho e/ou grandeza, centros locais ou cidades locais, no conjunto hierárquico, correspondem a menor dimensão demográfica e, algumas vezes, espacial, de uma cidade cuja população, no Brasil, varia de 805 a 10 mil habitantes. Mesmo se considerando como critério o raio de influência e a especialidade produtiva dos centros locais e sua inserção na rede urbana, o agrupamento de cidades com diferenças demográficas consideráveis em um mesmo grupo classificatório contrapõe dois contextos opostos: de um lado, as semelhanças pelo fato de possuírem populações reduzidas e um raio de influência que não ultrapassa seu entorno; de outro, uma diferença na quantidade de habitantes e na caracterização do seu espaço socioespacial, uma vez que, considerando-se as dimensões expostas, a cidade com menos de mil habitantes tem uma aparência, uma especificidade comportamental mais

próxima do rural, enquanto uma com 10 mil habitantes apresenta maior probabilidade de ter sua “*imagem*” mais próxima de uma *Urbe*, embora, guardadas as devidas proporções, ambos os contextos fossem rurais.

Segundo o IBGE (2007), dos 5.565 municípios brasileiros, 4.002, ou seja, mais de 70% deles, possuem até 20 mil habitantes, abrigando 18,21% da população brasileira, e 996 municípios, com populações entre 20 e 50 mil habitantes (com 16,32% da população). Representando ambas as categorias, apenas 34,53% da população vive em 90% dos municípios brasileiros (com até 50 mil habitantes).

Toda a dinâmica exposta, referente ao número de cidades e sua relação de proporcionalidade com os habitantes, tem uma posição divergente para Carlos (2007^a, p. 107), para quem “[...] o problema que se coloca para a análise urbana não é o número de cidades que o IBGE contabiliza, ou o número de pessoas que vive num ou noutro lugar, mas o modo como esta sociedade (urbana) pode e deve ser entendida em seu horizonte.”

Atualmente o IBGE, na nova dinâmica da rede urbana brasileira, classifica a hierarquia urbana em função da sua rede de influência, da seguinte forma (Quadro 4):

Quadro 4 – Hierarquia urbana – IBGE

METRÓPOLE	Grande MetrÓpole Nacional
	MetrÓpole Nacional
	MetrÓpole
CAPITAL REGIONAL	Capital Regional A
	Capital Regional B
	Capital Regional C
CENTRO SUB-REGIONAL	Centro Sub-regional A
	Centro sub-regional B
CENTRO DE ZONA	Centro de Zona A
	Centro de Zona B
CENTRO LOCAL	

Fonte: IBGE, 2008.

De acordo com o IBGE, a nova dinâmica da rede urbana brasileira foi construída:

Para definir os centros da rede urbana brasileira, buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, no caso da gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de equipamentos e serviços – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território. (IBGE, 2007)

A hierarquia da rede urbana descrita sofre influência da Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, elaborada em 1933, como explica Fresca (2009):

A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo portanto, um dos múltiplos papéis que as cidades exercem o elemento para a análise. De acordo com a teoria, a demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas de sua oferta, pois há produtos e serviços de consumo freqüente e pouco freqüente permitindo estabelecer os alcances espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico. (FRESCA, 2009, p.01)

O estudo que resultou nessa rede de influência considerou critérios como a presença do poder centralizador e da oferta de bens e serviços. A Teoria dos Lugares Centrais é, antes de tudo, uma teoria das redes, das interligações de complementaridade entre os espaços urbanos.

Acerca da teoria de Christaller, Oliveira (2008) ilustra a relação entre espaço e mercado, ou seja, capital e trabalho e economia local, numa perspectiva hierárquica, cujos bens e serviços oferecidos por determinadas localidades definem o grau de influência das mesmas no conjunto da rede urbana.

No conjunto da rede urbana a função de cada cidade, os serviços oferecidos, a rede de transportes e comunicações influenciam a hierarquia estabelecida, bem como as hinterlândias e suas necessidades. Porém, alerta Santos (2008), em algumas localidades, principalmente as menores, as cidades têm a mesma função, cuja semelhança na produção de bens e serviços pode levar a uma dispersão urbana e não a uma rede hierárquica.

Santos (2008) apresenta uma definição, que classifica como provisória, de rede urbana como “[...] resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos, cujas tendências à concentração e à dispersão, variando no tempo, proporcionam as diferentes formas de organização e de domínio do espaço pelas aglomerações”. (SANTOS, 2008, p. 173).

A instabilidade de uma rede urbana influencia de forma direta o papel que cada cidade desempenha(rá), principalmente na atualidade, cujas transformações ocorrem rápida e imprevisivelmente, pois os espaços urbanos estão sempre em construção e reconstrução. Para Santos (2008), a capacidade de adaptar-se às mudanças determina o seu papel na rede hierárquica da qual fazem parte.

A rede urbana brasileira, bem como a da maioria dos países, é diversa, e essa diversidade é definida por Corrêa da seguinte forma:

A diversidade diz respeito às possíveis combinações dos mesmos elementos que, entretanto, ao se concretizarem o fazem de modo específico, pois cada um desses elementos assume uma própria especificidade. Entre outros elementos estão a gênese dos centros, o tamanho deles, a densidade que perfazem no espaço, as funções urbanas e as relações espaciais que delas derivam. Outros elementos, de natureza política, social e cultural, considerados menos freqüentemente na literatura, podem ser agregados, explicitando mais nitidamente a rica e complexa diversidade de redes urbanas. (CORRÊA, 2000, p. 1).

A diversidade da rede urbana brasileira não está impressa nas suas divisões e subdivisões, tampouco na sua hierarquia, mas nos retratos expressos nos lugares que, juntos, espelham a construção da identidade, e, apesar de suas diferenças, nos territórios subjugados pelas relações de poder, nas possibilidades impostas pelo trabalho e a renda e, segundo a lei da sobrevivência, pela busca da satisfação das próprias necessidades, e, principalmente, pela conjunção desses fatores com o espaço a sua volta.

Essa diversidade também está expressa nas pequenas cidades, cujos papéis como fornecedoras de bens e serviços de suporte para centros maiores, quase sempre secundários, podem sofrer uma inversão de valores e situações em que, devido aos avanços técnicos das últimas décadas, passem a polarizar atividades econômicas e aportar no cenário econômico como vetores de desenvolvimento e/ou crescimento econômico.

3.3 Participação das pequenas e médias cidades no cenário econômico

Em se tratando de modernização e desenvolvimento econômico, de imediato é-se remetido ao cenário dos grandes centros urbanos, referência de modernização e desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico. Entretanto, verifica-se a emergência dos pequenos e médios centros urbanos, tanto no Brasil, quanto na Europa, no debate sobre desenvolvimento.

Antes de uma abordagem mais profunda sobre os novos paradigmas dos pequenos e médios centros urbanos, faz-se necessária uma classificação dos mesmos. Pequenos e médios municípios são diferentes de pequenas e médias cidades. As cidades são as sedes dos municípios. O município se refere à área geográfico-territorial, incluindo sua área urbana e a rural, enquanto a cidade normalmente é classificada de acordo com o número de habitantes.

A cidade (escala local), na atual conjuntura, independentemente do porte, assume uma dimensão nunca antes vista. As relações, sejam entre pessoas, empresas, culturas ou espaços

parecem permeáveis, transcendendo as expectativas e as possibilidades, seja por intermédio da mudança de comportamento social, das relações entre as pessoas ou destas com o meio.

O atual processo socioeconômico e cultural (globalização) promove uma redefinição das escalas; o local está no global e vice e versa,

As comunicações diminuem as distâncias tornando o fluxo de informações contínuo e ininterrupto; com isso, cada vez mais o local se constitui na sua relação com o mundial. Nesse novo contexto o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares. A primeira consequência é a necessidade de se relativizar a idéia de situação. É evidente que o lugar se define, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a “situação“ se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo. (CARLOS, 2007b, p. 21).

O processo de globalização transformou tanto a vida na cidade quanto o entendimento sobre a mesma. As novas relações com este espaço advêm das mudanças nas pessoas, nos comportamentos, no trabalho e daquelas impostas pela própria reconfiguração espacial global, mas como não pensar em mudanças na cidade em um contexto de mudanças globais?

O amontoado de lugares que é a cidade, na perspectiva espacial, é onde tudo acontece. Segundo Carlos (2007b, p. 22), “se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular”, por isso se constitui em um ponto de articulação das escalas contraditórias e referencialmente opostas: o global, constituindo as generalidades, e o local, as especificidades, pois:

É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. Mas se a ordem próxima não se anula com a enunciação do mundial, recoloca o problema numa outra dimensão, neste caso o lugar enquanto construção social, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. (CARLOS, 2007b, p. 22).

Nessa perspectiva, segundo Carlos (2007b, p. 22), a cidade é uma construção social, na qual a apropriação do espaço está implícita na identidade cultural, construída a partir da ideia de pertencimento, de uma construção histórica e civilizatória, das relações sociais ratificadas na produção e reprodução do espaço.

A complexidade do mundo atual, seja ela histórica, cultural, econômica ou territorial, trouxe mudanças significativas na ótica espacial, essas novas estruturas foram classificadas por Benko como “deslizamento de escala”:

Na escala superior, constata-se a criação ou o reforço dos blocos econômicos, inicial e, frequentemente, sob forma de mercados comuns, evoluindo, em seguida, rumo a espaços política e economicamente unidos como é o caso da Europa; o deslocamento rumo ao patamar inferior da escala caracteriza-se pelo reforço das unidades territoriais em nível regional. O nosso planeta tem assim quatro níveis espaciais pertinentes de análise: o mundial, o supra-nacional (blocos econômicos), o nacional (estados-nação) e o regional (local ou infranacional). (BENKO, 2001, p. 7).

Nessa percepção de Benko, as contradições do processo de globalização oferecem uma visão um tanto quanto dúbia dos processos de regionalização. Se por um lado há uma mundialização (escala global), uma abertura da economia, dos costumes, da informação, por outro os países estão se “fechando” em blocos regionais (escala regional) ou em medidas protecionistas (escala nacional).

Diante desses aspectos, há uma redefinição da escala local em escala nacional que deixa de ter um papel secundário, ínfimo, passando a ter um papel de agente transformador, participativo. Segundo Benko (2001), percebe-se, de um lado, em escala mundial, a destruição de fronteiras, principalmente econômicas, acreditando-se inclusive, na possibilidade do fim do Estado soberano clássico, e de outro, o crescimento econômico de determinadas regiões, principalmente das metrópoles, que chegam a superar o PIB de alguns países, concluindo-se que globalização não significa padronização, mas especificação produtiva.

Essa mudança nas escalas produz um outro questionamento: como ficam as cidades de pequeno e médio porte, uma vez que não possuem uma produção econômica que se assemelhe à das metrópoles?

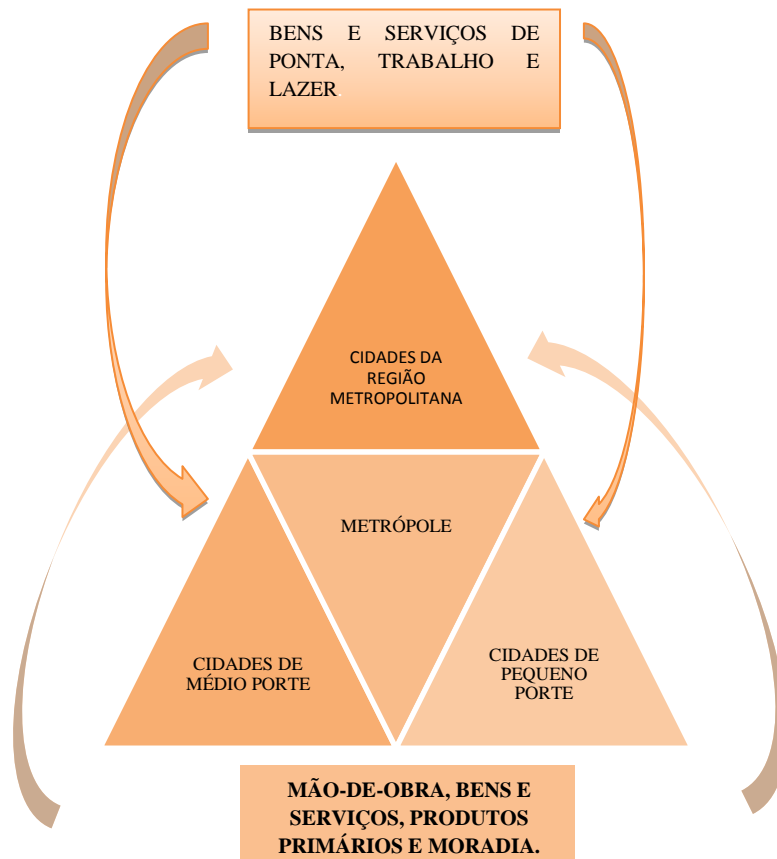
Carlos acentua a divergente relação entre a metrópole e as cidades de menor porte:

Não podemos negar que as cidades pequenas e médias apresentam atualmente transformações significativas, mas é a metrópole que assume a função de comando e de irradiação dos processos transformadores, portanto o lugar de onde se lê, de forma privilegiada, o mundo urbano. (CARLOS, 2007^a, p. 63).

Há que se abstrair o papel das cidades em escalas nacional, regional e local? A rede de influência exercida pelas metrópoles nacionais e regionais possui um alcance amplo, em detrimento da escala local, porém, isso não significa que, em âmbito mais restrito, não haja uma rede de influência, em ordem ascendente e descendente, devido ao fato de as cidades de pequeno e médio porte economicamente mais expressivas representarem um papel intermediário na produção econômica e, ainda, terem o seu papel enaltecido, seja por desempenharem o papel de cidades-dormitório, de fornecedoras de bens primários e mão de

obra e serviços, seja por exercerem uma função extremamente relevante no suporte que os maiores centros urbanos necessitam para também desempenhar suas próprias funções. (Figura 6).

Figura 6 – Cadeia de relações entre as cidades



Fonte: Elaborado pela autora. (2012).

A representação retrata as relações ordinárias entre os centros de pequeno e médio com os centros de grande porte. Tais relações, cada vez mais acometidas de influência de externalidades, estão redesenhando, não só as “redes”, mas também as “internalidades”.

Esses centros urbanos, hoje, oferecem bens e serviços que há alguns anos só eram encontrados em grandes centros urbanos, e, quando não, as relações virtuais permitem essa disponibilização. De acordo com o IBGE (2010), a telefonia móvel, em 1994, tinha apenas cinco acessos para cada grupo de mil habitantes; em 2008, passou para 794 para cada grupo de mil; com relação à Internet, em 2001, apenas 8,6% dos domicílios brasileiros tinham acesso, e em 2008 já eram 23,8%. Em 2012, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) divulgou que o número de linhas ativas de celulares corresponde a 247,2 milhões,

os celulares e modems com acesso à Internet já são 47 milhões e já chega a 48,6% dos municípios brasileiros.

Apesar da crescente demanda pelas redes virtuais, ainda é considerado pequeno o número de municípios com acesso à rede no Brasil, bem como nos países subdesenvolvidos. No entanto, é inegável a transmutação ocorrida, o acesso a bens, serviços e informações de qualquer parte do globo quebrou paradigmas e conceitos. A consequência desse acesso e das mudanças promovidas pela construção histórica da mundialização, de acordo com Carlos (2007a), foi a transformação na relação espaço-tempo, constituída pela redução das distâncias e do tempo, promovendo mudanças inclusive nas relações sociais.

A propósito da relação espaço-tempo, Santos (2005) expôs que, no decorrer do tempo, a fluidez e a unificação do espaço se intensificaram, porém, a instantaneidade e simultaneidade se apresentam apenas na atualidade.

Mas, ao contrário do que muitos foram levados a imaginar e a escrever, na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar apenas para o tempo, nem este se apaga. O que há é uma verdadeira multiplicação do tempo, por causa de uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda maior no uso das condições de realização da vida social. (SANTOS, 2005, p. 101).

Segundo Carlos, (2007^a p. 106), “[...] o mundo se movimenta no sentido da realização e concretização do capitalismo, que se estende atualmente até o plano mundial, redefinindo o plano do lugar.” A possível supressão das escalas permeabiliza relações que, apesar de multilaterais, são preponderantes em nível de escala mundial, dada a força da sua imposição e a intervenção capitalista e as relações socioespaciais e econômicas desiguais.

No Brasil, na contramão do processo exposto, houve uma reconfiguração das relações de poder no espaço fragmentado. De acordo com Barreto (2004), o novo modelo federativo adotado pelo Brasil a partir da Constituição de 1988 elevou o município à condição de ente federado, garantindo-lhe certa autonomia. A autora faz uma ressalva alertando para a necessidade de reflexão com o intuito de se redefinir as bases do municipalismo brasileiro.

Ademais, Souza (2004) argumenta que a fragmentação espacial ocorrida no Brasil nos últimos anos não se instituiu por uma questão de caráter administrativo, mas por uma inexorável prerrogativa política, uma vez que os parlamentares que compunham a Constituinte estavam fortemente ligados a demandas municipais.

Essas unidades administrativas enfrentam uma contradição inerente ao processo de globalização atualmente vivenciado, colocando-se ora como agentes ativos, transformadores

do seu próprio espaço físico, econômico e social, inseridos em uma rede hierárquica e atuando como receptores e, ao mesmo tempo, propulsores de atividades comerciais e serviços, ora como agentes passivos, quase imóveis diante do peso das forças capitalistas vigentes no mundo.

A produção capitalista do espaço, seja qual for a escala e as relações econômicas existentes, potencializa as desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

No atual contexto de globalização e de integração produtiva, comercial e financeira, assistimos à intensificação das assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa situação de crescente desigualdade, evidentemente, reflete-se no plano interno dos países, adquirindo mais força e gravidade nas regiões e cidades, que emergem como *locus* privilegiado de articulação entre instituições políticas, agentes econômicos privados e organizações não-governamentais. (BARRETO, 2004, p. 12).

A autora prediz uma condição segundo a qual as cidades emergem como importantes centros, cujas articulações, política, administrativa e econômica, enaltecem as disparidades, ao invés de atenuá-las.

As desigualdades existentes no plano das cidades são explicadas pela própria hierarquia da rede urbana brasileira. Entretanto, o espaço das mesmas está sendo redesenhado, principalmente pelas relações econômicas em processo de mutação, o que Benko classificaria como “deseconomias de aglomeração”, pautado na redefinição de espaços industriais, ou de concentração produtiva. A migração espacial dos processos produtivos dos grandes centros urbanos em direção aos centros de médio e grande porte é uma construção recente, mas com probabilidade de se acentuar, impulsionada pelo esgotamento do tecido urbano das grandes cidades desde a década de 1970.

De acordo com Lencioni (2001), só no estado de São Paulo, 900 indústrias, por um processo de fragmentação espacial, migraram para o interior, destinando-se a cerca de 645 municípios, processo que se acentuou na última década, denominado pela autora de “desconcentração” e não “descentralização industrial”, uma vez que as indústrias migraram, mas o centro polarizador, na capital, continuou com o domínio decisório.

A descentralização sugere a relocação espacial das indústrias com a delegação de poderes administrativos, e a desconcentração também pode significar deslocamento espacial, mas com a manutenção das decisões no poder central.

No processo de industrialização brasileiro, a lógica espacial se fundamentava pela proximidade do capital. Atualmente, seguindo a ótica dos países desenvolvidos quando da

instalação de suas filiais nos países subdesenvolvidos, os pré-requisitos básicos são mão de obra barata, abundante e não sindicalizada ou pertencente a sindicatos frágeis, incentivos fiscais, matéria-prima e uma boa rede de transporte e comunicação. Seguindo tal lógica, e redefinindo as escalas, esse processo vem ocorrendo no Brasil, desde os anos de 1970, representado pela relocação das empresas e desconcentração industrial.

As novas nuances da localização de empresas são conducentes com uma perspectiva tendente das migrações populacionais que, de acordo com o IBGE (2010), desde os anos de 1980 começam a mudar seu comportamento. Os novos eixos de deslocamentos populacionais corroboram uma inversão da mobilidade espacial – a região sudeste perdeu sua capacidade atrativa, apresentando um saldo negativo tanto em 2004 quanto em 2009. O Nordeste, embora ainda perdendo contingentes importantes, evidenciou um aumento na retenção da população e um retorno dos migrantes de outrora.

Dos eixos migratórios divulgados pelo IBGE, o mais acentuado foi o deslocamento da população em direção às cidades médias no interior do País e o aumento das migrações pendulares, fator determinado pela proximidade de pequenos centros urbanos que desempenham papel de cidades-dormitório ou de secundário/complementar na rede urbana da qual fazem parte.

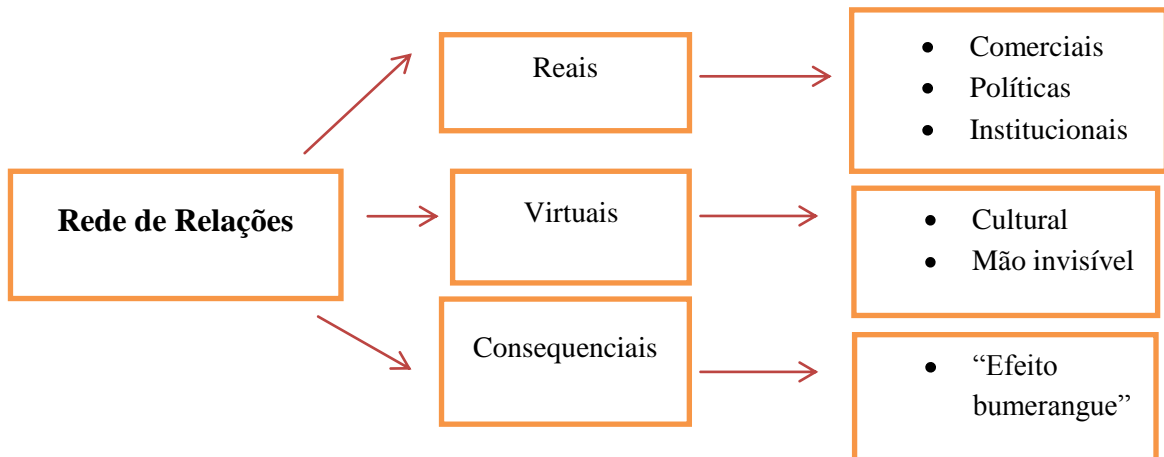
A mudança de comportamento migratório reflete a nova dinâmica da economia ou dos eixos econômicos, expressa por suas atividades diversificadas, possíveis devido às transformações pelas quais passa o mundo. Segundo Boisier (1996), as regiões e as cidades se configuram como “novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados.”

Essa perspectiva eleva a emergência das cidades, tanto do ponto de vista da hierarquia quanto da importância na rede urbana devido ao seu papel de fornecedor (e receptor) de bens e serviços; do ponto de vista ambiental, como espaços de concentração de pessoas, bens e serviços – traduzindo-se em redução da área devastada pela ação antrópica, uma vez que na maioria dos casos, são menores que as áreas rurais; e, por fim, do ponto de vista da globalização, atuando como parte importante da dinâmica da rede de relações reais, virtuais e consequenciais.

A rede de relações reais é definida pelas trocas comerciais, políticas e institucionais, com intervenções diretas na dinâmica das cidades, e a das virtuais, pelas trocas e manifestações culturais e pela mão invisível do capital e da política. A rede das relações consequenciais se expressa pelos ciclos da vida social, funcionando como um “efeito

bumerangue”, um vai e volta de ações políticas-institucionais que podem partir da educação (de qualidade ou não), estendendo-se à organização, planejamento e boa (ou má) governança, que retornam à sociedade como efeitos em cadeia proporcionando a inserção das cidades, ou não, no contexto global. (Figura 7).

Figura 7 – Dinâmica da Rede de Relações



Fonte: Elaborado pela autora. (2012).

Para uma melhor compreensão da dinâmica da rede de relações usa-se o exemplo da cidade de Itaporanga, na Paraíba, com 23.192 habitantes, inserida em uma rede urbana constituída basicamente por pequenas cidades, cujo centro de zona, Patos, polarizava todas as relações reais, virtuais e consequenciais.

A iminência da atividade industrial têxtil, a partir de 1996, redesenhou sua rede de relações. Nas relações reais, a ampliação do comércio, com novas unidades e diversificação, fez com que o município polarizasse todos os circunvizinhos, dinamizando-o; as políticas públicas se voltaram para o município com a intenção da criação do Polo Têxtil, assinado pelo Governo Estadual em 2011, e de lhe proporcionar os benefícios da Ação Global (parceria do Sesi com a Rede Globo), em maio de 2012, voltados à assistência médico-odontológica, à oferta de documentação gratuita, cursos (discriminados no capítulo II) e lazer.

Nas relações virtuais, a cultura de massa se impôs, suprimindo a local. Os interesses do capital determinam a “nova vida” e seus efeitos são visíveis na verticalização das construções, na desigualdade de distribuição de renda e no absurdo aumento no preço de imóveis e aluguéis.

Nas consequenciais, o efeito circular “bumerangue” se expressa por aspectos contraditórios. Embora seja evidente a concentração de renda e a falta de planejamento urbano e de políticas públicas de melhoria nos indicadores sociais, a oferta de emprego

crescente em função da expansão industrial age na contramão do setor público, melhorando esses indicadores, como um retorno do investimento privado.

No quarto capítulo, a dinâmica das relações ficará mais evidente. Os impactos nos indicadores urbanos e sociais, de forma discriminada, estarão presentes na cadeia produção > emprego e renda> consumo.

4 A INDÚSTRIA TÊXTIL NO INTERIOR DA PARAÍBA: O CASO DE ITAPORANGA

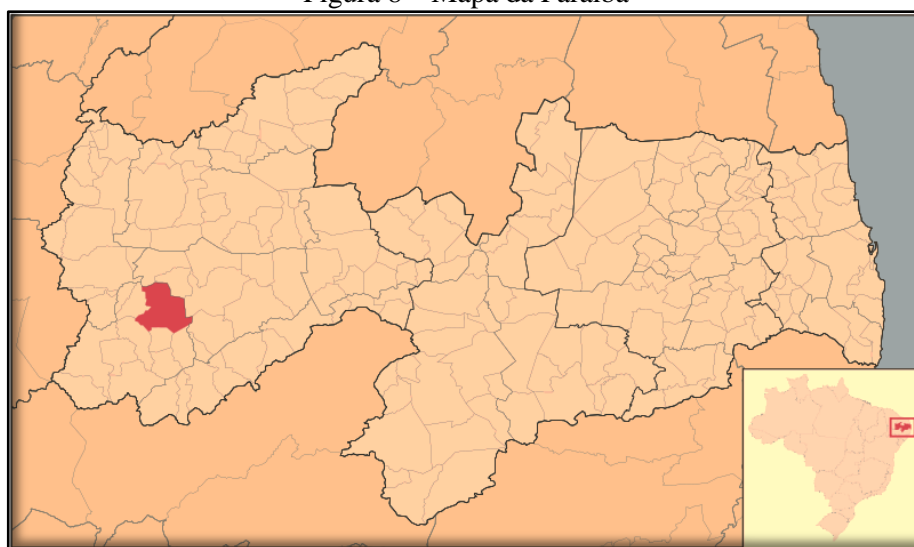
Neste capítulo se retoma o propósito da dissertação, que procura responder a três questões: 1 – Que fatores contribuíram para a gênese e expansão da indústria têxtil em Itaporanga? 2 – Quais os impactos diretos (e indiretos) desse processo de expansão industrial no município? 3 – O processo de expansão em curso pode ser considerado sustentável?

Inicialmente, procede-se à análise da expansão industrial, dos fatores que contribuíram positiva e/ou negativamente para a sua ocorrência, e à análise dos dados de organização produtiva, laboral e de infraestrutura. Na continuidade, segue-se para a análise dos indicadores, sociais, econômicos e culturais que sofreram algum impacto impulsionado ou intensificado por essa expansão. Por fim, enceta-se a discussão sobre a sustentabilidade ambiental, produtivo-organizacional e econômica.

Para se dar início à análise foi-se buscar no processo de formação histórica do município fatores de produção e reprodução do espaço geográfico e, na formação econômica, referências que pudessem ter alguma ligação com a atual produção e reprodução espacial.

No processo histórico de formação territorial, Itaporanga (Figura 8), antiga Misericórdia, surgiu em torno de um rio e de uma igreja. A prática da agricultura e da pecuária culminou em um povoado que, depois, deu origem a uma cidade.

Figura 8 – Mapa da Paraíba



Fonte: Itaporanga (Paraíba), 2010.

Como na Zona da Mata Paraibana se desenvolvia a monocultura de cana-de-açúcar, os espaços agrários estavam ocupados. A necessidade de áreas para a policultura e, principalmente, para pastagens (devido à proibição de pastagens no litoral em função do plantio da cana-de-açúcar) e a busca por metais e pedras preciosas foram motivações decisivas para a ocupação do interior.

Segundo Inácio Filho (2001), Antônio de Oliveira Ledo e sua família, devido ao direito conquistado, junto à Casa da Torre, de ocupar os Sertões, chefiou, em meados do século XVII, uma expedição com 60 homens, que saiu da Bahia, passando pelos rios São Francisco e Pajeú e chegou à Paraíba. Após chegar à localidade que atualmente corresponde ao município de Pombal, retornou à Bahia. Apenas Teodósio de Oliveira Ledo ficou, acompanhado de alguns homens com o intuito de reconhecer a área. Fez incursões, capturou alguns índios da tribo Arius e voltou à Bahia, regressando ao vale do Piancó apenas após receber do Governador Soares de Albuquerque a permissão de repovoar os sertões.

A Freguesia de Piancó, fundada em 1739, tinha uma extensão territorial bastante vasta. No povoado que daria origem a Misericórdia Velha, a pecuária foi a primeira atividade econômica desenvolvida, que, juntamente com a policultura de subsistência, complementava a alimentação dos habitantes locais. Como a pecuária era a principal atividade econômica, o vilarejo se desenvolveu em torno do curral de Antônio Vilela.

Nos arredores da capela foram surgindo ruas. A cada ano, novas famílias se aglomeravam e o comércio se desenvolvia. A localização geográfica facilitou a ocupação e a comercialização de produtos primários. Além de atender aos habitantes da circunvizinhança, servia de pouso para tropeiros que abasteciam a região com produtos que não eram produzidos na localidade.

Em 11 de dezembro de 1863, Misericórdia²⁰ conquistou a emancipação política e desligou-se de Piancó, mas a instalação oficial ocorreu apenas em 9 de janeiro de 1865. O município continuou com a denominação de Misericórdia por 63 anos, passando a se chamar Itaporanga em 1938²¹. Em 1949, voltou ao seu nome de origem por decisão de Praxedes Pitanga, então Prefeito do município. Dez anos mais tarde voltou a se chamar Itaporanga.

No século XVIII, apesar da importância da atividade açucareira no Nordeste e na Paraíba, a concorrência com o açúcar da beterraba na Holanda fez com que os preços do

²⁰ O nome de Misericórdia se deve ao fato de uma imagem da Virgem de Misericórdia ter sido doada pela Santa Casa de Misericórdia de Portugal, imagem ainda venerada na cidade.

²¹ Nome de origem tupi-guarani que significa Pedra Bonita em alusão aos tabuleiros pedregosos e ondulados presentes na região.

produto declinassem no mercado europeu. Esse fato transformou o quadro político-econômico do Brasil. No século XIX, o algodão assumiu um lugar de destaque na economia paraibana. A interiorização da produção levou prosperidade para diversas cidades. Segundo Torres (2010), Campina Grande, por exemplo, foi inserida no mapa econômico brasileiro em função do “ouro branco”. No entanto, o município de Itaporanga só apresentou êxito econômico na década de 1970. O algodão foi responsável pela prosperidade de muitas famílias itaporanguenses. O poder econômico influenciou decisivamente a política.

A microrregião de Itaporanga compreende os municípios de Boa Ventura, Conceição, Curral Velho, Diamante, Ibiara, Pedra Branca, Santa Inês, Santana de Mangueira, São Jose de Caiana e Serra Grande.

Localizado no Sertão Paraibano a aproximadamente 408 km da capital do estado, João Pessoa, o município de Itaporanga possui uma área de 468,057 Km² e está a 291 m de altitude. Suas coordenadas são: latitude 7°18'15”S e longitude 38°9'1”W. Limita-se ao norte com os municípios de Igaracy e Aguiar, ao sul com Boa Ventura, Diamante e Pedra Branca, a leste com Piancó e Santana dos Garrotes e a oeste, com São José de Caiana e Serra Grande.

Localizado na depressão sertaneja, de acordo com a classificação de Köppen o município apresenta clima do tipo Aw', quente e seco, com chuvas concentradas entre o verão e o outono. A precipitação gira em torno de 890 mm anuais e as médias térmicas anuais são elevadas, em torno de 26,5°. Esses fatores ambientais podem ser limitadores de práticas econômicas como a agricultura, por exemplo.

A vegetação predominante é a caatinga hiperxerófila, com formações arbustivas e rasteiras e aspecto cinzento durante a maior parte do ano (períodos de estiagem). São encontradas espécies como o mameleiro, a jurema preta, a catingueira, a aroeira, entre outras, adaptadas a condições adversas provocadas por longos períodos de estiagem e bastante desgastadas pela ação antrópica, notadamente pelas atividades pastoris.

De acordo com o IDEME (2008), o relevo é constituído por maciços e serras residuais. Os solos são escassos (rasos e pedregosos), com a presença das classes: LUVISSOLOS, de forte composição mineral, constituindo fonte de nutrientes para as plantas; NEOSSOLOS LITÓLICOS, formados por solos rasos, pouco desenvolvidos; e ainda, NEOSSOLOS FLÚVICOS, resultantes de decomposições sedimentares fluviais e pouco desenvolvidas. A hidrografia é representada principalmente pelo rio Piancó, principal afluente do rio Piranhas, com afluentes e subafluentes intermitentes.

4.1 A Gênese da Indústria Têxtil em Itaporanga

Na concepção territorial, segundo a qual o território se expressa pelas relações de poder que nele se estabelecem, o município de Itaporanga possui territorialidades diversas, em que a mais visível fundamenta-se na questão socioeconômica. As atividades agrícola e pecuarista, o comércio, o setor público, com destaque para o iniciante polo industrial têxtil, fizeram do município um importante polo de influência regional.

As interações demandadas por pessoas e instituições públicas e privadas, constituídas como atores sociais, passaram a dar ênfase em investimentos no comércio, que passou a empregar uma parcela importante da População Economicamente Ativa (PEA), bem como o setor público, também importante empregador. Quando, em 1996, foi implantada a primeira indústria têxtil, por Divaldo Dantas, uma nova categoria de investimento se apresentou.

Os primeiros empreendimentos voltados à produção têxtil foram oriundos da cidade de São Bento, cidade de origem do principal empresário da Região. Por duas vezes, Divaldo Dantas investiu no setor de tecelagem para produção de redes (cerca de um ano em cada empreendimento), mas sem sucesso. Em um período de aproximadamente 10 anos investiu em outro segmento produtivo – a fabricação de cintos em São Paulo.

Em 1996, retornando a Itaporanga, começou a produção de sacos em algodão, destinados ao estado da Bahia, para serem comercializados pelo seu irmão. A empresa, inicialmente, empregou 10 pessoas. Como não conseguia atender à demanda, o empresário passou a estimular outras empresas (tecelagens) a produzirem com o intuito de comprar a produção e, assim, atender aos clientes. Desde então, várias tecelagens foram surgindo. Algumas fecharam em pouco tempo, outras se firmaram no mercado nacional.

Segundo o Sebrae (2007), 98% das empresas brasileiras são micro ou pequenas. Pesquisa realizada entre 2003 e 2005 mostra que 22% das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) fecham nos dois primeiros anos, mais de 31%, nos três primeiros anos, e 35.9%, em até quatro anos.

Ainda de acordo com a instituição, a elevada carga tributária foi o principal fator limitante citado pelos empresários. Para 71% dos empresários (empresas ativas), as maiores dificuldades estão relacionadas às políticas públicas e à legislação e 70% destacam causas econômicas e conjunturais. Para os empresários das empresas extintas (68% deles), as falhas gerenciais são a principal causa do fechamento, seguidas da localização do empreendimento e da falta de conhecimentos gerenciais e de mercado.

Destacando a importância dos conhecimentos gerenciais do empresário, o Sebrae o coloca como a figura de maior responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos empreendimentos. Schumpeter (1997), no entanto, o considera inovador, condutor da prosperidade a partir da criação de novos produtos, o que leva outros empresários a “imitarem” os bens e inovações criados por ele.

Schumpeter (1997, p. 83) define empreendimento como “a realização de combinações novas”, e o empresário, como “indivíduo cuja função é realizá-las”. O empresário, segundo Schumpeter, não é apenas o dono do empreendimento, mas também a pessoa responsável pela sua administração. Portanto, ao “enxergar” possibilidades de produção e crescimento econômico, o empresário inovador, mediante iniciativa, autoridade e/ou previsão (*know-how*) inseridas no contexto do fluxo circular²², pode incitar o crescimento econômico.

Schumpeter (1997) sugere que o *desequilíbrio* é uma característica do sistema capitalista e o entende como necessário ao desenvolvimento, uma vez que este não ocorre em momento de equilíbrio ou estado estacionário.

No contexto schumpeteriano, os “imitadores”, assim considerados os novos empresários, aqueles que abrem novas firmas, ao se inserirem no ramo da economia no qual se propõem a atuar, são também propulsores do *desequilíbrio*, tendo em vista que estimulam a concorrência e a inovação, cerne do desenvolvimento.

O novo empreendimento, fundado por um novo homem, ao se incorporar ao fluxo circular pode levá-lo ao estado estacionário, ao equilíbrio, que deverá ser mais uma vez rompido pela inovação, quer decorrente da inserção de novos empresários e firmas, quer de novos produtos, formas de produção e organização produtiva.

Dentro desse contexto, os empreendimentos mais antigos, colocados na visão de Schumpeter como velhas firmas, surgidas no *boom*, são os mais estáveis no panorama empresarial local, sobretudo e principalmente por terem inovado na criação de produtos, organização e tecnologia e, conseqüentemente, na produtividade e abertura de novos mercados.

Para facilitar a análise, as empresas foram classificadas em três categorias: tecelagens, beneficiadoras e artesanais. As tecelagens abrangem as empresas de maior (e também algumas de pequeno) porte que fabricam os tecidos (tipo G) panos de prato (tipo A, B, C, com viés e atoalhado), flanelas, tapetes e toalhas e geram, juntas, 650 empregos diretos; as beneficiadoras compram os tecidos e outras matérias-primas nas tecelagens e os beneficiam,

²² Conceito definido no segundo capítulo.

transformando-os em panos de prato, conjuntos de cozinha, tapetes com franjas e pinturas. Geram cerca de 300 empregos diretos e terceirizam serviços de costura e pintura a uma média de 10 pessoas por empresa; e as artesanais geram mais de 250 empregos diretos (estimativa) e trabalham exclusivamente com panos de prato artesanais. Cerca de 200 pessoas terceirizam alguns serviços, como pintura à mão, corte de tecido, costura e crochê (em pequena escala). Adquirem tecidos e outras matérias-primas²³ nas tecelagens locais e terceirizam serviços de pintura à mão e costura, numa média de cinco pessoas para cada empresa artesanal (dados obtidos com a pesquisa de campo).

De acordo com o Sebrae (2012), a produção terceirizada passou de 15 toneladas de tecidos/mês para 60 toneladas/mês em 2012, graças a fortes investimentos no setor produtivo. A produção total fica em torno de 600.000 kg. Como as empresas beneficiadoras (exceto uma) e as artesanais compram o tecido nas tecelagens locais não há alteração no quantitativo da produção, uma vez que o peso do tecido não sofre alteração significativa com o beneficiamento. Ainda segundo o Sebrae, em 2012, a estimativa é que sejam produzidos 72 milhões de peças.

No total, hoje o município conta com 13 tecelagens, 11 beneficiadoras e cerca de 50 empresas artesanais. O segmento gera aproximadamente 1,5 mil empregos diretos e cinco mil indiretos, segundo o Sebrae, o que corresponde a aproximadamente 28% da população total do município, e a 39% da População Economicamente Ativa (PEA).

Além das empresas citadas, outras surgiram nas cidades circunvizinhas, uma em Pedra Branca, duas em Boa Ventura (uma já extinta), uma em Igaracy, uma em São José de Caiana e duas em Piancó, todas mantendo laços comerciais com as empresas de Itaporanga.

Um detalhe importante é que as empresas locais iniciaram suas atividades com recursos financeiros próprios, e somente depois de inseridas no mercado buscaram capitalização por meio das instituições bancárias, via BNDES.

A Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep-PB) contabiliza apenas seis indústrias de produtos têxteis em Itaporanga, como se pode visualizar no quadro abaixo:

Quadro 5 – Total de Indústrias na microrregião de Itaporanga – Fiep-PB

CIDADE	Boa Ventura	Conceição	Curr al Velho	Diamante	Ibiara	Itaporanga	Pedra Branca	Santa Inês	São José de	TOTAL DE INDÚSTRIAS POR

²³ Em junho de 2012 foi aberta uma loja de aviamentos para atender à demanda das empresas artesanais.

ATIVIDADE									Caiana	ATIVIDADE
Confeção do artigo do vestuário e acessórios						1				1
Construção			2			6				8
Impressão, Edição e Reprodução de Gravação						2				2
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1					1				2
Fabricação de móveis e indústrias diversas		1				1				2
Fabricação produtos de madeira						2				2
Fabricação produtos Minerais não metálicos						1				1
Fabricação Produtos Químicos			1			2				3
Fabricação Produtos Têxteis						6				6
Fabricação de Produtos alimentícios e bebidas	1	4		2	1	8	2	1	1	20
TOTAL DE INDÚSTRIAS POR CIDADE	2	5	3	2	1	30	2	1	1	47

Fonte: Cadastro Industrial da Paraíba – Fiep/2011.

Embora os dados da Fiep-PB estejam desatualizados, a diferença na quantidade de empresas é evidente. Das 47 empresas da microrregião, 63,8% estão sediadas em Itaporanga, considerando-se não apenas o segmento têxtil, mas todos os apresentados no quadro. Outro fator importante é a diversidade produtiva: todos os setores apresentados no município no período assinalado tinham pelo menos uma indústria.

No período de 1996 a 2012, a quantidade de tecelagens passou de uma para cinco em 2005 e para 13 em 2012, apresentando um crescimento de 400%, entre 1996 e 2005, e de aproximadamente 170%, de 2005 para 2012, contabilizadas apenas as tecelagens. O crescimento do segmento no município pode ser explicado pela intensa demanda. Dos 13

empresários entrevistados, apenas um respondeu que atende à demanda; os demais ressaltaram que se aumentassem a produção, essa seria facilmente escoada.

A produção local chega a diferentes estados brasileiros. O escoamento da produção é feito por intermédio dos vendedores, maiores clientes das empresas locais. Estes se dividem em dois grupos: os viajantes e os emigrantes. Os primeiros compram a produção em Itaporanga e viajam pelo País para vendê-la. Os últimos saíram do município e fixaram moradia em outros centros urbanos, em pontos estratégicos e atuam como intermediários: compram a produção e vendem em suas áreas de atuação. O transporte da maior parte dos produtos vendidos é de responsabilidade da empresa.

Alguns arranjos foram se desenvolvendo, conferindo aspectos peculiares à relação venda/escoamento da produção. Os “atravessadores” que emigraram foram residir em pontos estratégicos, como em Fortaleza-CE, Brasília-DF, Vitória-ES, Goiânia-GO, São Paulo-SP, Ribeirão Preto-SP, Manaus-AM, Belém-PA e Curitiba-PR. Estes possuem o maior percentual de vendas. Além disso, outros vendedores, de menor capacidade de venda, mas com percentual importante dentro do conjunto, fixaram moradia nos estados do Maranhão, Mato Grosso, Bahia e na capital do estado da Paraíba. Esse “arranjo” aumentou de forma acentuada o escoamento da produção e fez com que as empresas se firmassem no mercado nacional.

Embora a produção seja vendida em todos os estados, as cidades de Fortaleza, Manaus, Goiânia, Brasília, Curitiba, São Paulo, Ribeirão Preto, Vitória e Belém lideram as compras, como ilustra o mapa apresentado na sequência (Figura 9):



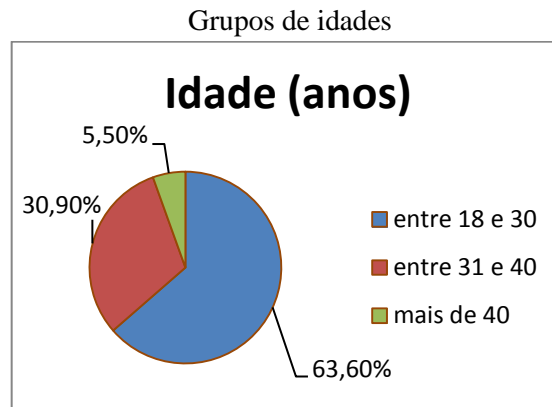
Fonte: MEC, Portal do Professor. (2010). Adaptado pela autora.

O município, nas palavras de Divaldo Dantas “Não é só um polo têxtil, é um centro de distribuição”. Esse arranjo abre novas perspectivas. É possível que outras atividades fabris sejam desenvolvidas na região devido à grande quantidade de vendedores e distribuidores que absorvem a produção local e vendem fora do estado.

Foram aplicados 459 questionários em oito tecelagens, com um total de 594 empregados. A partir dos questionários, foi possível levantar um perfil dos empregados. Percebeu-se a predominância do gênero masculino, em uma proporção de 64% para 36% do feminino. Os primeiros trabalham principalmente em atividades mais voltadas ao manejo de máquinas, a exemplo de tecelagem, serviços gerais, operação de caldeira, operação de procedimentos produtivos, de espuladeira, corte de tecidos, alvejamento, aplicação de serigrafia e mecânica. O gênero feminino atende à demanda de atividades como costura, supervisão, arrumação e ocupações administrativas.

A maioria dos empregados do setor é jovem, com idades que variam entre 18 e 30 anos, como representado no Gráfico 3, na sequência:

Gráfico 3- Trabalhadores da indústria têxtil –



Fonte: Pesquisa Direta. (2012).

O fato de a maioria dos funcionários ser jovem pode explicar, em parte, o alto percentual de pessoas com o primeiro emprego formal, característica que será discutida mais adiante. Outros aspectos compõem o perfil dos trabalhadores fabris: 43,3% possuem o ensino fundamental incompleto ou completo, aproximadamente 39% são responsáveis pela renda familiar e 40% têm renda mensal entre um e dois salários mínimos.

Devido à proximidade dos municípios vizinhos, alguns empregados, aproximadamente 10% dos que responderam ao questionário, habitam nessas cidades e fazem uma migração pendular²⁴. Apenas 5% deles mudaram de domicílio (cidade) para trabalhar em Itaporanga.

Fatores como a localização geográfica (proximidade dos estados vizinhos), a mão de obra barata e abundante e o empreendedorismo foram imprescindíveis para o início da atividade no município, bem como para a sua expansão.

4.3 Impactos diretos (e indiretos) no município

A expansão da indústria têxtil no município de forma tão acentuada em apenas 16 anos alterou as relações sociais, econômicas e culturais no tempo e no espaço. Embora seja prematuro afirmar, alguns indicadores sociais podem ter sido influenciados por esta. Estruturou-se a análise dos indicadores pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 1991, o município apresentava um IDH-M de 0,537 e em 2000, de 0,624. O indicador de 2010 será divulgado apenas no primeiro semestre de 2013, segundo o PNUD.

Segundo o PNUD (2010), o IDH-M é um indicador de progresso, mensurado a partir de dados de três setores: educação, saúde e renda. É medido de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida da cidade, região ou país. (Quadro 6).

²⁴ Migração diária, em que as pessoas habitam cidades vizinhas e todos os dias realizam o movimento para trabalhar, retornando à noite.

Quadro 6 – IDH-M de Itaporanga em 1991 e 2000

Ano	Educação	Saúde	Renda
1991	0,584	0,57	0,458
2000	0,725	0,595	0,551

Fonte: PNUD. (2010).

Dos indicadores apresentados, o de emprego e renda em 1991, era considerado baixo, passou para médio em 2000. Desses, o que apresentou o mais significativo aumento foi a educação, que passou de 0,584 para 0,725.

Esses indicadores foram analisados separadamente e comparados com os indicadores estaduais e microrregionais.

4.3.1 Educação

Os níveis de educação do município, como em todo o estado, são preocupantes, e mesmo com a melhoria dos indicadores em todo o País, nos últimos 10 anos, ainda há muito que fazer. (Quadro 7).

Quadro 7 – Taxa de analfabetismo – Paraíba e Itaporanga

Ano	Pop não alfabetizada (hab.)	Taxa analfabetismo (%)	15 a 24 anos		25 a 59		60 a 69		70 a 79		+ 80	
			Total	Taxa (%)	Total	Taxa (%)	Total	Taxa (%)	Total	Taxa (%)	total	Taxa (%)
PARAÍBA												
1991	803.379	40,6	185.418	29	419.645	39,9	99.468	63,5	70975	73,7	27.873	79
2000	662.153	28,2	93.052	13,1	372.061	28,8	87.755	49,8	69.426	59,9	39.862	70,3
2010	598.783	21,4	32.510	4,7	349.216	21,1	100.139	43,5	70.706	50,3	46.212	59,0
ITAPORANGA												
1991	5.220	43,8	1.234	29,6	2.796	45	695	74,2	411	85,4	84	71,2
2000	3.743	26	540	11,1	2.063	27,5	565	51,6	390	54,7	185	73,7
2010	4.002	23,4	222	4,9	2.352	23,7	621	49,6	505	59,6	302	66,1

Fonte: Datasus. (2010).

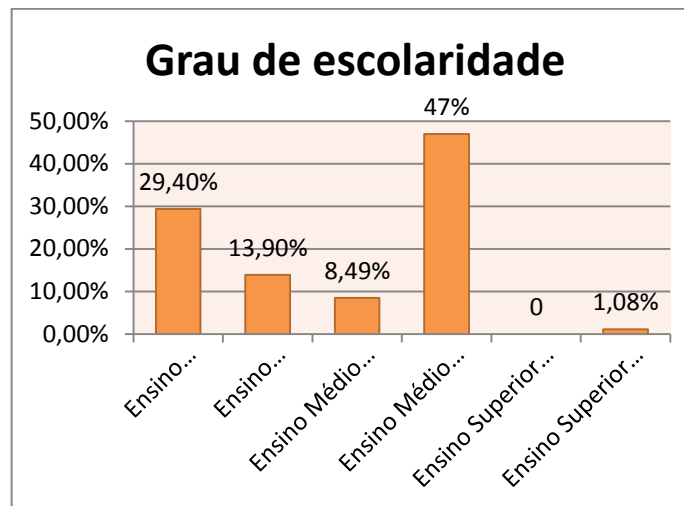
A partir dos dados apresentados no Quadro 7 é possível perceber poucas diferenças entre estado e município. Mesmo com a evidente melhoria dos níveis educacionais na Paraíba – a taxa de analfabetismo passou de 40,6%, em 1991, para 21,4%, em 2010, no estado, e em Itaporanga, de 43,8% para 23,4% no mesmo período- ainda são taxas muito elevadas. São 598.783 pessoas não alfabetizadas em todo o estado e, no município, são 4.002 pessoas, em um universo de 3.766.528 e 23.192 habitantes, respectivamente.

Apesar de o acesso à educação, atualmente, compreender a oferta de vagas para praticamente 100% das crianças em idade escolar, nem todas frequentam a escola. Não houve evolução significativa na matrícula no ensino pré-escolar, fundamental e médio, estas até diminuíram. Segundo o IBGE (2010), em 2005, o número total de matrículas no ensino pré-

escolar foi de 1.342 e de 664 em 2009²⁵, no ensino fundamental foi de 5.111, e em 2009 diminuiu para 4.299, e no ensino médio, em 2005, de 1.339 e em 2009, de 1.185. Entretanto, o número de matrículas em escolas privadas aumentou de 1.450 para 1.707, fator relacionado com o aumento da renda média *per capita* do município e comprovado com 28.1%, dos empregados respondentes, que destacaram o acesso à educação em escola particular para os filhos como importante conquista após o emprego na indústria têxtil.

Um dos maiores obstáculos à expansão da indústria local é a mão de obra não qualificada, com baixo grau de escolaridade. O Gráfico 4, seguinte, apresenta um perfil do grau de escolaridade dos trabalhadores da indústria têxtil:

Gráfico 4 – Grau de escolaridade dos trabalhadores da indústria têxtil



Fonte: Pesquisa Direta. (2012).

Aproximadamente 51,8% dos respondentes não possuem sequer o ensino médio completo, tampouco qualificação técnica para o trabalho nas tecelagens. A grande maioria aprende o ofício na própria empresa, no estágio probatório, com duração de três meses, o que pode atrasar a produção.

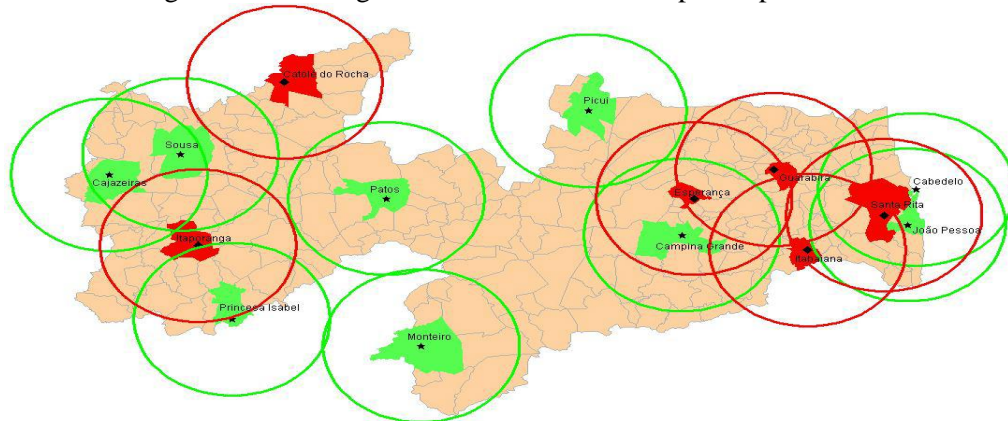
De forma direta, a ampliação do setor industrial no município não interfere nos indicadores de educação. A sua intervenção, no entanto, pode pressionar o setor público (uma vez que são os principais contribuintes locais) para que melhorias sejam implementadas, no

²⁵ Considere-se, nesses dados de ensino pré-escolar, alterações entre os anos de 2005 e 2009 produzidas pela Lei nº 11.274, de 6/2/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos: de acordo com os números apresentados, em 2005 os alunos matriculados eram considerados pré-escola; em 2009, muitos já eram considerados ensino fundamental.

sentido de qualificar a mão de obra e ainda contribuir com a melhoria da qualidade de vida no âmbito do município.

Com a finalidade de atender às necessidades do mercado de trabalho, o Governo Federal, por meio do Plano de Expansão dos Institutos Federais – Fase III, pretende implantar seis novos *campi* na Paraíba (Figura 8 – mapa).

Figura 10 – Abrangência do IFPB no estado após Expansão III



Fonte: IFPB. (2012).

Em fevereiro de 2012, após a aprovação de abertura de um Campus do IFPB para Itaporanga, foi feito um estudo de viabilidade de cursos, que apontou para a necessidade de cursos que atendessem à demanda por mão de obra local qualificada no segmento têxtil (Quadro 8). Apenas o Curso Técnico Integrado em Informática não é específico para a atuação nessa atividade fabril, mas pode ser aproveitado na área administrativa das empresas.

Quadro 8 – Cursos para o campus de Itaporanga-PB

CURSO	CARGA HORÁRIA	O QUE FAZ	POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO
TÉCNICO INTEGRADO EM INFORMÁTICA	1.000h	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. - Utiliza ambientes de desenvolvimentos de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. - Realiza testes de software, mantendo registro que possibilitem análises e refinamento dos resultados. - Executa manutenção de programas de computadores implantados. 	- Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores.
TÉCNICO INTEGRADO EM TECELAGEM	1.200h	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolve controle e operação dos processos nas áreas de fiação, tecelagem e beneficiamento têxtil; - Atua na padronagem, malharia, acabamento e tintura; - Realiza testes e controle de qualidade para assegurar as características dos produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Indústrias têxteis; - Confecções; - Empresas de estamparias; - Tinturarias; - Lavanderias industriais.
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO TÊXTIL	2.400h	<ul style="list-style-type: none"> - Atua no planejamento, execução, controle e avaliação do processo de produção de tecidos; - Define formas de otimização das atividades, especifica e planeja a utilização de matéria-prima, insumos, mão de obra, máquinas e equipamentos; obedecendo aos padrões de qualidade nos processos de produção têxtil; 	<ul style="list-style-type: none"> - Indústrias têxteis; - Indústrias de confecções.

		- Elabora leiaute e arranjos físicos do ambiente fabril têxtil; - Gerencia equipes de produção e coordena rotinas de manutenção preditiva e preventiva de máquinas e equipamentos.	
--	--	---	--

Fonte: IFPB. (2012).

Os cursos técnico e superior na área de abrangência do segmento fabril têxtil podem intensificar a produção e a produtividade, uma vez que, como citado anteriormente, as empresas não conseguem atender à demanda.

A educação é um dos principais mecanismos para tirar permanentemente as pessoas de uma situação de pobreza e possibilitar seu acesso ao mercado de trabalho. Além disto, ao melhorar o nível educacional de sua população os países conseguem reduzir sua desigualdade de renda, aumentar a adoção de novas tecnologias e com isto crescer de forma sustentada no longo prazo. (MENEZES FILHO, 2009, p. 201).

A educação é fundamental para a melhoria das condições gerais de vida de uma população, bem como para alavancar o progresso técnico-produtivo. Como investimento de capital e humano de longo prazo, necessita de investimentos precisos e constantes, quantitativos e qualitativos, capazes não apenas de promover acesso e oportunidade aos indivíduos, mas, sobretudo, de garantir a efetividade do processo educativo.

Sua escassez ou insuficiência (juntamente com outras) é colocada por Sen (2000) como uma das formas de privação das liberdades individuais, mitigando possibilidades, inclusive, de suprir outra forma de privação, a dos direitos civis e da liberdade política.

4.3.2 Saúde

As transformações ocorridas na última década no município se estendem a todos os setores, inclusive o da saúde. De acordo com o IBGE (2010), em 2005, o município contava 13 estabelecimentos de saúde, dois estaduais, sete municipais e quatro privados. Em 2010, com 20 estabelecimentos, dois estaduais, 11 municipais e sete privados. Os estabelecimentos privados apresentam maior crescimento, refletindo o aumento nos serviços do setor e a polarização da cidade, também nesse setor.

O acesso à energia elétrica foi praticamente universalizado nos últimos anos. Segundo o IBGE (2000), em 1991, 65,3% dos domicílios contavam com energia elétrica; em 2000, já eram 91,1%; e em 2010, de acordo com os Objetivos do Milênio (ODM, 2010), 99,4%.

Ainda segundo o IBGE (2000), em 1991, 47,7% dos domicílios urbanos tinham acesso à água encanada, índice que em 2000 subiu para 67,5%, e em 2010, para 76%.

Para o Instituto (IBGE, 2010), a coleta de resíduos atingia, em 1991, 73.4% dos domicílios urbanos; em 2000, 87%, e em 2010, 96,6%. Em números absolutos, 4.854, incluindo domicílios urbanos e rurais.

O município, por determinação da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, elaborando, recentemente, seu Plano de Gestão de Resíduos sólidos. Portanto, até 2014, deverá ser implantado um aterro sanitário, como imputa a referida lei. O não cumprimento dessa medida no prazo estabelecido impede o município de solicitar recursos federais para limpeza urbana. Ainda referenciando o Portal ODM, não há Conselho Municipal de Meio Ambiente. A ausência desse indicador pode agravar os problemas de natureza ambiental, uma vez que, na produção industrial têxtil, são utilizados alguns produtos químicos cuja utilização é fiscalizada exclusivamente pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA).

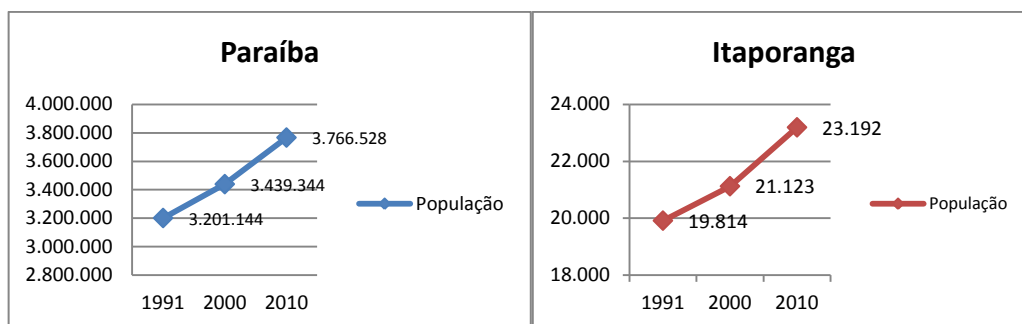
A taxa de mortalidade, de acordo com o Portal da ODM (2010), é de 16,9 para cada 1.000 crianças menores de um ano. Segundo o Datasus (2010), a mortalidade infantil e fetal em Itaporanga caiu de 18 para dois entre os anos de 2000 e 2010, números que refletem a realidade do estado que, no mesmo período, teve sua mortalidade infantil e fetal reduzida de 1.848 para 880 óbitos. Esse indicador está relacionado a outros, como pré-natal, habitação, alimentação e saneamento básico, que expressam a melhoria na qualidade de vida da população do município.

4.3.3 Dinâmica populacional e emprego e renda

Houve uma melhoria significativa nos indicadores sociais no Brasil nas duas últimas décadas. O município de Itaporanga, além do impulso promovido pelos programas sociais das diversas esferas do Governo, foi acometido de fatores de ordem local, que funcionaram como vetores de importantes mudanças na dinâmica populacional e espacial, na economia e nos indicadores sociais.

Tanto a população do estado quanto a do município apresentam tendência ao crescimento. A população de Itaporanga cresceu, em números absolutos, 3.378 habitantes, entre os censos de 1991 e 2010, números refletidos na população relativa que passou de 42,33 para 49,55 hab./km², conforme se pode visualizar nos Gráficos 5 e 6, na continuidade:

Gráficos 5 e 6: Crescimento populacional de Itaporanga e da Paraíba



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. (2011).

Veiga (2001) classifica os municípios como esvaentes, letárgicos e atraentes. Os esvaentes são aqueles em que a população relativa e até a absoluta apresentam redução; os letárgicos, aqueles em que, apesar das perdas em população relativa, a população absoluta aumentou; e os atraentes são os cuja população cresceu mais que a do estado. O município de Itaporanga, de acordo com Veiga (2001), se encontra na categoria dos *atraentes*, devido ao crescimento proporcional da população do município ser semelhante ao do estado, variando ambos em torno de 9 a 10% entre os censos de 1991, 2000 e 2010.

O município sobrevive basicamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que, em 2009, era de R\$ 9.119.446,93, uma vez que a produção de riqueza, apesar do crescimento dos últimos 10 anos, é reduzida, como revela a Tabela 2:

Tabela 2 – Evolução do PIB e participação da indústria – Itaporanga-PB

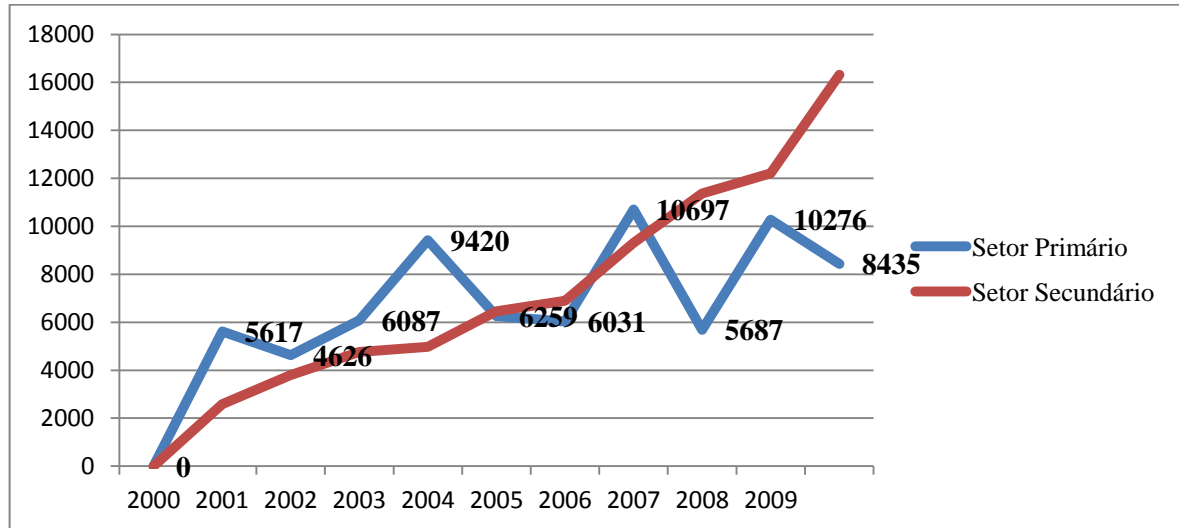
ANO	PIB (a preços correntes – R\$ mil)	PIB PER CAPITA (R\$)	PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB (R\$ mil)
2000	34.389,00	1.628,03	2.581,00
2002	50.176,29	2.333,89	4.762,03
2007	81.888,00	3.652,00	11.366,00
2008	98.630,00	4.280,00	12.207,00
2009	110.128,00	4.742,01	16.314,00

Fonte: IBGE. (2010).

Segundo o IBGE (2010), o PIB do estado da Paraíba em 2009 foi de R\$ 28,7 bilhões. O PIB de Itaporanga corresponde a 0,384% do estadual. O PIB *per capita* do município está abaixo do estadual, correspondendo, respectivamente, a R\$ 7.620,00 e 4.742,01. Apesar de baixo, o PIB *per capita* municipal apresentou, nos últimos anos, um crescimento acentuado, quase triplicou entre os anos de 2000 e 2009, passando de R\$1.750,39 para R\$ 4.742,01.

Até 2004, a contribuição do PIB do setor primário era maior que a do secundário, depois oscilou por mais dois anos e a partir de 2007, o setor secundário prevalece sobre o primário. Veja-se a representação no Gráfico 8:

Gráfico 7 – Participação dos setores primário e secundário no PIB municipal (R\$ mil)



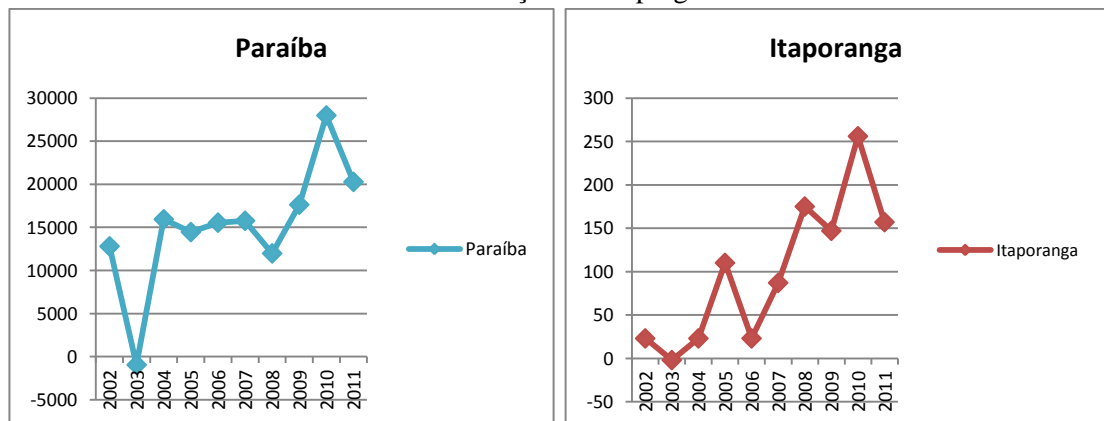
Fonte: IBGE. (2010).

Entre 2000 e 2005, o crescimento do PIB municipal foi de aproximadamente 61%, e de 2005 para 2009, de 54%. Se se considerar o período de 2000 até 2009, o aumento foi de quase 200%. O aumento do PIB e da contribuição do setor secundário para a sua composição refletem no aumento expressivo do emprego formal.

Além da produção de riqueza, outro fator que evidencia o crescimento econômico é o crescimento acelerado na geração de emprego e o aumento expressivo no emprego formal.

Os Gráficos 8 e 9, a seguir, mostram a evolução do emprego formal na Paraíba e em Itaporanga entre os anos de 2000 e 2011:

Gráficos 8 e 9 – Evolução do emprego formal



Fonte: Caged-LEI 4923/65-MTE. (2012).

O processo de crescimento do emprego formal/ano no mesmo período é praticamente o mesmo, em Itaporanga e no estado da Paraíba, exceto pela queda brusca no município em 2006. O emprego formal passou de 14, no ano de 2002, com pico em 2010, com 256, e 157 novos empregos formais em 2011. Considerando-se o acumulado entre 2002 e 2010, 990 novos empregos foram gerados e/ou formalizados.

Segundo o IBGE (2010), o município tem 2.165 empregados formais (com carteira assinada). Desses, aproximadamente 55% estão empregados no segmento têxtil, tanto nas tecelagens, quanto nas beneficiadoras e artesanais (em pequena escala).

Esse aumento expressivo no emprego formal ocorreu no período de maior expansão da indústria têxtil: de quatro, as tecelagens passaram para treze; todas as beneficiadoras surgiram nesse período, bem como as artesanais, que, embora trabalhem, em sua maioria, com prestação de serviços por produtividade, algumas têm, em média, três empregados formais.

Considerando-se os dados obtidos a partir dos questionários aplicados, mais da metade (53,8%, 247 em números absolutos) dos empregados têm o seu primeiro emprego com registro em carteira (emprego formal). Esse dado constitui um forte indicativo das mudanças nos indicadores de emprego e renda do município. No entanto, é preciso considerar que, dos mais de 46% (212 em números absolutos) trabalhadores que já tiveram carteira de trabalho assinada, 42 deles, ou seja, 19,8% trabalharam no meio rural, em atividades temporárias, como a colheita de frutas no Vale do São Francisco, ou a colheita de cana-de-açúcar na Zona da Mata Nordestina ou no estado de São Paulo. Além disso, 75, em números absolutos, ou seja, mais de 35% trabalharam em outras empresas do segmento na localidade.

De acordo com Adriano et al. (2000), para que uma população tenha qualidade de vida é necessária a garantia de acesso a bens e serviços econômicos e sociais, entre eles, o emprego e renda, como fatores fundamentais. O aumento do emprego e da renda municipal interfere diretamente na vida das pessoas, pois é capaz de alterar outros indicadores, como educação, saúde, habitação, alimentação e bem-estar.

A Tabela 3 apresenta os dados do crescimento da renda média domiciliar *per capita* no estado, na microrregião e no município, nos anos de 1991, 2000 e 2010:

Tabela 3 – Renda média domiciliar *per capita*/mês em R\$²⁶

Unidade	1991	2000	2010
Paraíba	161,49	295,79	462,29
Microrregião de Itaporanga	66,64	150,72	277,08
Itaporanga	93,36	209,50	345,69

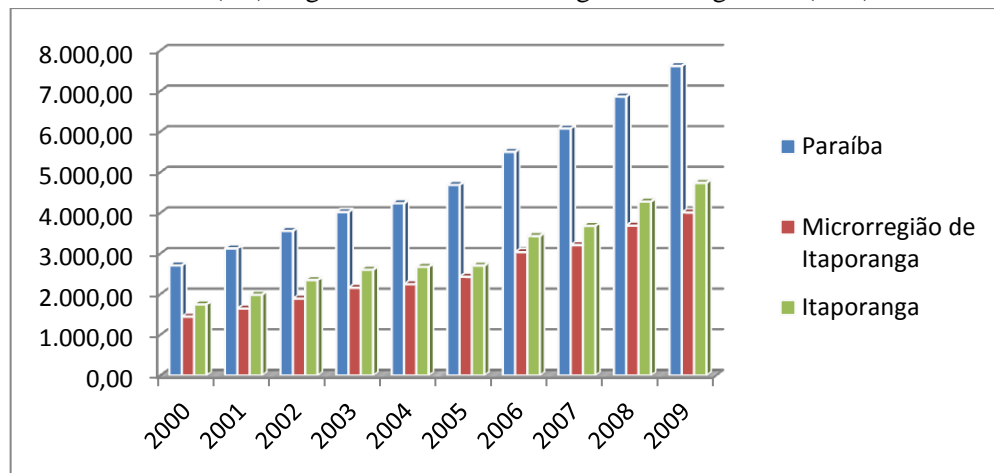
Fonte: Datasus. (2010).

Os dados apresentados pelo Datasus comprovam o crescimento da renda domiciliar *per capita* de Itaporanga equivalente ao crescimento da renda estadual e microrregional. Enquanto a renda do estado cresceu, entre 1991 e 2000, mais de 54%, e entre 2000 e 2010, mais de 63%, em Itaporanga, os índices atingiam, respectivamente, 44,2% e 60,4%.

Em 1991, o município ocupava a 45ª posição no *ranking* estadual de renda média domiciliar *per capita*, subiu para a 24ª posição em 2000 e para a 23ª em 2010 (ganhou mais de 20 posições).

A renda anual também teve um crescimento considerável. Veja-se no Gráfico 10 a comparação entre o crescimento da renda do estado, da microrregião e do município:

Gráfico 10 – Renda *per capita* do estado, microrregião e município entre 2000 e 2009 (R\$), segundo Comissões Intergestores Regionais (CIR)²⁷



Fonte: Datasus. (2010).

²⁶ O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada tornou-se referência para toda a série. Esse valor é corrigido para todos com base no INPC de julho de 2010, alterando o valor da linha da pobreza e, conseqüentemente, a proporção de pobres nessa tabela. O valor de referência, salário mínimo de 2010, é R\$ 510,00.

²⁷ As Comissões Intergestores regionais, anteriormente chamadas de Colegiados de Gestão Regional (GGR), são estruturas criadas pelo Pacto de Saúde com o intuito de qualificar o processo de regionalização no SUS, garantindo o exercício da ação cooperativa entre os gestores nas regiões de saúde, se constituindo em espaço de governança em âmbito regional. A nova nomenclatura foi dada a partir da publicação do Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Em níveis comparativos, a renda cresceu tanto no Brasil quanto no estado, microrregião e município em questão. Entretanto, entre 2000 e 2005, a renda estadual cresceu 57,7%, na microrregião, 59,65%, e em Itaporanga, 64,6%. Entre 2005 e 2009 o crescimento foi, respectivamente, de 61,58%, 60,53% e 57,07%. A partir dos percentuais obtidos entre 2000 e 2005, a renda *per capita* de Itaporanga cresceu mais que a do estado e impulsionou o crescimento da média da microrregião. Entre 2005 e 2009, embora a renda tenha continuado a crescer, em nível de estado cresceu mais.

A geração de emprego e renda por meio da indústria têxtil significou para os trabalhadores locais acesso a bens e serviços anteriormente restritos. Uma das perguntas do questionário referia-se ao acesso a bens e serviços (escolha múltipla), cujos resultados estão no Quadro 9, apresentado na continuidade:

Quadro 9 – Acesso a bens e serviços

BEM OU SERVIÇO	PERCENTUAL (%)
Educação privada para os filhos	28.1
Compra de bens de consumo	55.33
Saúde privada	17.8
Casa própria	15.9
Segurança alimentar	66
Salário fixo	96.7

Fonte: Pesquisa Direta. (2012).

A busca por um salário fixo e formal se destaca como o principal fator de satisfação dos empregados do segmento. Além desse, a compra de bens de consumo se apresenta como forte indicativo de aumento de renda e dinamização do comércio local, resultando em que devido ao aumento das vendas, novas unidades e diversos setores estão se firmando no mercado local.

Entre 2005 e 2012, o comércio e a prestação de serviços apresentaram acelerado crescimento e diversificação. Segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), filiais de lojas de móveis como Armazém Paraíba e Rio do Peixe, e novas lojas de roupas e calçados foram abertas, os bancos Bradesco e Caixa Econômica Federal reinstalaram agências na cidade, além de empresas de móveis planejados, clínicas de estética, clínica de especialidades médicas, laboratório de análises clínicas, clínicas odontológicas, além de inúmeros estabelecimentos comerciais, tanto no centro, quanto nas áreas mais afastadas, de alimentos e de outros bens e serviços e até uma subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que será em breve inaugurada. De acordo com o Vice-presidente da CDL, Vicente Tobias, “empresas de vários segmentos, como por exemplo: rede de supermercado de abrangência regional, uma faculdade particular, empresa multinacional de mineração e uma de móveis e

eletrodomésticos estão estudando o mercado local para avaliar a viabilidade de instalação de filial. Este é um indicativo de crescimento do mercado.”

Por outro lado, as taxas de desemprego da população de mais de 16 anos sofreram oscilações no mesmo período, em comparação com a PEA, como se pode verificar a partir dos dados da Tabela 4:

Tabela 4 – PEA e Taxa de Desemprego na Paraíba, Microrregião de Itaporanga e Itaporanga

Unidade	1991		2000		2010	
	PEA (hab.)	Taxa desemprego	PEA (hab.)	Taxa desemprego	PEA (hab.)	Taxa desemprego
Paraíba	1.021.573	4,91	1.326.482	14,02	1.570.361	8,57
Microrregião de Itaporanga	42.411	3,11	53.629	9,20	54.921	8,51
Itaporanga	6.059	2,87	8.319	12,18	9.911	10,66

Fonte: Datasus. (2010).

As taxas de desemprego continuam altas. Em 1991, o município de Itaporanga apresentava uma taxa de urbanização de 59,98%, 7.929 pessoas ainda viviam no campo e se dedicavam a atividades agrárias e a contribuição para o PIB do setor primário era predominante, como foi mostrado no Gráfico 7. Em 2000, com a taxa de urbanização de 69,54%, a taxa de desemprego aumentou para 12,18% e caiu, em 2010, para 10,66%. O aumento expressivo no desemprego na década de 1990 pode estar ligado a dois fatores: 1) a migração campo-cidade; e 2) a diminuição da oferta do emprego público.

Com a migração campo-cidade, entre 1991 e 2000 a população rural caiu de 7.929 para 6.434 habitantes. Em 2000, a Lei Complementar nº 101, que dispõe sobre a responsabilidade na gestão fiscal, provocou uma diminuição da empregabilidade no setor público, que deixou de ser um “cabide de empregos”, acentuando o desemprego, principalmente em cidades de pequeno porte.

Além dos dados já analisados, veja-se a involução da população de baixa renda:

Tabela 5 – Percentual da população de baixa renda segundo a CIR²⁸

Unidade	1991		2000		2010	
	Renda < ½ SM (%)	Renda < ¼ SM (%)	Renda < ½ SM (%)	Renda < ¼ SM (%)	Renda < ½ SM (%)	Renda < ¼ SM (%)
PARAÍBA	87,87	72,66	72,66	47,42	54,77	27,78
MICRORREGIÃO	96,77	88,16	84,47	63,15	64,87	37,13
ITAPORANGA	93,86	83,37	76,74	50,36	55,06	28,40

Fonte: Datasus. (2010).

²⁸ Vide nota de rodapé 8.

Embora elevado, o percentual de população de baixa renda tem diminuído consideravelmente, e o número expressivo de empregos criados na última década tem forte influência nesse indicador. Até o ano 2000 só havia uma tecelagem no município e poucas pessoas trabalhavam com panos de prato artesanais, principalmente a partir de 2005. A quantidade de empresas, tanto tecelagens, quanto beneficiadoras e artesanais aumentou de forma expressiva, gerando mais empregos, formais e informais.

As desigualdades de renda existentes diminuíram nos últimos anos a razão de renda²⁹. Segundo o Datasus (2010), em 1991, antes de 17,21%, aumentou para 32,45% e caiu para 19,12% em 2010, significando que a diferença entre ricos e pobres diminuiu consideravelmente, o que pode ter sido influenciado pela oferta de emprego e renda entre 2000 e 2010, principalmente na indústria têxtil.

Quadro 10 – Movimentação do emprego na indústria têxtil em Itaporanga-PB

Movimentação desagregada	2011	2010	2009	2008	2007	Total
1) Admissões	266	280	138	135	33	852
1.a) 1º Emprego	91	135	63	60	18	367
1.b) Reemprego	172	143	75	75	15	480
1.d) Contr. Trab. Prazo Determ	3	2	-	-	-	5
1.e) Transferência Admi.	65	-	-	-	-	65
2) Desligamentos	198	183	91	74	21	567
2.a) Dispens. Sem Justa Causa	145	140	77	63	21	446
2.c) A Pedido	24	12	-	1	-	37
2.d) Término de Contrato	26	27	11	10	-	74
2.e) Aposentadoria	1	-	1	-	-	2
2.g) Térm. Contr. Prazo Determ.	2	4	2	-	-	8
Varição Absoluta	68	97	47	61	12	285

Fonte: Caged/MTE. (2010).

Apenas entre os anos de 2007 e 2011 o número de admissões no setor têxtil em Itaporanga chegou a 852, em números absolutos, com destaque para o ano de 2010, com 280 admissões. Percebe-se, a partir dos dados, uma rotatividade considerável entre admissões e desligamentos, que, apesar do saldo positivo, se apresenta como um problema para os empresários locais. Alguns empresários, em entrevista, colocaram a rotatividade como um problema, uma vez que, pela falta de qualificação, não conseguem uma produtividade

²⁹Número de vezes que a renda agregada do quinto superior da distribuição da renda (20% mais ricos) é maior do que a renda do quinto inferior (20% mais pobres) na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

aceitável nos meses de experiência (três primeiros meses) e muitas vezes desligam o operário. Além disso, a grande quantidade de empresas artesanais, nas quais impera o trabalho informal, cujos ganhos salariais são por produtividade, funcionam como prováveis receptoras dessa mão de obra.

Segundo Sen (2000), o acesso ao emprego e renda é uma oportunidade de transpor as barreiras da pobreza. Os serviços básicos, a exemplo da educação e saúde, são importantes para a participação do indivíduo na economia. As oportunidades, sejam elas no comércio ou na produção, são vias de desenvolvimento pessoal, além disso, podem gerar divisas para o País impulsionando os serviços sociais, afinal, “liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras”. (SEN, 2000, p. 26).

A perspectiva da liberdade na concepção seniana é muito ampla, contemplando desde o acesso aos bens e serviços essenciais até o viver em um ambiente adequado. A empregabilidade está inserida nesse contexto como meio para oportunizar outras liberdades, como o acesso a bens e serviços.

4.3.4 *(Re) organização espacial*

Todo o processo de crescimento da indústria têxtil remete à questão da gestão do território, que pode ser exercida, em âmbito público, nas esferas nacional, estadual e municipal, e/ou pelo setor privado, pela liderança de uma empresa ou conjunto de empresas.

Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade. (CORRÊA, 1992, p. 35).

A gestão do território “trata-se da gestão das diferenças espaciais”. (CORRÊA, 1992, p. 115). Por se tratar de “controle” de diferentes esferas, a gestão do território passa tanto pela instância pública, como pela não-governamental e as privadas, por isso é dinâmica. Os interesses do capital estão no leme desse processo, direcionando a organização e a reorganização do espaço.

As práticas espaciais, por sua ligação com a gestão do território, segundo Santos (1978), são responsáveis pela construção social do espaço. Dentro desse contexto, o início e a expansão da indústria têxtil em Itaporanga, sob a ótica da produção do espaço, leva em

consideração as categorias de localização, distribuição e extensão que, combinadas às práticas espaciais, são capazes de promover a fluidez do espaço.

As práticas espaciais se subdividem em seletividade espacial, antecipação, fragmentação/remembramento, marginalização espacial e (re) produção da região produtora.

A seletividade espacial, segundo Corrêa (1992), refere-se ao processo de seleção do espaço visando à produção e levando em consideração certos atributos, de acordo com seus interesses, tais como: rede viária, matéria-prima, mão de obra, entre outros. “A seleção, que ratifica ou amplia a importância funcional de um lugar, envolve a consideração da hierarquia das cidades.” (CORRÊA, 1992, p. 37).

Para o autor, a antecipação espacial constitui-se por seleção de um determinado espaço. Ela pode “prever” as condições de produtividade antes que estas sejam efetivadas, ou tenham suas condições satisfeitas.

A fragmentação/remembramento espacial, embora seja composta por palavras antagônicas, dentro da prática espacial da produção do espaço geográfico se complementam. Segundo Corrêa (1992), pela própria dinâmica espacial, as corporações estão sujeitas à fragmentação e/ou ao lembramento. A fragmentação, pela divisão do espaço, que pode ser representado por novas unidades empresariais, seja no mesmo segmento ou em outro, que seja complementar. O lembramento espacial, pela aglutinação de diversas partes de uma corporação/empresa de acordo com seus interesses; aqui, seja pela formação de um novo espaço conjugado, ou devido à pouca produtividade, oferta ou até ineficiência, ocorre a eliminação de certa unidade empresarial.

De acordo com Corrêa (1992), a marginalização espacial ocorre por mudanças locais. Seja por oferecerem poucos atrativos (no que se refere à produção do espaço), ou por terem sido marginalizados pela “fuga” de empresas em razão de não oferecerem mais condições de exploração, em função de esgotamento de determinado recurso ou por condições naturais limitantes, levam lugares que antes eram considerados atrativos (antecipação espacial) a serem abandonados.

A marginalização espacial muitas vezes se traduz em marginalização de pessoas. Espaços localizados à margem da sociedade, seja pelo ponto de vista produtivo, econômico ou sociocultural, acabam por permitir que as pessoas que neles vivem também sejam rotuladas como pouco produtivas e, conseqüentemente, podem ser segregadas na sociedade capitalista.

Com relação à (re) produção da região produtora, Corrêa (1992, p. 40) dispõe que, do ponto de vista do capital, o controle do território é extremamente importante. Principalmente

se “se trata de um território complexo, onde se localizam múltiplas atividades envolvendo uma gama muito diferenciada de agentes que, direta ou indiretamente, participam de uma ou várias etapas de seu complexo processo produtivo.” Essa prática espacial está ligada à garantia de que determinado espaço tenha continuidade produtiva, desde a matéria-prima, até a manutenção do mercado consumidor, passando pelas técnicas difundidas e utilizadas no âmbito empresarial.

As práticas espaciais, embora em sua concepção estivessem ligadas às corporações, podem ter a aplicação de seus conceitos adaptada a novas interpretações. No caso de Itaporanga, praticamente todas as práticas espaciais estão presentes na gestão do território produtivo. A *seletividade* e a *antecipação espacial*, inicialmente devido à “escolha” do espaço geográfico (localização) para iniciar um novo empreendimento, acreditando no potencial da região em desenvolver um processo produtivo capaz de expandir territórios, mesmo não visualizando a dimensão que poderia atingir. *Fragmentação espacial*, a fragmentação devido ao “nascimento” de novas unidades empresariais do mesmo segmento industrial e das empresas beneficiadoras e artesanais, e à divisão de territórios (espaços) cujas relações de poder se definem em escala local, regional e nacional devido à distribuição da produção. Por fim, *(re) produção da região produtora*, segundo a qual as empresas, em pleno processo de expansão e inovação, além de dentro do seu próprio espaço, buscarem novas formas de produção e organização, novas tecnologias estão sendo aplicadas e empresas, tanto fábricas (como a de fiação) quanto unidades comerciais e bancárias, estão surgindo para atender à demanda crescente de consumo (população local e circunvizinha) e de matéria-prima para as empresas.

A organização e a gestão do território, segundo Sposito (1998), se dão por meio de duas escalas territoriais: a intraurbana e a da rede urbana. A autora destaca que a centralidade representada por esses dois níveis admite uma análise da gestão do território em diferentes escalas.

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia.
2. A rapidez das transformações econômicas que se expressam, inclusive, através das formas flexíveis de produção impõem mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede.
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio.

4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços. (SPOSITO, 1998, p. 28).

Considerando-se a análise da gestão do território por Sposito (1998), os quatro itens examinados em Itaporanga, submetidos à apreciação, se promulgam da seguinte forma:

2. O comércio ganhou, nos últimos 10 anos, além de novas unidades, uma diversidade maior na oferta de bens e serviços, aumentando sua atratividade com relação aos municípios circunvizinhos, uma vez que muitos bens e serviços, anteriormente oferecidos apenas pela cidade de Patos, maior centro urbano na região, atualmente são oferecidos em Itaporanga.
3. As transformações ocorridas têm como principal vetor o setor da indústria têxtil, que, devido à oferta dos bens e serviços citados, além do produto da indústria local, recolocou o município na rede urbana microrregional, regional e nacional.
4. Apesar de a análise desse item referir-se apenas a cidades de grande e médio porte, mesmo sendo considerada de pequeno porte (critério demográfico), a centralidade exercida por Itaporanga extrapola o espaço geográfico da microrregião que integra; a rede urbana mais próxima, constituída por cidades pequenas, tem a garantia de bens e serviços, e até empregos.
5. O aumento real da renda *per capita* elevou significativamente o consumo, promovendo o acesso da população a novos bens duráveis e não-duráveis. O número de automóveis passou de 1.522, em 2005 (considerando-se automóveis, caminhões, caminhonetes, motocicletas, motonetas, ônibus e utilitários), para 3.658, em 2011; os automóveis passaram de 522 para 784 no mesmo período, segundo o IBGE (2010), mas o aumento mais expressivo foi de motocicletas, de 743 para 2.186, respectivamente.

A partir dos níveis de centralidade expressos em Itaporanga, incitados pelo processo de crescimento econômico, principalmente a partir do crescimento da indústria têxtil, as mudanças significativas no espaço “sociourbano” alteraram sua posição na rede urbana da qual faz parte. No Censo demográfico de 1991 (IBGE, 2011) o município, que de acordo com os níveis de centralidade era considerado um *centro local*, cujo raio de influência se restringia ao seu entorno, subiu na hierarquia para *centro de zona*. Atualmente, ocupa a posição de centro sub-regional, exercendo influência nos municípios circundantes.

Apesar de o raio de influência de Itaporanga se restringir, em primeira instância, aos municípios circunvizinhos, o fato de a sua produção (industrial) chegar a todos os estados brasileiros o coloca em uma posição diferenciada na rede urbana, regional e nacional, não como centro de decisões, mas como centro produtivo, cuja oferta de bens e serviços dentro do segmento têxtil, na produção local específica citada anteriormente, o insere na rede produtiva do País. Um exemplo dessa inserção no meio produtivo nacional é que a multinacional Nestlé, em 2010, comprou meio milhão de peças (panos-de-prato) da maior empresa da cidade e, em 2011, 50 mil peças. O episódio pontua a imersão das empresas locais no cenário nacional.

Em julho de 2011 o Governo do estado, em parceria com a Prefeitura municipal, assinou protocolos de intenções para a criação do um Centro de Comercialização e do Polo Têxtil. Este último foi uma sugestão/solicitação do APL Vale Têxtil devido à necessidade de um espaço que atendesse à carência de infraestrutura para expansão do segmento, em uma área estratégica, ao longo da BR-361, para facilitar o acesso, o recebimento de matéria-prima e o escoamento da produção. O primeiro, com o intuito de comercializar produtos orgânicos, produzidos em pequenas propriedades, e alevinos e tilápias, produzidos na piscicultura local. Entretanto, efetivamente, nenhum dos dois se tornou realidade.

O grande problema é que nunca funcionou, nunca existiu, foi assinado só que a prefeitura teria que ter doado um terreno para que fosse feito algum investimento (galpões ou estrutura de abastecimento de água ou de energia, coisas desse tipo) lá por parte do governo do estado, só que até agora nada desse terreno, a princípio o prefeito anunciou que doaria um terreno de 2 hectares (o que para a dimensão de espaço que as indústrias têxteis precisariam, na verdade, não é nada). (DANIELLE FERNANDES, por e-mail, 2012).

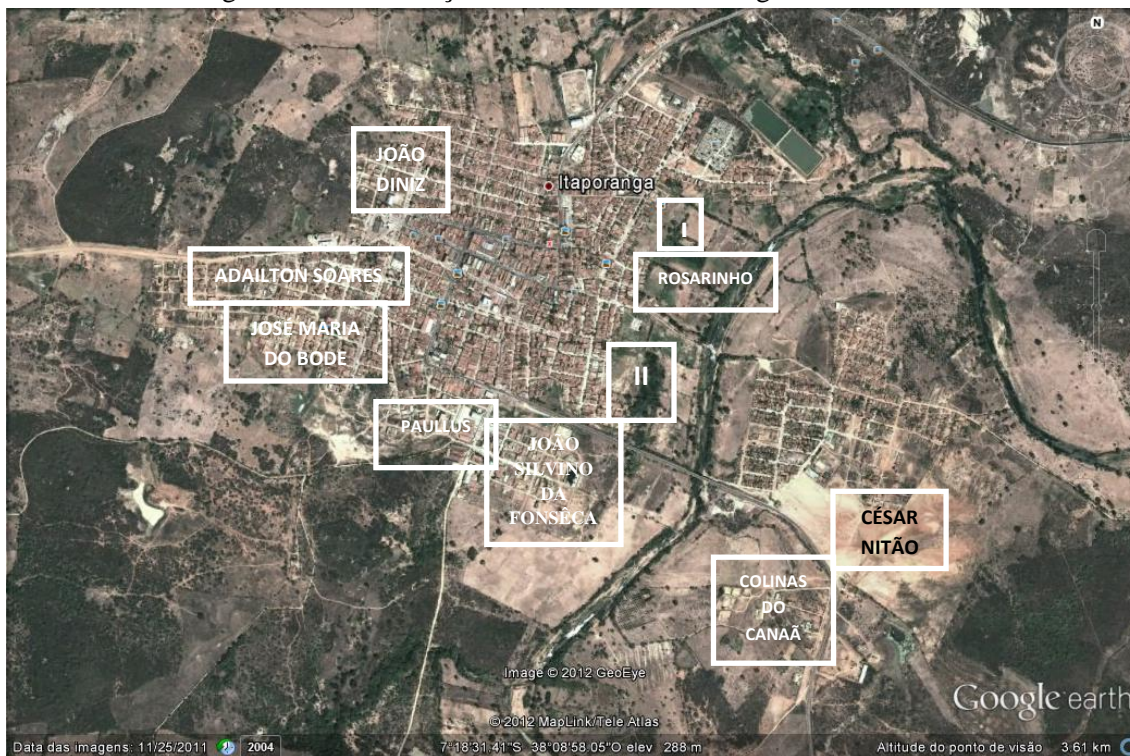
A criação do Polo Têxtil, com infraestrutura necessária e algum incentivo do Governo Estadual ou Municipal como fomento à atividade em uma região frágil do ponto de vista ambiental e limitante no setor produtivo, poderia expandir a atividade e aumentar a geração de emprego e renda.

Esse polo seria mais uma interferência no espaço urbano, a malha urbana ganharia mais equipamentos urbanos, espaços estruturados em uma tessitura interligando os diversos “lugares”, formando uma verdadeira trama, capaz de uma organização pouco comum em cidades do mesmo porte.

Entretanto, mudanças no espaço urbano já estão ocorrendo de forma acelerada. Nas franjas urbanas, novos loteamentos surgem e evidenciam o seu crescimento. Dos oito novos

loteamentos (Anexo B) em construção existentes atualmente, um apenas é regularizado e um está em fase de regulamentação. Os demais são irregulares.

Figura 11 – Localização dos loteamentos – fotografia de satélite



Fonte: Google Earth. (2010). Adaptado pela autora.

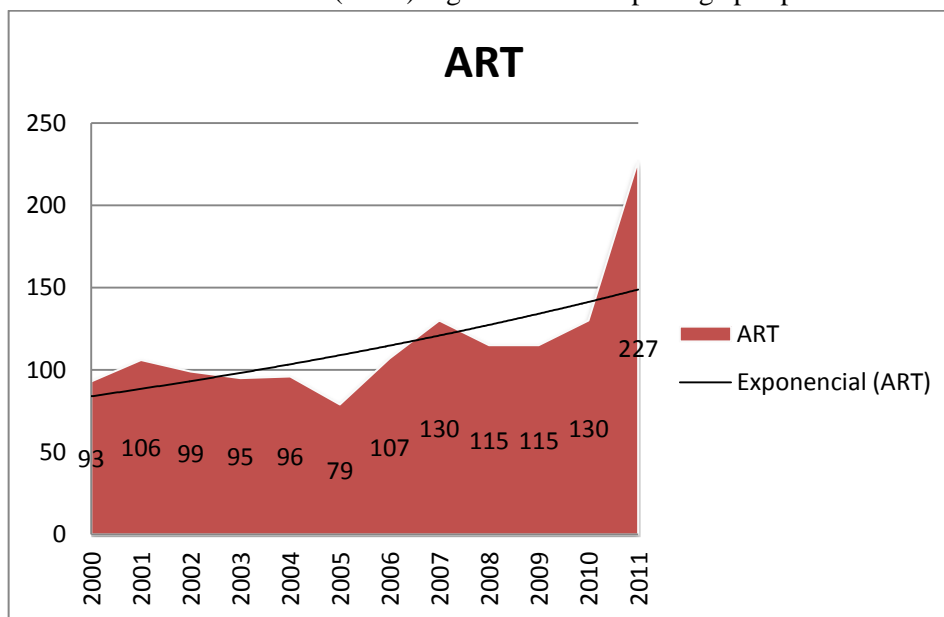
As áreas I e II referem-se, respectivamente, ao loteamento Onildo Pinto, em fase de implantação, e à expansão do bairro (um dos primeiros loteamentos) Pedra Bonita.

De acordo com o censo demográfico de 1991, o município tinha 4.152 domicílios particulares permanentes, em 2000, 5.017, e em 2010, 6.424. As áreas periféricas parecem um “canteiro de obras”. Muitas construções, novas ruas surgindo, e o crescimento físico-espacial, embora ocorra sem planejamento, sem infraestrutura, não aparenta se tratar de processo de favelização. As construções são de alvenaria. Muitos sobrados e casas com áreas na parte frontal, além de prédios residenciais de grande porte (cuja construtora é um investimento do empresário da maior tecelagem da cidade), com até 10 andares (Anexo C).

O aumento na construção civil pode ser comprovado tanto visualmente quanto por meio do número de Anotação de Responsabilidade Técnica³⁰ (ARTs) registrado em Itaporanga nos últimos anos. (Gráfico 11).

³⁰ ART – Anotação de Responsabilidade Técnica - instrumento por meio do qual o profissional registra as atividades técnicas solicitadas mediante contratos (escritos ou verbais) para os quais foi contratado.

Gráfico 11 – ARTs (obras) registradas em Itaporanga por período



Fonte: Crea. (2012).

O quantitativo de obras em construção no município, notadamente no espaço urbano, reflete o crescimento da cidade e o aumento da renda familiar. Como já citado anteriormente, não há favelização, e as duas áreas mais pobres da cidade já apresentam mudanças: casas de alvenaria, fachadas de algumas casas com acabamento em cerâmica e antenas parabólicas, efeitos visíveis da melhoria na vida das pessoas.

De acordo com o IBGE (2010), no período do Censo Demográfico havia um total de 400 edificações em construção, e um total de endereços de domicílios de 7.925, resultando em uma diferença de 1.502 com relação aos domicílios particulares permanentes.

Para acomodar esse crescimento no espaço urbano, em setembro de 2008 o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 717, ampliando o perímetro urbano em 60.000,00m². De acordo com a Lei, as áreas anexadas foram adquiridas “mediante autorização da Lei Municipal nº 641, de 10 de fevereiro de 2006, para fins de urbanização popular”³¹. Essas áreas de urbanização popular não foram identificadas, e o mapeamento feito nos novos loteamentos, localizados nas franjas urbanas, espaços de expansão da cidade, não se adequam ao critério estabelecido na lei.

O crescimento do espaço urbano (periurbano) é uma realidade visível. Dos oito loteamentos já citados, cinco se localizam ao longo da BR-361 (Figura 12), localização de sete das treze tecelagens e via de acesso a mais três tecelagens, uma em Itaporanga, as outras

³¹ Urbanização popular, aqui entendida como áreas com preços mais acessíveis à população de baixa renda.

em Pedra Branca, Boa Ventura e Curral Velho, e ainda, das três maiores beneficiadoras.

Figura 7 – Mapa da BR-361



Fonte: Ministério dos Transportes. (2010).³²

As empresas se organizaram espacialmente (embora pareça contraditório) de forma aleatória. Iniciaram suas atividades no meio urbano e, devido à necessidade de ampliação do espaço físico, encontraram no meio rural as condições adequadas para sua organização. As instalações foram construídas para atender tanto às necessidades, produtivas e espaciais, como ao ajustamento de entrada, saída e escoamento de mercadorias, de custos, dos terrenos e de energia; além disso, o transporte dos empregados é oferecido gratuitamente pela empresa de maior porte e as demais socializam o transporte, dividindo os custos com os trabalhadores.

O fator locacional (BR-361) remete à seletividade espacial. A proximidade do município dos três estados vizinhos, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, facilita o escoamento da produção. Portanto, localização espacial, arranjos de produção de venda e demanda, aliados à divisão social do trabalho, por meio das beneficiadoras e empresas artesanais em escala local, são constituintes da cadeia produtiva apresentada.

5.5 Sustentabilidade

A ideia de sustentabilidade aqui está dividida em três aspectos: o produtivo-organizacional, o ambiental e o financeiro-econômico.

³² Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/3-loc-rodo/loc-rodo/br-361/gbr-361.htm>>.

5.5.1 *Produtivo-organizacional*

Todo o processo de crescimento da indústria têxtil se deu pelo capital privado, não houve nenhuma interferência ou incentivo por parte de nenhuma esfera do governo, fosse municipal, estadual ou federal.

A necessidade de cooperação e organização da atividade local por intermédio da logística do Sebrae resultou na criação, em 2009, do APL Vale Têxtil. Inicialmente, praticamente todas as empresas da região se associaram, tanto as tecelagens, quanto algumas de base artesanal; atualmente são apenas nove empresas-membro. Entende-se por APL (Arranjo Produtivo Local) ou SPL (Sistema Produtivo Local), de acordo com Martinelli e Joyal (2004), o agrupamento de empresas em um espaço geográfico, envolvidas no mesmo ramo de atividade ou de algumas atividades, cujas relações vão além das comerciais e se estendem a níveis de cooperação mais amplos.

Segundo Martinelli e Joyal (2004, p. 83), as diversas formas de cooperação são: a) socialização de informações ou tecnologias; b) ações comerciais comuns; c) partilha de investimentos; e d) gestão comum das competências. Além das formas de cooperação anteriormente citadas, a parceria com instituições de ensino pode fortalecer a estrutura produtiva por meio da qualificação profissional e de pesquisas voltadas a melhorias nos meios e formas de produção.

O APL Vale Têxtil tem uma atuação dinâmica, como a gestão de recursos visando à parceria com instituições sindicais, públicas e não governamentais (Sesi, CNI, Fiep, Sebrae, Abit). A cooperação via APL já trouxe para o empresariado local vários benefícios como cursos de gestão para os empresários, palestras sobre a atividade têxtil no Brasil, sobre tributação (com representante da CNI), consultorias, implantação de programas de qualidade do trabalho dentro das fábricas e ainda, cursos de qualificação para empregados como os de mecânica de máquina de costura, costura e operador de caldeira em 2010 e 2011; e, por fim, o programa de Ação Global, ocorrido em maio de 2012, com 32.601 atendimentos e ainda o oferecimento de qualificação para mão de obra local. Os cursos de costura em máquina industrial, noções de impressão serigráfica e mecânica e manutenção de máquina de costura, com 36 vagas para cada turma, foram divididos em vagas noturnas para as indústrias parceiras e diurnas para o público em geral, com carga horária de 20h.

Segundo Anna Stephânia, gestora de projetos do Sebrae, agência de Patos-PB, a parceria garantiu a inserção do APL no Programa de Apoio à Competitividade das Micro e

Pequenas Indústrias (Procompi), desenvolvido em parceria com a CNI, e se apresenta como um dos casos de melhor êxito no conjunto paraibano.

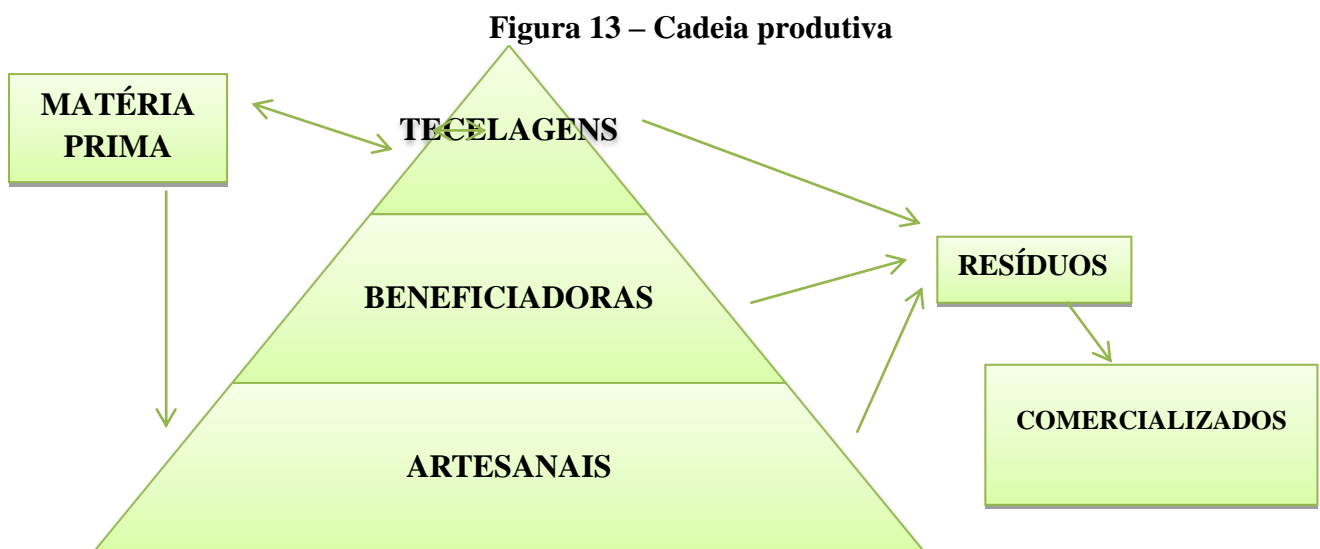
A organização e a parceria desenvolvidas formam um ambiente sistêmico, analisado e vivenciado em um contexto de interdependência. Para Martinelli e Joyal (2004), os níveis crescentes de competitividade aumentam as exigências do mercado e das empresas e, para enfrentar os desafios que se apresentam, estas devem criar um ambiente sistêmico como condutor da inserção de novas tecnologias que visem a atender as suas necessidades.

O novo modelo de organização produtiva e empresarial se caracteriza por possuir maiores graus de flexibilidade organizacional e capacidade de inovação. Para as empresas de pequeno e médio porte abre-se agora um leque de possibilidades competitivas, [...], pois hoje não se requer, necessariamente, grandes investimentos em termos de capital, para ter acesso aos setores mais dinâmicos da atividade econômica [...] (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 6).

Em princípio, a organização das empresas tanto dentro do seu próprio espaço quanto do grupo de empresas na localidade parece piramidal, de base local. Três ou quatro empresas lideram a produção e suas decisões, e até problemas relacionados à produção são refletidos nas demais, sejam elas beneficiadoras ou artesanais.

As indústrias têxteis de Itaporanga, dentro do seu âmbito de poder, são administradas com forte hierarquização. Nenhuma das empresas locais tem capital aberto.

A cadeia produtiva (Figura 13) industrial é sustentável, empresas são alimentadas por outras no processo produtivo.

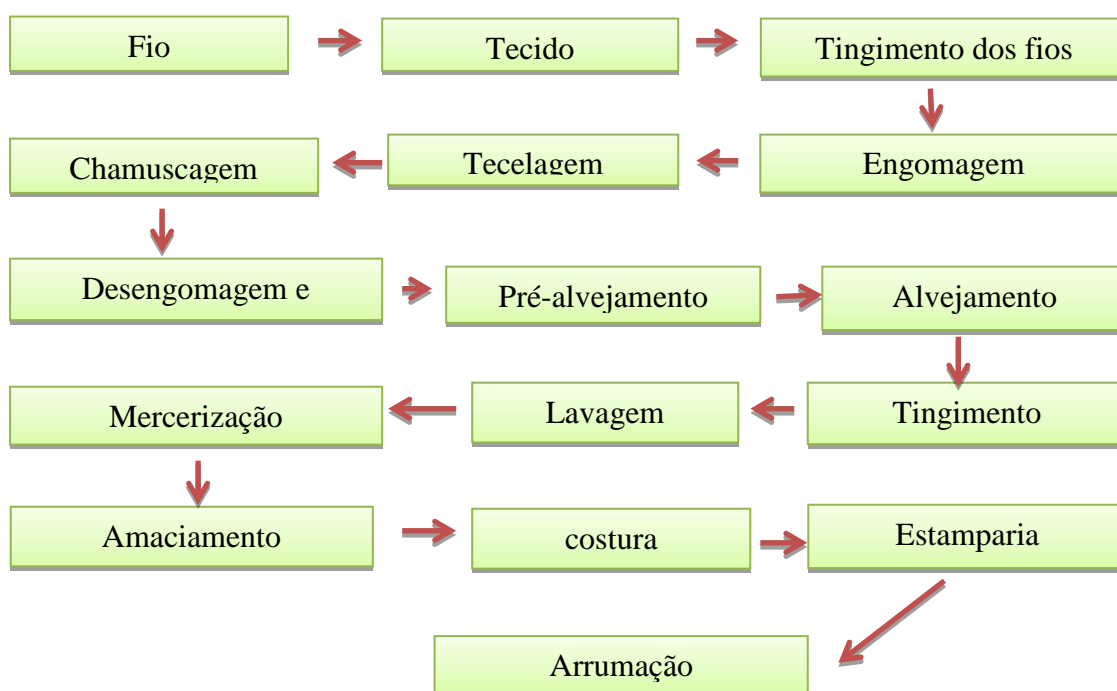


Fonte: Elaborado pela autora. (2012).

A Figura 13 apresentada representa uma cadeia autossustentável na produção do município. As tecelagens vendem tecidos e outras matérias-primas às beneficiadoras e às artesanais; estas, por sua vez, vendem sua produção aos vendedores, que escoam a produção para todo o País e a maior parte dos resíduos gerados (papel e papelão, plásticos, resíduos de algodão e varreduras) é comercializada.

O processo produtivo nas empresas de maior porte, da tessitura à arrumação, funciona da seguinte forma (Figura 14):

Figura 14 – Processo produtivo na indústria têxtil



Fonte: Baseado no Projeto Técnico e Estação de Tratamento de Efluentes da Industrialização Têxtil, APF Engenharia. (2008). Adaptado pela autora.

O processo aqui representado é o mesmo nas quatro maiores tecelagens. As de menor porte ainda não conseguem passar por todas as etapas, e as primeiras citadas terceirizam alguns serviços, como engomagem, alveamento e serviços de costura.

As etapas da produção elencadas desde a tecelagem dos tecidos até a estamparia e o acabamento se desenvolvem da seguinte forma:

A produção de fios é recente em Itaporanga – a partir do mês de setembro de 2012, a maior parte é comprada de uma empresa localizada em Fortaleza-CE, seguida de outras em Sergipe e João Pessoa-PB. A fábrica local iniciou seu processo produtivo com apenas 30% da capacidade total, que pode ultrapassar os 4.725 kg/dia de fios e os 3.200 kg de fio 8,

resultantes de misturas de materiais utilizados na fabricação de panos de prato e panos de chão, 825 kg/dia de fio 24 para fabricação de flanelas e 700 kg/dia de fio 28 para fabricação de toalhas, totalizando mensalmente 141.750 kg de fios. A fábrica é a primeira da região, inicialmente para abastecer apenas a produção própria e da fábrica LIMPOTEX, posteriormente, quando assumir sua capacidade total de produção, para vendas externas.

Figuras 15 a 18 – Produção de fios

Fig. 15



Fig. 16



Fig. 17



Fig. 18



Fonte: Acervo da pesquisadora. (2012).

Na Figura 15, a máquina processa o algodão, faz a limpeza, retira os restos de sementes, representados na Figura 16, aproveitados para complemento de ração animal. Na Figura 17, evidencia-se o processo de transformação do algodão em “pavios” e o seu consequente armazenamento, em seguida, na Figura 18, ocorre a sua transformação em fio.

O algodão é comprado em Limoeiro-PE, outros resíduos utilizados, como strip de penteadeira, strip de carda e varreduras, são comprados na capital do estado, João Pessoa e o resíduo cotonizado é comprado em Rio Tinto-PB. A matéria-prima para a fabricação de fios, exceto o algodão, é constituída por resíduos reaproveitados de outros processos produtivos. Além disso, os rejeitos oriundos da sua fabricação, como os restos das sementes de algodão, são aproveitados para complemento de ração para gado bovino, no local.

A tecelagem é o processo por meio do qual o fio, ao ser processado em teares, se transforma em tecido. (Figuras 19 e 20).

Figuras 19 e 20 – Teares – produção de tecidos

Fig. 19



Fig. 20



Fonte: Acervo da pesquisadora. (2012).

A **chamuscagem** refere-se à queima da penugem com chama direta; em seguida, passa pelo processo de **desengomagem e lavagem**, no qual o tecido sofre a aplicação de produtos químicos para remoção da goma aplicada antes da tecelagem.

O processo de **alveamento** só é realizado nas quatro maiores tecelagens; o produto químico utilizado no processo é perióxido de hidrogênio³³. A utilização do cloro é ínfima, realizada em apenas uma delas, mas em processo de alteração para o perióxido de hidrogênio.

As maiores empresas do município que trabalham com alveamento informaram a provável implantação de um sistema de tratamento e reaproveitamento da água (em fase de estudo) utilizada no processo, que, além da diminuição dos custos operacionais, é um benefício ambiental, uma vez que a escassez de água é uma realidade incontestável na região.

Após o alveamento, o tecido passa pela lavagem, que pode ser feita nas máquinas que fazem o tingimento. A **mercerização** é o ato de submeter o tecido à solução de soda cáustica, a 28°C, com a intenção de lhe conferir maior brilho, resistência e estabilidade dimensional. Os resíduos são lançados em tanques de recuperação de soda, nos quais é feita a diluição para o reaproveitamento na máquina.

Passando pela mercerização, o tecido entra no processo de **amaciamento**, no qual lhe são aplicadas gomas e resinas, por meios mecânicos ou químicos.

³³ H₂O₂ - Perióxido de hidrogênio, mais conhecido como água oxigenada, é utilizado em processos de clareamento.

A estamparia ocorre quando o tecido já está beneficiado e recebe estampas serigráficas após receber o acabamento com debruns de malha ou apenas costura. (Figuras 21 a 24):

Figuras 21 a 24 – Estamparia, costura e arrumação

Fig. 21 – Estamparia



Fig. 22 – Costura



Fig. 23 – Arrumação



Fig. 24 - Arrumação



Fonte: Acervo da pesquisadora. (2012).

De todas as etapas de produção, as de acabamento – costura, estamparia e arrumação – ocupam uma quantidade maior de pessoas. Cerca de 50% são serviços manuais, que exigem habilidades específicas. Entretanto, em 90% das empresas, uma quantidade considerável de trabalhadores é multifuncional, exercem várias funções dentro da empresa, notadamente as que exigem menor qualificação, como acabamento, por exemplo.

O processo de crescimento da indústria ocorrido no município não foi planejado e não se “encaixa” no conceito de deseconomias de aglomeração. Baseou-se apenas no modelo da cidade de São Bento, idealizado por um empresário que, embora acreditasse no potencial da região, não imaginou a dimensão que a atividade ganharia ao longo dos últimos anos e o encadeamento produtivo gerado a partir dela.

Sposito (1998), ao referir-se à questão locacional das indústrias, defende que as transformações ocorridas nos últimos anos diminuam a distância entre a localização industrial e os serviços no espaço citadino, no qual o centro das atenções passa a ser a gestão produtiva, financeira e comercial, não a fábrica em si. Esses fatores influenciaram diretamente a localização estratégica dos empreendimentos fora do perímetro urbano, com as tecelagens de Itaporanga de maior porte localizadas ao longo da PB-361, facilitando o acesso às principais redes viárias de escoamento da produção.

Mesmo sendo empresas, em sua maioria, de pequeno porte, possuem um grande potencial de geração de empregos, considerando-se a proporção da população do município. A estratégia de *catching up*³⁴ utilizada para alavancar e diversificar a produção local, bem como para absorver capacidade técnica e logística de centros maiores, permeia o empreendedorismo local, principalmente o das maiores empresas.

5.5.2 Ambiental

A indústria local utiliza produtos químicos no processo produtivo, no alvejamento de tecidos. Além destes, gera também resíduos resultantes da fabricação, pintura e acabamento.

Os reagentes químicos utilizados no alvejamento são: a) Ácido Cítrico; b) Hexametáfosfato de Sódio; c) Hidróxido de Sódio 99%; d) Imerol PCB (detergente); e) Metassilicato de Sódio; f) Leukophor BPF (branqueador óptico); e g) Peróxido de hidrogênio.

O processo de alvejamento se dá na sequência das imagens abaixo:

Figuras 25 a 28 – Processo de alvejamento

Fig.25



Fig. 26



³⁴Termo utilizado no sentido de que o empresariado da região pretende “alcançar” níveis de autossustentabilidade produtiva e técnica e ainda atender à demanda crescente. (baseado em LEMOS et al., 2006) .

Fig. 27



Fig. 28



Fonte: Acervo da pesquisadora. (2012).

Após o uso dos reagentes químicos há o processo de filtragem, representado nas Figuras 25 a 28. Ocorre em três etapas: na primeira (Figura 25), os resíduos do produto caem sobre um tanque, passam pelo primeiro filtro, em seguida, passam por outro filtro, só depois o processo pode ser liberado. Todo o processo foi planejado por uma Empresa de Engenharia Ambiental cujo relatório está disponível nas empresas que utilizam esse processo, bem como o Projeto Técnico do Programa de Monitoramento e Operação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE); o licenciamento e a fiscalização (anual) são de competência da Sudema. A empresa responsável pelo projeto técnico faz acompanhamento semestral da ETE.

De acordo com o Projeto Técnico e Estação de Tratamento de Efluentes (2008), os efluentes líquidos são classificados em: 1) sólidos sedimentáveis; 2) hidrocarbonetos; 3) compostos orgânicos halogenados; 4) detergentes e agentes tensoativos; e 5) cor, temperatura e pH. Estes são gerados a partir das operações de engomagem, preparação (purga, alvejamento), tingimento, estampa e acabamento.

Esses produtos químicos, por serem poluentes, devem passar por tratamento adequado. O projeto anteriormente citado deve ser realizado para garantir um efluente final adequado aos padrões legais.

As águas residuais, provenientes das indústrias têxteis, após tratamento e lançamento nos corpos d'água receptores, e devem atender aos limites máximos ou mínimos estabelecidos pela Resolução nº 20/86 do CONAMA, que estabelece os padrões de qualidade e de lançamento destes efluentes, na qual encontra-se expressos no Art. 211 da referida resolução. (PROJETO TÉCNICO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES, 2008, p. 23).

As maiores empresas estão muito próximas do rio Piancó, duas delas na área marginal, fator que aumenta a necessidade de controle. O controle limita os níveis de poluição para que os resíduos não afetem as áreas marginais, utilizadas para agricultura e pecuária e onde se

localizam muitas áreas residenciais. Os resíduos químicos, após tratamento, ficam acumulados em um espécie de lagoa, evitando, assim, que sejam depositados no curso da água do rio.

Para exemplificar o quantitativo de resíduos e seu destino, usam-se, aqui, os dados de uma das quatro maiores tecelagens do município (Quadro 11):

Quadro 11 – Principais resíduos gerados no processo produtivo

ÍTEM	TIPO DE RESÍDUO	TON/ANO	%	DESTINO
01	Papel e papelão	2,0	54	Comercialização
02	Plástico	0,1	2,7	Comercialização
03	Resíduos de algodão	0,1	2,7	Comercialização
04	Varreduras	1,5	40	Comercialização e Serviço de coleta municipal
	Total	3,7	99,4	

Fonte: Projeto Técnico de Tratamento de Efluentes, 2008.

Devido à geração de uma grande quantidade de resíduos surgiu, em 2009, uma empresa que os comercializa, comprando das locais e vendendo para uma empresa da cidade de Cajazeiras, também localizada no Sertão Paraibano.

5.5.3 Econômica

A classificação das empresas segundo o porte é indefinida. Para o BNDES e o BNB o critério utilizado é o faturamento; para o Sebrae, há dois critérios possíveis: o faturamento e o número de empregados.

Segundo Longenecker, Moore e Petty (1997) é arbitrário definir um tamanho para classificar as empresas, pois cada situação requer um critério diferente; para a legislação, pode ser considerado apenas o faturamento ou o número de empregados, mas quando em comparação com outras empresas maiores ou menores, a classificação pode ser diferente.

Tabela 6 – Classificação das empresas segundo o porte por número de empregados e faturamento – Sebrae

PORTE	CRITÉRIO	
	NÚMERO DE EMPREGADOS	FATURAMENTO ANUAL (receita bruta anual)
MICROEMPRESA	até 19	igual ou inferior a R\$ 433.755,14
PEQUENA EMPRESA	De 20 a 99	superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00
MÉDIA EMPRESA	De 100 a 499	-
GRANDE EMPRESA	Mais de 500	-

Fonte: Sebrae, 1999.

O critério do faturamento anual para a micro e pequena empresa em 2006 sofreu mudanças em razão da adoção do Simples – Regime Simplificado de Tributação -, que passou a classificar de outra forma a micro e pequena empresa. Assim, de acordo com a Medida Provisória nº 275/05, os critérios são, respectivamente, receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 e superior a R\$ 240.000,00.

Para o BNDES, a classificação difere um pouco:

Tabela 7 – Classificação do porte das empresas segundo o BNDES

Classificação	Receita operacional bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES. (2010).

Segundo Divaldo Dantas, considerando-se o critério do faturamento, quatro empresas podem ser classificadas como médias. Se se levar em consideração o número de funcionários, apenas uma se enquadra nesse patamar.

O parâmetro utilizado neste recorte foi o número de empregados. Das tecelagens do município apenas uma pode ser classificada como média, a primeira empresa, ITATEX, que conta atualmente com 215 funcionários, distribuídos nos setores administrativo e produtivo. As demais tecelagens têm entre três e 99 funcionários.

É importante mensurar a contribuição dessas indústrias na possível criação de um polo têxtil em uma área de industrialização ínfima, o sertão paraibano. De acordo com Danielle Dantas, Presidente da APL Vale Têxtil, só no ano de 2007 o setor cresceu cerca de 30%, e atualmente o maior crescimento é registrado no segmento artesanal. Só no mês de maio, cinco novas frentes de produção artesanal foram abertas e começaram a produzir.

Ainda de acordo com a presidente do APL, 85% do rendimento geral é reinvestido no local, principalmente no próprio setor para otimizar a produção, mas também em outros segmentos, como o da construção civil, por exemplo. O crescimento da oferta de empregos ficava em torno de 55% ao ano. Ainda é preciso considerar que as empresas de maior porte estão investindo na qualificação da mão de obra e em novas tecnologias na busca pela excelência e diversificação da produção. Inicialmente a produção era predominantemente de sacos, atualmente, além desses, estão produzindo panos de prato, flanelas, tapetes, toalhas,

coadores de café e, a partir de setembro de 2012, um dos empresários da cidade começou a fabricação de fios, gerando cerca de 20 novos empregos, inicialmente para abastecer sua própria tecelagem. Posteriormente, tenciona aumentar a produção para abastecer as demais e outros mercados que tendem a se abrir, com a perspectiva de gerar mais 30 empregos, segundo ele.

A maior parte das empresas artesanais é informal e trabalha com terceirização de serviços de costura e pintura. Cerca de 20 mil panos de prato são produzidos por mês (estimativa), gerando cerca de 500 empregos informais. Ademais, tais empresas artesanais e/ou pessoas que terceirizam serviços para elas também terceirizam para as tecelagens serviços como os de costura, engomagem e corte de tecidos.

A cadeia produtiva de Itaporanga, a exemplo do ocorrido no setor em todo o País, tem forte tendência ao crescimento. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), em 2011, o segmento têxtil contribui com 5% do PIB da indústria de transformação no Brasil e, segundo o BNDES, é o setor com maior potencial de geração de emprego no País. (ABIT, 2010).

5.6 Outras perspectivas

O município, embora apresente um crescimento econômico sugestivo, na perspectiva cultural, no entanto, há poucos indícios de mudança.

No município não existem equipamentos urbanos culturais como teatro, cinema e museu. Também inexistem grupos de danças típicas e teatrais.

O que ainda resguarda a memória histórica e cultural do município é a Banda Filarmônica Cônego Manuel Firmino, criada por Padre José Sinfrônio de Assis Filho, em 1964. Desde então, esta foi responsável pela formação musical de importantes músicos de renome internacional, como Radegundes Feitosa, um dos melhores trombonistas do mundo.

Em 2011, por iniciativa do advogado e escritor Valdemir Cabral, foi criada a Academia Literária, Cultural e Artística de Itaporanga (Alcanta), nascida do sonho de Valdemir por “perceber que minha cidade está perdendo a memória e a cultura”. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que pretende cadastrar e buscar apoio público para os talentos locais.

Parece renascer na cidade um sentimento de busca de identidade. Alguns intelectuais, jornalistas, professores e artistas tentam despertar esse sentimento. Ilustrando essa questão, Paulo Rainério Brasilino criou, em 2011, o Festival Itaporanguense de Cultura e Arte (FICA),

cuja segunda edição, foi realizada em novembro de 2012. O festival reúne os “filhos da terra” que se destacam na música, literatura, poesia, repente, cordel, escultura, pintura, os artistas locais.

Na perspectiva cultural também a iniciativa privada é a promotora. Não houve, nos últimos anos, nenhum programa do governo municipal que estimulasse as artes e a cultura local. Novamente citando Valdemir Cabral, “estamos perdendo nossa história”. A perda de identidade histórico-cultural se configura em um forte indicador de carência de estímulos de agentes público-institucionais capazes de resgatar a história por meio de equipamentos urbanos da esfera cultural. Porém, novos investimentos em educação, os *campi* do IFPB, a faculdade (em processo) pode fazer diferença na reconstrução da identidade histórico-cultural local.

Esse depoimento se confirma pelas dificuldades encontradas para a fundamentação deste trabalho. A formação territorial, histórico-geográfica, foi fundamentada apenas em algumas revistas editadas pela prefeitura, na história oral e nos superficiais arquivos oficiais do IBGE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo analisar os impactos socioambientais e urbanos incitados pela expansão industrial nos últimos dezesseis anos. Para isso, houve-se por bem investigar os fatores que contribuíram para a gênese e expansão da indústria têxtil em Itaporanga; os impactos diretos (e indiretos) desse processo de expansão industrial no município; e se o processo de expansão em curso pode ser considerado sustentável.

As possibilidades de crescimento econômico e desenvolvimento local por meio do processo de industrialização em cidades pequenas do Sertão Nordestino são, de acordo com o senso comum, restritas. Indústria parece sinônimo de desenvolvimento.

A expansão industrial do segmento têxtil na fabricação, principalmente, de panos de prato, ganhou adeptos após seis anos de produção da primeira indústria têxtil local. Ou seja, a primeira indústria, com apenas 10 empregados, surgiu em 1996, e a segunda só veio a produzir a partir de 2002, portanto, o aumento substancial foi apenas entre 2005 e 2010.

A representação da inovação impulsionada pelo empresário inovador de Schumpeter, se expressa de forma decisiva. Desde o início da atividade fabril até sua estabilidade atual, a presença dessa figura permeia o crescimento econômico, seja por meio da própria empresa, ou pelo estímulo a outros empresários para atender a uma demanda em nível regional e, posteriormente, nacional.

Outro fator importante é a diversificação produtiva. Inicialmente a produção foi apenas de panos de chão; atualmente, além desses, fabricam-se panos de prato (artesanais ou não), toalhas, tapetes, flanelas e coadores de café. Essa diversificação ocorreu em função da demanda, que aumentou mais que o previsto nos anos iniciais e cujo atendimento requereu que as empresas aumentassem seu potencial produtivo.

O aumento da oferta de emprego e renda foi preponderante nos impactos ocorridos em nível local. Este impulsionou a ocorrência de uma espécie de “efeito dominó”, ou ciclo virtuoso. Venda > Produção > emprego > renda > consumo > bens e serviços > venda. Se por um lado a venda da produção no próprio município e microrregião é ínfima, de apenas algumas dúzias, para consumo residencial, por outro, o crescimento e a diversificação do comércio local e a oferta de serviços se apresentaram como um forte indicador de mudança, promovendo impactos na educação, saúde e no espaço físico.

A organização espacial, empresarial e produtiva teve forte influência do APL Vale Têxtil a partir de 2009, ocasião da sua criação. Essa disposição se dá em diferentes níveis,

desde o comercial até o de qualificação de mão de obra. Fator aparentemente contraditório, de um lado, a competitividade, a divisão do mercado, e de outro, a cooperação em nível de APL.

As empresas artesanais não são associadas ao APL, principalmente pelas diferenças de objetivos e organização em todos os níveis. Embora a maioria atue na informalidade, foi possível perceber a tentativa de organização e formalização. Algumas já aderiram ao Simples, Regime Simplificado de Tributação, principalmente devido à necessidade de capital de giro, inexistente para atividades não oficiais.

Foi muito presente o desconforto dos empresários locais com a falta de mão de obra qualificada. Essa preocupação reflete não só a carência, mas também a disponibilidade de se investir em qualidade, não só do capital humano, como em novas tecnologias que possibilitem a melhoria e o aumento da produção, visando atender à demanda.

Perceber o crescimento econômico incomum em Itaporanga, uma dessas pequenas cidades, é perceber, antes de qualquer coisa, que a iniciativa dos agentes locais pode e faz muita diferença. Novos arranjos foram sendo “desenhados” a partir das necessidades e possibilidades que foram surgindo ao longo do tempo, são fortes indicativos do protagonismo local.

Afirmar-se que houve desenvolvimento no município de Itaporanga é, no mínimo, prematuro. O desenvolvimento vai além do crescimento econômico ocorrido no local. Este pressupõe a capacidade local de promover a melhoria geral na qualidade de vida das pessoas, diminuir as desigualdades sociais e inseri-las no contexto sociocultural e econômico vigente.

No contexto social perspectivas de melhoria na qualidade de vida foram apresentadas nas análises de dados socioeconômicos. Por exemplo: diminuição da diferença entre ricos e pobres, melhores índices educacionais e de saúde pública, aumento da oferta de emprego e, conseqüentemente, da renda, aumento do acesso a bens e serviços, antes restritos.

A sustentabilidade ambiental e econômica parece estável. Os impactos ambientais decorrentes da atividade têxtil ainda não têm resposta definitiva, e o controle exercido pelos órgãos planejadores (empresas especializadas em projetos técnicos) e fiscalizadores (Sudema), embora não eliminem, minimizam os efeitos danosos ao ambiente local. A sustentabilidade econômica evidencia-se tanto pela estabilidade quanto pelo crescimento desse ramo da indústria no município.

Por meio das visões mais restritas de desenvolvimento, baseadas no PIB, ou das mais subjetivas e complexas, como a ampliação das liberdades individuais de Sem (2000), percebe-se que o desenvolvimento não cabe da mesma forma em todos os espaços. Cada lugar, cidade,

região ou país precisa de um tipo diferente de desenvolvimento, de acordo com as especificidades de cada um. A própria concepção de desenvolvimento difere entre os grupos e espaços sociais. Para uns, desenvolvimento pode ser segurança, lazer, tranquilidade; para outros, riqueza, poder e crescimento econômico.

Entretanto, se os fatores fundamentais como crescimento e sustentabilidade econômica e ambiental, acesso à educação e saúde de qualidade, moradia, emprego e renda não fazem o desenvolvimento, sem eles, no entanto, este não é possível.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, J. R.; WERNECK, G. A. F.; SANTOS, M. A.; SOUZA, R. C. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, nº 1, p. 53-62, 2000.

BARRETO, Maria Inês. Cidades: inserção internacional de governos locais. **Teoria e Debate**, nº 59, agosto/setembro 2006. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/cidades-insercao-internacional-de-governos->>. Acesso em: 15 out. 2012.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 1, n. 2, p. 7-12, mar., 2001.

BNDES. Classificação das Empresas segundo o porte. 2010 . Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/porte.html>. Acesso em: 03 maio 2012.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 111-145. Jun. 1996.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 2 ago. 2012.

BRÜZEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (INPSO/FUNDAJ), Out.,1994. p. 262. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>> Consultado em 30/11/2011>. Acesso em: 15 out. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur edições, 2007a. 123p.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007b. 85p.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc., 1966.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 41, abr. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2012.

CORAZZA, Rosana I. Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen. **Economia**, Brasília (DF), v. 6, n. 2, p. 435–461, Jul./Dez. 2005.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

_____. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, p. 121-129, jan./jun., 2000.

_____. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Anuário do I GEO**, UFRJ, vol 15, p. 35-42. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1992/vol_15_35_42.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS. **A Nova Carta de Atenas: A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI**. 2º Congresso Nacional de Construção, Lisboa, 2003.

COSTA, Achyles B. da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo, ano 4, n. 47, p. 3-18, 2006.

CREA. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica. Documento solicitado pela autora no CREA- PB, em junho de 2012.

DALY, Herman E. The world dynamics of economic growth: the economics of the steady state. **American Economic Association**, vol. 64, n. 2, p. 15-21, 1974. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1816010>. Acesso em: 15 set. 2012.

DATASUS. www.datasus.gov.br Acessos em: 09, 10, 11 e 12/09/2012.

DOMINGUES, José Maurício. Amartya Sen, a liberdade e o desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 65: p. 57-70. São Paulo, 2003.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERREIRA, Sandra Cristina. Contribuição ao debate acerca de pequenas cidades na rede urbana. In: Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local, I, e Semana de Geografia/UEM, XVII, 25 a 27 de agosto, 2008. Maringá-PR. **Anais...** Maringá-PR, 2008.

FIEP. Perfil Socioeconômico da Paraíba. 2010

FRANCO, Augusto. **O lugar mais desenvolvido do mundo**. Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Brasília: AED, 2004.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, XVI, 25 a 31 de julho 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2010.

_____. **Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial: perspectivas para um debate.** 2009. Disponível em: <egal2009.easyplanners.info/area05/5564_Tania_Maria_FRESCA.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE EARTH. earth.google.com. Acesso em 05/07/2012

PARAÍBA. IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba) [CD-ROM]. Perfil Cidades, 2008.

IFPB. **Estudo de Viabilidade de Cursos.** 2012. Disponível em: <www.ifpb.edu.br/reitoria/.../Campus%20ITAPORANGA.pdf>. Acesso em: 16 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010.** 2011a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/.../0000000684181210201118380911960.pdf >. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. **Indicadores Sociais Municipais 2010:** incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio. 2011b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1&titulo=Indicadores-Sociais-Municipais-2010:-incidencia-de-pobreza-e-maior-nos-municipios-de-porte-medio>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **Municípios com até 20 mil habitantes são maioria no Brasil.** [2000]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/noticias/municipios.html>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. IBGE investiga a Cultura nos municípios brasileiros. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=980

INÁCIO FILHO, Lourival. **De Misericórdia a Itaporanga:** Um resgate de história. João Pessoa: UFPB, 2001. 43 p.

ITAPORANGA (PARAÍBA). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Itaporanga_(Para%C3%ADba)&oldid=32680430>. Acesso em: 30 jun. 2010.

JACKSON, T. **Prosperity without growth?** The transition to a sustainable economy. SDC Reports & Papers, 2009. Disponível em: <<http://www.sd-commission.org.uk/publications.php?id=914>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, M. B., CAMPOS, B., BIAZI, E., SANTOS, F. Capacitação tecnológica e *Catching Up*: o caso das regiões metropolitanas emergentes brasileiras. **Rev. Econ. Polit.** vol. 26 no. 1, São Paulo, Jan./Mar. 2006.

LENCIONI, Sandra. Produção no interior, gestão na capital. In: **FapespPesquisa** (São Paulo), nº 61 (entrevista a propósito de sua pesquisa “Emprego e exclusão social na reestruturação urbano-industrial do estado de São Paulo”, projeto financiado pela FAPESP), 2001.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas**: ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1997.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades Médias e Pequenas no Nordeste: Conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades Médias e Pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87)

MARICOCI, L.; GONÇALVES, J. S. Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter: uma Revisão Crítica. **Informações Econômicas**, SP, v. 24, n. 8, p. 27-35, ago. 1994.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens da valorização. Tradução: Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 2000. Disponível em: <virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/traduzidos2/manifesto.htm>. Acesso em: 3 dez. 2010.

MEC, Portal do professor. Disponível em: portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=38599 Acesso em: 15 out. 2012.

MENEZES FILHO, Naércio Aquino. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília : Ipea, 2009. 252 p. p. 201-209.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. www.mte.gov.br Acesso em 10 a 15/07/2012

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. <http://www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/3-loc-rodo/loc-rodo/br-361/gbr-361.htm> Acesso em: 12/10/2012

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. (Tradução de N. Palhano). 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NÓBREGA, Clemente. O profeta da inovação. 2007. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG77929-8382-5,00.html>>. Acesso em: 05 out. 2012.

O TEXTO da Carta da Terra. Carta da Terra, 1992. Disponível em: <www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>. Acesso em 12 dez. 2011.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. Rede Urbana Brasileira: **algumas reflexões teóricas**. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 15, volume 2, p. 100-109, 2008.

OLIVEIRA, Semí Cavalcanti de. Evolução política e econômica mundial no período das duas grandes guerras. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 27-36, maio/ago. 2002.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. O modelo Harrod-Domar e a substitutibilidade de fatores. In: **Estudos Econômicos**, v. 5, nº 3, p. 7-36, setembro 1975. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1975/75.ModeloHarrod-Domar.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. pnud.org.br
Acesso em: 30/06/2012.

PONTES, José Pedro. **A Política Regional Portuguesa e as Economias de Aglomeração**. Instituto Superior de Economia e Gestão, set. 2005. Disponível em: <http://www.pofc.qren.pt/resourcesuser/centro%20informacao/biblioteca/estudos/file48.pdf>

PROJETO Técnico e Estação de Tratamento de Efluentes da Industrialização Têxtil, APF Engenharia, 2008.

Portal ODM. Disponível em: <www.portalodm.org.br>. Acesso em: 20 dez 2010.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed., rev. e amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

REIS, Douglas Sathler. **O rural e o urbano no Brasil**. 2006. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/.../ABEP2006_777.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.

RIST, Gilbert. **The History of development from western origins to global faith**. London-New York: Zed Books Ltd., 2008.

RODRÍGUEZ, Octávio. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 232 p.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **O retorno do Território**. In: TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação. 3ª ed. Org.: Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira. Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. **Por Uma Geografia Nova (Da crítica da geografia a uma geografia crítica)**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1978.

SANTOS, Theotônio dos. **OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**. Texto para discussão, série 1, n. 10, Grupo de Estudo sobre Economia Mundial, Integração Regional & Mercado de Trabalho, Niterói-RJ, 2000. Disponível em: <http://www.reggen.org.br/discussion/index.html>

SACHS, Ignacy. Experiências internacionais de um cientista inquieto – Entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados**, v. 18, ed. nº 52, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEBRAE. **Setor têxtil de Itaporanga produz 6 milhões de peças por mês**. 2012. Disponível em: <www.pb.agenciasebrae.com.br/.../setor-textil-de-itaporanga-produz-6>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003–2005**. 2007. Disponível em: <www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../NT00037936.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. **Critério para classificação das empresas**. 1999. Disponível em: <www.sebrae.com.br/.../empresarial/criterios...empresas/criterios-e-con...>. Acesso em: 15 out. 2012.

SOLOW, R. M. The Economics of Resources or the Resources of Economics. **The American Economic Review**, Vol. 64, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-sixth Annual Meeting of the American Economic Association. (May, 1974), p. 1-14.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 18, n. 2, p. 27-41, abr-jun. 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas de centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 27-37, 1998.

TORRES, Fábio. O novo algodão do semiárido. 2010. Disponível em: <www.finep.gov.br/imprensa/.../inovacao_em_pauta_7_algodao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, p. 71-94, 2004.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula**. 2. ed. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2003. 304 p.

_____. **Desenvolvimento territorial no Brasil: do Entulho Varguista ao Zoneamento Ecológico-econômico**. 2001. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

1-Função: _____ Idade: _____ sexo: M() F()

2 - Você trabalha com carteira assinada ou por produtividade?

3 – É o seu primeiro emprego formal (com carteira assinada)?

() sim () não

4 – Em caso de resposta negativa, qual a outra(s) função (es) desempenhada(s) por você?

5 – O que, principalmente, o emprego na indústria têxtil, lhe deu acesso?

() educação privada para seus filhos

() compra de bens de consumo

() saúde privada

() casa própria

() segurança alimentar

() salário fixo

() outros

6– Você precisou mudar o domicílio (cidade) para trabalhar na indústria têxtil?

() sim () não

7–Você mora em outro município do entorno de Itaporanga?

() sim () não

Qual? _____

8– Fez algum curso de qualificação para trabalhar na indústria têxtil?

() sim () não

Qual curso? _____

9-Por meio de qual instituição?

() Organização Não Governamental () Prefeitura () Na própria empresa

() outros Qual? _____

10- Grau de escolaridade:

Ensino Fundamental (1º grau)..... () completo () incompleto

Ensino Médio (2º grau)..... () completo () incompleto

Ensino Superior () completo () incompleto Qual curso? _____

11 – Sua renda mensal, em salário(s) mínimo(s):

() entre 0 e 1 () entre 1 e 2 () entre 2 e 3 () entre 3 e 4

() entre 4 e 5 () mais de 5

12 – Renda familiar, em salário(s) mínimos(s):

() entre 0 e 1 () entre 1 e 2 () entre 2 e 3 () entre 3 e 4

() entre 4 e 5 () mais de 5

13- Reside com mais quantas pessoas ? _____

14 – Quantas trabalham? _____

Grata pela colaboração!

ANEXO B

Loteamentos 01 – Maria de José do Bode



Loteamento 02 - Adailton Soares



Loteamento 03 – João Diniz



Loteamento 04 – João Silvino da Fonsêca



Loteamento 05 – Paullus



Loteamento 06 - César Nitão



Loteamento 07 – Colinas do Canaã



Loteamento 07 – Colinas do Canaã



ANEXO C

